



**UNIFACS**

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES\*

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**SYLVIA DALCOM BASTOS BARRETO**

**BUSCA E SALVAMENTO EM PARQUES NACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO  
DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA**

Salvador  
2019

**SYLVIA DALCOM BASTOS BARRETO**

**BUSCA E SALVAMENTO RESGATE EM PARQUES NACIONAIS: UM ESTUDO  
DE CASO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina de Andrade Spínola.

Salvador  
2019

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS  
Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities.

Barreto, Sylvia Dalcom Bastos

Busca e salvamento em parques nacionais: um estudo de caso do Parque Nacional da Chapada Diamantina/ Sylvia Dalcom Bastos Barreto.- Salvador, 2019.

179 f.: il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Carolina de Andrade Spínola.

1. Parques e reservas naturais -- Proteção, cuidados, etc  
2. Reservas naturais -- Brasil. 3. Parque Nacional da Chapada Diamantina - BA. I. Spínola, Carolina de Andrade, orient. II. Título.

CDD: 363.69098142

SYLVIA DALCOM BASTOS BARRETO

BUSCA E SALVAMENTO EM PARQUES NACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO DO  
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Carolina de Andrade Spínola - Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona  
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Thiago Andrade Moreira \_\_\_\_\_  
Doutor em Geologia Ambiental, Hidrogeologia e Recursos Hídricos pela Universidade Federal da Bahia - UFBA  
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Edinaldo Luz das Neves \_\_\_\_\_  
Doutor em Ciências Botânica pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS  
Centro Universitário Jorge Amado

Paulo Eduardo Pereira Faria (ICMBIO)  
Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Setembro de 2019.

“A economia da vida humana terá precedência sobre todas as outras ações de gestão, uma vez que o Serviço de Parques se esforça para proteger a vida humana e proporcionar visitas sem lesões” Políticas de Gerenciamento do NPS, 2006, Seção 8.2.5.11

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, por toda compreensão e amor, em especial a meu marido, Nédio, pelo carinho, por acreditar, incentivar e compartilhar todos esses momentos sempre ao meu lado. Aos meus filhos, Nicolas-Bia, que, além de tudo, é meu parceiro de estrada, trilhas, escaladas e fotografias, somando-se a Júlia e Nedinho pela compreensão nas minhas ausências e impaciências durante todo o período, vocês iluminam minha vida e colorem minha alma, amo vocês!!

À minha mãe, Itana, e meu pai, Zé Carlos, pelo carinho e amor de sempre.

À Anete, minha “Boadrasta”, por ter sido a primeira a me incentivar lá atrás pelos caminhos das letras, sempre na carinhosa e amorosa torcida.

À minha prima, irmã e comadre, Andrea Dalcon, pela paciência na correção deste trabalho, sempre juntas, amo tu!

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Carolina Spínola, pela inspiração, carinho, por compartilharmos ideais de vida e trabalho, e acima de tudo por toda sua paciência e cuidado, sem você não teria conseguido chegar aqui, você mora no meu coração!

Aos professores, colaboradores e colegas do PPDRU, em especial a Gilsa, pela sua delicadeza e gentileza sempre; ao Prof. Laumar Neves pela presença e cuidado constante e as minhas colegas e amigas, Luisa e Lorraine, por tornarem os dias de PPDRU mais leves!

Aos membros da banca examinadora, Edinaldo, Ícaro e Paulo pela gentileza em aceitarem o convite para participação e, em especial, pelas ricas contribuições as quais foram cruciais para a finalização desse trabalho, todo o meu respeito e admiração.

As meninas da iniciação científica, Edenita Souza e Dandara França, obrigada pela ajuda e parceria. Meu agradecimento especial, a Brenda Laudano, a MINHA (risos) aluna, companheira, pesquisadora de campo e tantas outras funções... Obrigada pelos estudos, risadas, encontros, transcrições, obrigada de coração e segue em frente, estarei ao seu lado sempre!

Aos meus colegas e amigos de trabalho, Orlando e Rosa, pela parceria, amizade e respeito de sempre; a Aline e Queli, por nossa amizade, pelos momentos compartilhados e por todo carinho e cuidado, vocês tornam meus dias mais leves e alegres.

A todas as pessoas e instituições que de maneira direta ou indireta contribuíram para a elaboração desse trabalho, meu muito obrigado.

Minha eterna gratidão a cada um de vocês!!

## RESUMO

O aumento das atividades de ecoturismo e turismo de aventura em áreas naturais, e em especial, nos Parques Nacionais, faz necessário um estudo voltado para a questão de busca e salvamento, uma vez que os riscos são fatores inerentes à prática dessas atividades. Delimitou-se como objeto de estudo o Parque Nacional da Chapada Diamantina, tendo como objetivo identificar a existência de protocolos e estruturas voltadas para a busca e salvamento no entorno da Unidade e avaliar o seu funcionamento enquanto um sistema integrado de segurança que atenda à crescente demanda das atividades turísticas. A pesquisa utilizou-se do método de abordagem indutiva e, procedimentalmente, do estudo de caso. A revisão de literatura baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental sobre as categorias de ecoturismo e turismo de aventura, parques nacionais, planos de manejo, gestão de riscos e suas normativas, protocolos de busca e salvamento em áreas de cobertura vegetal de risco e gestão e articulação de saúde dos municípios. Para tanto, recorreu-se às informações do Instituto Chico Mendes (ICMBIO); Manual Operacional de Bombeiros Militar; Legislação sobre o SUS e Pactuação de Saúde; Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e, como material internacional, utilizou-se dos dados do *National Park Service* (NPS) e *New Zealand Search and Rescue* (NZSAR) para compreender as boas práticas internacionais. A pesquisa de campo compreendeu a aplicação de questionários e a realização de entrevistas semiestruturadas com os principais agentes locais relacionados com a segurança dos visitantes. Conclui-se que, apesar das dificuldades encontradas, algumas inerentes ao local, é possível promover uma articulação entre os atores locais e estruturar um programa de busca e salvamento voltado para o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

**Palavras-chave:** Busca e Salvamento. Parques Nacionais. Parque Nacional da Chapada Diamantina.



## **ABSTRACT**

The increase in ecotourism and adventure tourism activities in natural areas, and especially in National Parks, requires a study focused on the search and rescue, since risks are inherent to the practice of these activities. The Chapada Diamantina National Park was designed as an object of study to identify the existence of protocols and structures for search and rescue around the Unit and evaluate its functioning as an integrated security system that meets the growing demand of tourist activities. The research utilized the inductive approach method and, as to its method of procedure, can be classified as a case study. The literature review was based on bibliographical and documentary research on the categories of ecotourism and adventure tourism, national parks, management plans, risk management and its regulations, search and rescue protocols in areas of plant and risk cover and management and articulation of health of the municipalities. To do so, we used the databases of the Chico Mendes Institute (ICMBIO); Operational Manual of Military Firemen; Legislation on SUS and Health Scale; (ABNT) and as international material was used from National Park Service (NPS) and New Zealand Search and Rescue (NZSAR) data to understand good international practices. Field research included the application of questionnaires and semi-structured interviews with the main local agents related to visitor safety. It is concluded that in spite of the difficulties found, some of them are inherent to the site, it is possible to promote a link between local actors and to structure a search and rescue program for the Chapada Diamantina National Park.

**Keywords:** Search and Rescue. National Parks. Chapada National Park.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quantidade de PARNAS por região.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 2 - Elementos do plano de manejo.....	41
Figura 3 - Organograma da estrutura de busca e resgate da Nova Zelândia .....	46
Figura 4 - Categorização dos planos de manejo quanto à segurança dos visitantes	50
Figura 5 - Esquema do ciclo PDCA.....	56
Figura 6 - Esquema da inclusão das técnicas de gestão de riscos no planejamento do PDCA .....	57
Figura 7 - Mapa do PNCD e os municípios que o compõe.	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 8 - Percentuais dos municípios que estão no PNCD .....	76
Figura 9 - IDH Municípios X Estado da Bahia .....	77
Figura 10 - Mapa de atrativos: Parque Nacional da Chapada Diamantina.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 11 - Mapa de Atrativos (calor): Parque Nacional da Chapada Diamantina	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 12 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - tipo de classificação.....	92
Figura 13 - Meios de Hospedagem dos Municípios que compõem o PNCD - município de localização do equipamento.....	93
Figura 14 - Meios de Hospedagens dos municípios que compõem o PNCD - tempo de funcionamento.....	93
Figura 15 - Meios de Hospedagens dos municípios que compõem o PNCD - critério para indicação de guia/condutor .....	94
Figura 16 - Meios de Hospedagens dos municípios que compõem o PNCD - informações sobre acidentes envolvendo hóspedes.....	94
Figura 17 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD- atitude tomada frente a um incidente com hóspede .....	95
Figura 18 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - preenchimento de ficha de controle .....	95
Figura 19 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - disponibilização de telefones de emergência.....	96

Figura 20 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - no caso dá resposta anterior ter sido não, se existe o conhecimento sobre os telefones de emergência.....	96
Figura 21 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - Se os estabelecimentos conhecem o documento: "Guia da conduta consciente em ambientes naturais" do ICMBIO .....	97
Figura 22 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - se os estabelecimentos adotam algum tipo de registro na saída dos hóspedes para passeio.....	97
Figura 23 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - se conhece sobre a certificação ISO 21101 - gestão de riscos .....	98
Figura 24 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - se gostaria de implantar a ISO 21101 .....	98
Figura 25 - Distâncias entre os municípios que compõem o PNCD e a sede do ICMBIO Palmeiras.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 26 - Associação de condutores de visitantes dos municípios do PNCD - identificação por municípios .....	110
Figura 27 - Associação de condutores de visitantes dos municípios do PNCD - categoria.....	110
Figura 28 - Associação de condutores de visitantes dos municípios do PNCD - tempo que exerce a função .....	111
Figura 29 - Associação de condutores de visitantes dos municípios do PNCD - instituições ou órgãos responsáveis pelos cursos de primeiros socorros .....	111
Figura 30 - Associação de condutores de visitantes dos municípios do PNCD - se o guia/condutor já participou de algum tipo de busca e salvamento .....	112
Figura 31 - Associação de condutores de visitantes dos municípios do PNCD - Recursos, equipamentos ou materiais disponibilizados para esta ação .....	113
Figura 32 - Associação de condutores de visitantes dos municípios do PNCD - tipos mais comuns de ocorrências.....	113
Figura 33 - Registro do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia - 2º Subgrupamento- total de ocorrências geral por ano .....	116
Figura 34 - Registro do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia - 2º subgrupamento - total de ocorrências por ano no período de 2014-2018 por municípios .....	116

Figura 35 - Registro do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia: 2º subgrupamento - gráfico de percentual de ocorrências por municípios no período de 2014-2018...	117
Figura 36 - Registro do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia: 2º subgrupamento - quantidade de ocorrências por categoria .....	118
Figura 37 - Registro do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia: 2º subgrupamento - ocorrências por atrativos .....	118
Figura 38 - Distância entre o Hospital Geral de Itaberaba (Itaberaba) e do Hospital Regional da Chapada (Seabra) e os municípios do PNCD .....	123
Figura 39 - Municípios do entorno do PNCD - notificações de acidentes por animais peçonhentos 2015-2018.....	127
Figura 40 - Representação percentual das notificações de acidentes por animais peçonhentos no período de 2015-2018.....	128
Figura 41 - Diagrama da Realidade Atual e dos principais problemas encontrados no PNCD. ....	134

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Referencial Teórico .....	21
Quadro 2 - Principais características do ecoturismo .....	27
Quadro 3 - Principais características do turismo de aventura .....	29
Quadro 4 - Principais atividades praticadas no ecoturismo e seus riscos inerentes .	31
Quadro 5 - Principais atividades praticadas no turismo de aventura e seus respectivos riscos.....	32
Quadro 6 - Categorias das unidades de conservação por grupos .....	35
Quadro 7 - PARNAS brasileiros abertos à visitação e com plano de manejo .....	47
Quadro 8 - NBR - turismo de aventura: sistema de segurança .....	61
Quadro 9 - NBR - turismo de aventura: terminologia .....	61
Quadro 10 - NBR - turismo de aventura: informações a clientes .....	61
Quadro 11 - NBR - turismo de aventura: requisitos construtivos.....	61
Quadro 12 - NBR - turismo de aventura: procedimentos .....	61
Quadro 13 - NBR - turismo de aventura: classificação de percursos .....	62
Quadro 14 - NBR - turismo de aventura: produtos (requisitos de operação) .....	62
Quadro 15 - NBR - turismo de aventura: competência de pessoal .....	63
Quadro 16 - Ficha técnica do Parque Nacional da Chapada Diamantina .....	75
Quadro 17 - IBGE, Censo Demográfico 2010: população; densidade e IDH .....	77
Quadro 18 - Disposição do Plano de Manejo PNCD.....	81
Quadro 19 - Zonas abertas à visitação e seus principais conflitos.....	84
Quadro 20 - Normas gerais PNCD x Observações .....	85
Quadro 21 - Caracterização das entrevistas semiestruturadas.....	88
Quadro 22 - Oferta turística dos municípios do PNCD.....	91
Quadro 23 - Composição do quadro de funcionários do ICMBIO - Palmeiras .....	100
Quadro 24 - Municípios do entorno do PNCD- associação de condutores de visitantes, 2019 .....	105
Quadro 25 - Características das estruturas de saúde .....	120
Quadro 26 - Estabelecimentos de saúde por nível de atenção .....	122
Quadro 27 - Quantidade de leitos por tipo de estabelecimentos.....	122
Quadro 28 - Municípios do entorno do PNCD - conteúdo das entrevistas semiestruturadas sobre a categoria de análise "Procedimentos e Registros" .....	125

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABETA	Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CNES	Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde
COMAN	Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FD -	Foundation Document
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ISO	International Organization for Standardization
IUCN	International Union for Conservation of Nature
LandSAR	New Zealand Land Search and Rescue
MMA	Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal
MTur	Ministério do Turismo
NOB	Normas Operacionais Básicas
NPS	National Park Service
NZSAR	New Zealand - Search and Rescue
OMT	Organização Mundial do Turismo
PARNAS	Parques Nacionais
PAS	Programa Aventura Segura
PM	Plano de Manejo
PNCD	Parque Nacional da Chapada Diamantina
PNCV	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
PNI	Parque Nacional do Itatiaia
PNSJ	Parque Nacional de São Joaquim
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUMA	Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas
PSAR	Search and Rescue Prevents
SAR	Search and Rescue

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SUS	Sistema único de Saúde
UC	Unidade de Conservação
USFS	United State Forest Service
WWF	World Wide Fund for Nature

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2 TURISMO DE NATUREZA EM PARQUES NACIONAIS: CARACTERIZAÇÃO, DINÂMICA E RISCOS DA ATIVIDADE</b> .....	23
2.1 ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA – DUAS FACES DO MESMO FENÔMENO.....	23
2.1.1 Conceituação e Caracterização .....	24
2.1.2 Principais atividades praticadas e seus riscos inerentes.....	30
2.2.1 Breve Histórico e enquadramento dos Parques Nacionais no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.....	33
2.2.2 Instrumentos de Planejamento e a Gestão dos Visitantes .....	36
2.2.3 Busca e Salvamento em Parques Nacionais – boas práticas internacionais e realidade brasileira .....	41
<b>3 BUSCA E SALVAMENTO NO TURISMO DE NATUREZA: GESTÃO DE RISCOS, INSTRUMENTOS LEGAIS E PROTOCOLOS QUE NORMATIZAM A ATIVIDADE</b> ..	54
3.1 GESTÃO DE RISCOS E IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE SEGURANÇA VOLTADOS PARA O TURISMO DE NATUREZA.....	54
3.2 REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA DO TURISMO DE AVENTURA E ECOTURISMO NO BRASIL.....	58
3.3 BUSCA E SALVAMENTO EM COBERTURA VEGETAL DE RISCO – ATUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS.....	66
3.3.1 Estrutura necessária e fases da operação para Busca e Salvamento em áreas de cobertura vegetal de risco .....	67
<b>4 O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA, O TURISMO DE NATUREZA E A SEGURANÇA DOS VISITANTES</b> .....	72
4.1 OBJETIVO DA UNIDADE, CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA E OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA.....	72
4.2 O USO PÚBLICO NO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA.....	81
<b>5 ESTRUTURAS E REDES DE APOIO PARA BUSCA E SALVAMENTO NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA</b> .....	87
5.1 PERCURSO METODOLÓGICO .....	87
5.2 O TURISMO NOS MUNICÍPIOS DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA – OFERTA TURÍSTICA.....	90
5.3 ICMBIO – PALMEIRAS: VISÃO DOS GESTORES DO PARQUE .....	100
5.4 ASSOCIAÇÃO DE CONDUTORES DA CHAPADA DIAMANTINA.....	105
5.5 CORPO DE BOMBEIROS .....	114



<b>5.6</b>	<b>ESTRUTURA DE SAÚDE DISPONÍVEL NOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO PNCD E PROTOCOLOS DE ATENDIMENTO .....</b>	<b>119</b>
<b>5.6.1</b>	<b>Unidades de atendimento e serviços prestados nos municípios do entorno do PNCD .....</b>	<b>120</b>
<b>5.6.2</b>	<b>Ações e registros de atendimentos nas unidades de saúde existentes</b>	<b>124</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>129</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>137</b>
	<b>APÊNDICE A - LISTA GERAL DE PARQUES BRASILEIROS .....</b>	<b>145</b>
	<b>APÊNDICE B – TABELA DINÂMICA DE ACIDENTES .....</b>	<b>148</b>
	<b>ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA ATIVIDADES COM FINALIDADE DIDÁTICA NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR .....</b>	<b>154</b>
	<b>ANEXO B – TERMO DE RESPONSABILIDADE POR GRUPO DE VISITANTES</b>	<b>156</b>
	<b>ANEXO C – PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO – POP .....</b>	<b>158</b>
	<b>ANEXO D – GUIA DE CONDUTA CONSCIENTE EM AMBIENTES .....</b>	<b>160</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, do sec. XX, com o estímulo dos movimentos ambientalistas, modalidades de turismo realizadas no meio natural passaram a registrar um crescimento acelerado, constituindo-se, nos dias de hoje, no segmento da indústria de viagens que mais cresce no mundo, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2016).

O turismo de natureza faz uso de recursos naturais relativamente bem preservados e a sua popularização está associada a dois motivadores principais, que são característicos do modo de vida da sociedade urbana pós-moderna: a busca de experiências reparadoras e, ao mesmo tempo, desafiadoras, junto à natureza e ao cultivo de valores relacionados com o fortalecimento de uma ética ambiental (KINKER, 2002).

Dentre as modalidades relacionadas ao turismo de natureza mais praticadas despontam: o ecoturismo e o turismo de aventura. Embora distintas em suas propostas, ambas requerem o contato direto com espaços naturais que propiciem as condições mínimas para a sua reprodução, o que muito frequentemente ocorre em áreas geograficamente remotas e submetidas a alguma unidade de conservação.

No âmbito do conjunto de áreas protegidas previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), os Parques Nacionais (PARNAS) aparecem como o *locus* preferido pelos turistas, muito em função de ter dentre os seus objetivos de manejo a oferta de oportunidades de visitação. Em 2018, esses espaços receberam 71% do contingente de 12,3 milhões de pessoas que visitaram as unidades de conservação do país, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO, 2019).

Esse crescente movimento de turistas às unidades de conservação, incluindo, principalmente, os parques nacionais brasileiros, constitui um importante elemento de pressão para que se tenha uma gestão articulada destes espaços. Além de garantir a conservação dos ecossistemas existentes, essa gestão articulada pode organizar e desenvolver nas áreas de Uso Público, um sistema de segurança que garanta a integridade dos visitantes, notadamente nos casos de acidentes que impliquem em ações de busca e adoção de protocolos de salvamento.

Outro fato relevante apontado em estudos realizados pela *World Wide Fund for Nature* (WWF) (1999) e, mais recentemente, pelo próprio ICMBIO, em parceria

com a WWF (2017), relaciona a falta de estrutura constatada nos parques nacionais brasileiros no que se refere às unidades localizadas no estado da Bahia. A revisão de literatura aponta para deficiências relacionadas, principalmente, com a disponibilidade de recursos financeiros, infraestrutura, monitoramento, comunicação e recursos humanos (WWF, 1999 apud SPINOLA, 2014).

Nesse sentido, estudos sobre busca e salvamento em parques nacionais tornam-se relevantes, posto que o crescimento do número de praticantes de turismo de aventura e ecoturismo devem estar balizados por um manejo que minimize os impactos e ofereça essas atividades recreativas com qualidade em ambientes naturais protegidos.

A proposta desse tema se justifica, pois apesar de existirem normas e certificações relacionadas à prática do turismo de aventura e do ecoturismo, estas não são direcionadas aos destinos turísticos ou a gestão de atrativos, e sim, as operadoras, produtos e prestadores de serviços. Além disso, são raras as iniciativas de articulação entre os atores das esferas pública, privada e das organizações da sociedade civil para uma sistematização de um plano de segurança aplicável à gestão do uso público nessas unidades de conservação.

Em que pese a importância do tema, ainda são raros os trabalhos científicos que o abordem. Em recente pesquisa no portal Capes de periódicos não se obteve retorno para a combinação das palavras-chave: busca, salvamento, resgate, e parques nacionais. Encontram-se alguns temas transversais relacionados à temática, como: “Uso Público”; “Ecoturismo”; “Visitação em Parques Nacionais”, porém em nenhum deles se discute a questão dos riscos inerentes a estas atividades, muito menos a importância de uma gestão articulada.

Na ausência de dados oficiais oriundos de sistemas de registro de ocorrências, nacional ou locais, em Parques Nacionais, os boletins de desaparecimento abertos nas delegacias e as matérias veiculadas na mídia, se constituem nas únicas estratégias possíveis de aproximação a essa realidade.

O Brasil possui 74 PARNAS, desses 11 estão localizados na Bahia. o Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) é um dos mais conhecidos e visitados

pelos praticantes do turismo de natureza, embora inexistentem estatísticas oficiais que mensurem esse quantitativo<sup>1</sup>.

O Parque Nacional da Chapada Diamantina está localizado na região central do estado da Bahia e engloba áreas dos municípios de Palmeiras, Lençóis, Mucugê, Andaraí, Ibicoara e Itaetê. Criado pelo Decreto nº 91.655, de 17 de setembro de 1985, tem como objetivo principal “proteger amostra dos ecossistemas da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina” (BRASIL, 1985), além de também conservar as nascentes de rios como o Paraguaçu. O Parque possui uma área de 152.141,87 hectares que concentra internamente, e em seu entorno, uma beleza singular, com fauna e flora exuberantes reunidas em trilhas mapeadas, dentre as quais aquela que é considerada pelas publicações especializadas como a mais bonita do Brasil, a trilha do vale do Paty.

Os municípios que integram o PNCD foram originalmente habitados pelos índios Maracás e tiveram o seu povoamento pelo homem branco associado à expansão da pecuária e ao ciclo da mineração do diamante, este último responsável pelo seu apogeu econômico no século XIX. Nas duas últimas décadas do século XX, a valorização do patrimônio arquitetônico das cidades que compõem o parque e a própria criação do PNCD, tornaram o turismo uma das atividades mais relevantes para a economia local (SPINOLA, 2005; BANDEIRA, 2006).

Com o aumento da atividade turística, relatos de acidentes com diferentes níveis de gravidade e da ocorrência de pessoas perdidas no PNCD tem sido veiculado na mídia e, considerando a importância desta atividade para a região e os crescentes fluxos de visitantes nas cidades que servem de base para a sua exploração se constituíram em fatores motivadores desta investigação.

No que tange ao PNCD, ao menos quatro ocorrências graves foram noticiadas, nacionalmente, nos últimos dois anos. Em 2016, um casal de turistas americanos ficou perdido na Trilha do Serrano, por dois dias, até conseguirem se comunicar com colegas através de telefone celular, e assim acionar os Bombeiros para serem resgatados pelo alto da serra. (CASAL, 2016). No mesmo ano, um garoto de 10 anos foi picado por uma cobra venenosa na trilha da cachoeira do Buracão e quase faleceu em virtude da demora na disponibilização de soro

---

<sup>1</sup> Dados disponíveis no Painel Dinâmico do ICMBIO informam um total de 25 mil visitantes em 2017, porém esse quantitativo não expressa a realidade da unidade uma vez que se refere a apenas a um de seus mais de trinta acessos (ICMBIO, 2019).

antiofídico pela rede de saúde do município de Ibicoara<sup>2</sup> (MÃE, 2016). Em maio de 2017 foram encontrados os restos mortais do turista espanhol Hugo Ferrara, desaparecido em dezembro de 2015, na trilha Capão-Lençóis (RESTOS... 2017). Ainda em 2017, em outubro, uma turista mineira ficou ferida após um acidente na trilha do Pati, próximo à Cachoeira do Calixto e precisou ser resgatada (TURISTA... 2017). Em janeiro de 2018, uma turista de Goiás faleceu ao se acidentar durante o banho na cachoeira do Roncador, em Andaraí, ao ser atingida por uma tromba d'água (TURISTA, 2018). Cabe destacar que apenas no caso de Ibicoara a família se encontrava acompanhada por condutor capacitado.

Feitas essas considerações, ressalta-se que o tema explorado pelo presente estudo reveste-se de grande importância para a consolidação da atividade turística na região e contribui com o aprimoramento do aparato de gestão dos parques nacionais brasileiros no que se refere ao Uso Público das unidades a partir da investigação do seguinte **problema de pesquisa**: de que maneira as estruturas e protocolos de busca e salvamento existentes podem contribuir assertivamente para a redução do grau de severidade de um eventual acidente no Parque Nacional da Chapada Diamantina?

Partindo-se do pressuposto de que os objetivos da pesquisa devem responder ao que se pretende alcançar (BOAVENTURA, 2017), definiu-se como **objetivo geral da pesquisa**: identificar a existência de protocolos e estruturas voltadas para a busca e salvamento no Parque Nacional da Chapada Diamantina e avaliar o seu funcionamento enquanto um sistema integrado de segurança que atenda à crescente demanda das atividades turísticas. Ainda com o intuito de balizar esta investigação elaborou-se os seguintes objetivos específicos: a) descrever os riscos inerentes à prática do ecoturismo e do turismo de aventura; b) descrever como os protocolos de busca e salvamento estão previstas na legislação e nos documentos de planejamento dos parques nacionais, no Mundo e no Brasil; c) identificar a disponibilidade de estruturas e serviços específicos e o envolvimento dos agentes do sistema turístico do entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina na prevenção e encaminhamento das vítimas de acidentes; d) analisar os protocolos de busca e salvamento existentes nos municípios que compõem o

---

<sup>2</sup> É importante ressaltar que este acidente específico não ocorreu em um atrativo do PNCD, em sim, no entorno. Entretanto, esta é uma situação típica que pode ocorrer em qualquer atrativo natural do PNCD. Destaca-se aí a atuação do condutor que de fato foi a pessoa responsável em salvar a vida da criança.

PNCD e propor ações articuladas entre os agentes envolvidos que direta ou indiretamente atuam no desenvolvimento e prática do turismo.

Tendo em vista a abrangência e profundidade de análise desta pesquisa, fez-se necessária a adoção de procedimentos diversificados e em conformidade com o problema e os objetivos formulados. No que diz respeito à forma de organização do raciocínio da pesquisa, o método de abordagem escolhido foi o indutivo, que se caracteriza por abordar o objeto a partir da experiência de casos particulares e, a partir do estudo destas experiências, possibilitar a generalização ou universalização de suas conclusões, objetivando uma ampliação do conhecimento sobre o tema. (PEREIRA, 2007). Ao investigar a realidade do Parque Nacional da Chapada Diamantina, no que se refere ao seu sistema de busca e salvamento de visitantes, identificando as dificuldades e possibilidades para a implantação de um sistema de governança que busque minimizar os riscos do uso público, pretende-se que este estudo possa balizar ações da mesma natureza nos demais parques nacionais respeitando as idiossincrasias e a territorialidade local.

Como método de procedimento optou-se pelo estudo de caso, sendo o PNCD um exemplo típico das unidades de sua categoria de manejo, adequando-se a estudos que façam extrapolações das conclusões obtidas no local, fazia-se necessário remontar aos períodos de seu surgimento e de suas modificações (MARCONI; LAKATOS, 2003). Ainda segundo às autoras, quanto os procedimentos técnicos, recorreu-se a um conjunto de processos que viabilizasse o alcance das finalidades pretendidas pela investigação. Assim sendo, utilizou-se as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica e pesquisa de levantamento. No que diz respeito à revisão de bibliográfica recorreu-se ao aporte teórico-conceitual de livros, artigos de periódicos, dissertações, teses e publicações recentes nos últimos cinco anos visando aprofundamento e sustentação teórica das análises e reflexões sobre a temática pesquisada. Para tanto, a revisão de literatura foi estruturada com base no referencial teórico exposto no Quadro 1:

## Quadro 1 - Referencial Teórico

CATEGORIA CONCEITUAL	REFERÊNCIAS
Ecoturismo e Turismo de Aventura	Lindberg e Hawkings (2002); Boullón (2000); Pires (2002); Serrano (2001); Wearing e Neil (2001); Kinker (2002); ABETA; NBR's em Turismo de Aventura; Ministério do Turismo (Manuais e documentos operacionais).
Parques Nacionais	ICMBio, IUCN, US National Service Parks, Department of Conservation of New Zealand, National Parks and Wildlife Services of Australia, Lei Federal 9985, de 2000. LEI n ° 13.668, de 28 de maio de 2018; LEI n ° 11.516, de 28 de agosto de 2007; LEI n ° 7.957, de 20 de dezembro de 1989
Sistema de Saúde para Urgência e Emergência	DATASUS, Lei Federal nº 8080 set 90, LEI N° 8.142 dez 90.
Gestão de Riscos	ABNT – NBR'a em Turismo de Aventura; ISO – 21101; Freitas (2018); Uvinha; Buckley (2011); Manual do Corpo de Bombeiros de SP e GO; ABETA.
Parque Nacional da Chapada Diamantina	Spinola (2005), Funch (1997), Bandeira (1998), IPHAN (site 2018), ICMBIO (site); Ministério do Turismo.

---

Fonte: Elaboração da autora desta dissertação (2019).

A título dos procedimentos metodológicos, além da pesquisa bibliográfica, recorreu-se à pesquisa documental, através de consultas a estudos da International Union for Conservation of Nature (IUCN), World Wildlife Fund (WWF), National Park Service (NPS); New Zealand -Search na Rescur (NZSAR); New Zealand Land Search and Rescue Inc. (LandSAR); e estas, da revisão dos planos de manejo dos parques nacionais brasileiros disponíveis no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Andaraí, Ibicoara, Lençóis, Mucugê e Palmeiras. Itaetê foi retirada da pesquisa de campo por possuir uma porção muito pequena do município inserida dentro da área do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), além de não se constituir como um polo indutor para as pessoas que procuram a região para a prática do turismo. A pesquisa de campo foi subsidiada pela utilização de questionários e entrevistas semiestruturadas

junto aos principais agentes envolvidos com a segurança dos visitantes do PNCD, conforme descrito no capítulo específico.

A pesquisa de campo foi autorizada e cadastrada no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, número 65991<sup>3</sup>, (vide anexo A). O período do trabalho de campo foi previamente acordado com o chefe do Parque Nacional da Chapada Diamantina e foi realizado no período de 04 a 8 de julho de 2018 e 07 a 10 de fevereiro de 2019.

Esta dissertação está dividida em seis partes. O capítulo um é a Introdução, no qual encontra-se a construção lógica do trabalho e a intenção da pesquisa. Após a apresentação do tema e do seu recorte, entende-se a relevância do estudo proposto através da justificativa e da articulação do objetivo geral e específicos. O segundo capítulo aborda a definição do turismo de natureza e sua implementação dentro dos Parques Nacionais, associados a caracterização, dinâmica e os riscos inerentes a estas atividades. Após a apreciação de como se organiza o turismo de natureza nesses espaços de conservação. O capítulo três analisa a importância da gestão de riscos, associadas às práticas dessas atividades, bem como apresenta os principais instrumentos legais e protocolos que normatizam a atividade de ecoturismo e turismo de aventura. O capítulo quatro aborda a caracterização e contextualização do Parque Nacional da Chapada Diamantina relacionando ao estudo do turismo e a segurança dos visitantes nesse espaço. O capítulo cinco apresenta os dados levantados na pesquisa de campo, os quais referem-se às estruturas de apoio existentes e fundamentais para a articulação local no que tange o apoio para busca e salvamento no parque nacional da chapada diamantina.

As considerações finais encontram-se no capítulo seis. Nesse item foram destacados a realidade encontrada diante da pesquisa de campo, associando os aspectos legais com os objetivos da pesquisa em si e propondo ações possíveis à realidade local.

As referências, os anexos e os apêndices compõem o documento, e são as três últimas partes desta pesquisa respectivamente.

---

<sup>3</sup> É importante ressaltar que o primeiro cadastro na SISBIO foi feito início de 2018, mas por mudanças de sistema os dados foram perdidos e tivemos que refazer o planejamento e as solicitações, gerando assim uma nova numeração.



## **2 TURISMO DE NATUREZA EM PARQUES NACIONAIS: CARACTERIZAÇÃO, DINÂMICA E RISCOS DA ATIVIDADE**

O Brasil é o destino com o maior potencial para ecoturismo e turismo de aventura no mundo. As belezas naturais e a diversidade de espécies da flora e da fauna brasileiras contribuíram para que o país recebesse essa classificação pelo Fórum Econômico Mundial. De acordo com dados do Governo do Brasil uma pesquisa da Organização Mundial do Turismo (OMT) aponta que, enquanto o turismo no geral avança 7,5% ao ano, a prática de ecoturismo e turismo de aventura cresce 20% o que gera no Brasil um faturamento de US\$ 70 milhões ao ano. (BRASIL, 2018).

De acordo com Kinker (2002), o turismo de natureza é definido como aquele que faz uso de recursos naturais relativamente bem preservados, como, por exemplo, paisagens, águas (mar, rios, cachoeiras, corredeiras), vegetação e vida silvestre. O crescimento dessas atividades em áreas naturais, devem guiar-se pelo planejamento e por estratégias de desenvolvimento sustentável, a fim de assegurar a correta utilização dessas áreas e conseqüentemente a redução dos possíveis impactos causados por estas atividades. É imprescindível que os responsáveis pela gestão de áreas naturais desenvolvam instrumentos de planejamento e gestão e que sejam dimensionados e viáveis em cada área destinada ao uso público.

Neste capítulo abordaremos a conceituação e caracterização dessas modalidades de turismo, bem como os riscos inerentes a cada uma dessas atividades; o enquadramento e o referencial referente aos Parques Nacionais e sua legislação vigente, e por fim trataremos das boas práticas internacionais e nacionais no que tange a gestão de riscos, controle e segurança dos visitantes em Parques Nacionais.

### **2.1 ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA – DUAS FACES DO MESMO FENÔMENO**

Nos últimos anos o Ecoturismo e o Turismo de Aventura despontaram como uma das modalidades de turismo que mais crescem e encontram novos adeptos no mundo todo, e aqui no Brasil esse fenômeno não é diferente. São muitos os fatores que corroboram para este crescimento, entre eles podemos citar: a busca pelo contato com a natureza, seja para fugir dos grandes centros urbano, seja pelo stress

da vida cotidiana ou até mesmo pela opção e pelo prazer que estas atividades junto à natureza podem proporcionar as pessoas, além de ser um grande elemento desafiador e ideal para recuperar as energias. (KINKER, 2002; WEARING E NEIL, 2001)

Apesar do turismo de aventura e do ecoturismo partilharem de características semelhantes, o objetivo final e, principalmente, a motivação dos praticantes são fatores determinantes para sua distinção. A seguir, discursaremos sobre suas conceituações e caracterizações respectivamente, onde percebe-se que teoricamente a distinção parece clara, porém na prática essa relação pode ser tênue e, por vezes, ambígua.

### **2.1.1 Conceituação e Caracterização**

A necessidade e o desejo de preservar a natureza manifestaram-se em diversas sociedades humanas, de nível cultural muito variado, bem mais cedo do que geralmente se acredita. Atribui-se a Platão, por exemplo, ainda no século IV a.C., a preocupação com a preservação das florestas, em função do seu papel predominante como reguladoras do ciclo da água e controladoras da erosão. (SPINOLA, 2005, p.110). Podemos considerar como marco mundial para o início da discussão e preocupação ambiental do século XX, a década de 70, mais precisamente a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo. Os objetivos principais dessa reunião foram as discussões dos problemas ambientais e a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. A partir da década seguinte, inclui-se nessa discussão a preocupação com o desenvolvimento e a conservação ambiental, como também os avanços em pesquisas voltadas para a preservação da biodiversidade, frente a acelerada expansão e degradação dos recursos naturais.

No Brasil, os primeiros estudos que fazem referências ao ecoturismo, surge na década de 80, através do projeto “Turismo ecológico” estruturado e implantado pela EMBRATUR<sup>4</sup> - Instituto Brasileiro de Turismo. Na década seguinte, esse tema se consolida com a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio

---

<sup>4</sup> A Embratur é a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/institucional/2015-04-06-14-28-40.html>. Acesso em: jan. 2019

Ambiente, a ECO 92, realizada no Rio de Janeiro. Dessa conferência, instituiu-se a AGENDA 21<sup>5</sup> que se consolida como um instrumento mundial e norteador para construção das principais bases e orientações para políticas de desenvolvimento sustentável incluindo nesta pauta o turismo de natureza.

Dentre o turismo de natureza, o ecoturismo e o turismo de aventura são duas práticas distintas, mas que partem da mesma motivação básica que é o contato com a natureza. Embora em perspectivas distintas, a conceituação e sistematização das diretrizes do ecoturismo e do turismo de aventura aconteceram na mesma época. Para o ecoturismo, o primeiro marco foi o ano de 1987, quando Ceballos Lascurain escreve “A viagem a áreas relativamente preservadas com o objetivo específico de lazer, de estudar ou admirar paisagens, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente”.

O Instituto de Ecoturismo do Brasil – IEB, como uma entidade representativa do trade, define ecoturismo como:

[...] à prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas. (IEB, apud PIRES, 1998, p. 83).

De acordo com os autores Wearing e Neil (2001), caracterizam o ecoturismo como: “Um turismo interpretativo, de mínimo impacto, discreto, em que se busca a conservação, o entendimento e a apreciação do meio ambiente e das culturas visitadas.”

Já a Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2002, definiu ecoturismo como:

Todas as formas de turismo em que a motivação principal do turista é a observação e apreciação da natureza, de forma a contribuir para a sua preservação e minimizar os impactos negativos no meio ambiente natural e sociocultural onde se desenvolve.

---

<sup>5</sup> Agenda 21 é um plano de ação formulado internacionalmente para ser adotado em escala global, nacional e localmente por organizações do sistema das Nações Unidas, pelos governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Reflete um consenso mundial e compromisso político, que estabelece um diálogo permanente e construtivo inspirado na necessidade de atingir uma economia em nível mundial mais eficiente e equitativa. Constitui a mais abrangente tentativa já realizada de orientação para um novo padrão de desenvolvimento no século 21, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas. A Agenda 21 segue o princípio de “Pensar globalmente, agir localmente”. Disponível em:

<http://www.institutoatkwvh.org.br/compendio/?q=node/21>. Acesso em junho de 2018.

Já no ano de 2007, na Noruega, foi realizada a “*Global Ecotourism Conference*”, cujo resultado foi apresentado em um documento denominado Oslo “Declaração sobre Ecoturismo” cujas principais recomendações foram: reconhecer o papel do ecoturismo no desenvolvimento sustentável local; maximizar o potencial do ecoturismo bem gerido como um meio de conservação dos recursos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis; apoiar a viabilidade e o desenvolvimento de empresas e atividades de ecoturismo, por meio de ações de marketing, educação e capacitação e, finalmente, tratar as questões críticas do ecoturismo para o fortalecimento de sua sustentabilidade.

O Ministério Do Turismo (MTur) junto com a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo e em conjunto com representantes do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), reunidos em 2008, para traçar Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo, estabelece como marco conceitual a seguinte definição:

é o segmento da atividade turística que utiliza, “de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (BRASIL, 2008, p.56)

Em 2012, como parte da comemoração pelo “Ano Internacional do Ecoturismo”, foi organizado pela OMT - Organização Mundial do Turismo e pelo PNUMA - Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, a Cúpula Mundial de Ecoturismo, em Quebec, Canadá. O principal produto desta reunião foi a Declaração de Ecoturismo de Quebec, que apresentou 41 recomendações para o setor. Destas recomendações, destacam-se: o incentivo ao planejamento participativo, o processo de certificação voluntária, o desenvolvimento de práticas de mínimo impacto e a implantação de estratégias que aumentem os benefícios nas localidades receptoras.

Portanto, para o desenvolvimento do ecoturismo de maneira sustentável, suas características devem ser observadas e entendidas de forma conjunta e integrada, uma vez que tornam-se interdependentes nas atividades do segmento. A seguir descrevemos suas principais características:

Quadro 2 - Principais características do ecoturismo

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Gestão, proteção e conservação dos recursos naturais	Consiste principalmente na adoção de estratégias e ações para minimizar possíveis impactos negativos da visitação turística por meio do uso de um modelo de gestão sustentável da atividade.
Escala do empreendimento e do fluxo de visitantes	Este tópico refere-se à quantidade de turistas e à frequência da visitação; e também diz respeito às dimensões e porte dos empreendimentos turísticos.
Paisagem	É um importante elemento na caracterização do segmento, pois são os locais preservados ou conservados e sua atmosfera que compõem o cerne da motivação dos turistas.
Educação ambiental	A educação ambiental pode ser entendida como o processo pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente
Interpretação ambiental	Trata-se de proporcionar o entendimento do ambiente natural, despertar a atenção e o interesse do visitante em relação à natureza e à cultura, esclarecendo dados, fatos e correlações que normalmente não são claros ao simples olhar.

Elaborada por: Sylvia Dalcom

Fonte: Ecoturismo: Orientações Básicas, 2010

Partindo para a conceituação do turismo de aventura, constata-se que diferentemente do ecoturismo não existe um consenso no meio científico em relação ao assunto, mas existe uma linha de pensamento e características possíveis de serem traçadas. De acordo com o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001, p.356), o vocábulo aventura deriva-se do latim vulgar, *adventura*, que significa o que vai acontecer a alguém, portanto remete a desafios, emoções, riscos e a um componente de incerteza diante do que está por vir.

O turismo de aventura é a soma dos fenômenos e relacionamentos derivados das interações de atividades turísticas de aventura com o mundo natural longe do local de residência habitual do participante e contendo componente de risco, nos quais os resultados são influenciados pela participação, pelo ambiente e pela experiência. (SUNG et al. 1997 apud SWARBROOKE et al. 2003, p. 28).

As primeiras reflexões a respeito do Turismo de Aventura remetem à década de 80. Nesse período foram considerados apenas os aspectos clássicos do termo indicando somente as seguintes premissas: possibilidades econômicas do setor; a necessidade da prática em meio natural e a relação dos elementos de risco com a participação controlada do praticante. No Brasil, no final dos anos 90, foi organizada a primeira feira do setor de Turismo de Aventura, a “Adventure Sports Fair”, que teve um papel importante para o fortalecimento deste segmento, pois tanto promoveu o

associativismo no setor, como proporcionou a promoção e conhecimento sobre as atividades do segmento para o mercado (ABETA; MTur, 2009).

A primeira definição em relação ao termo turismo de aventura no Brasil, ocorreu em 2001, na Oficina para a Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura, realizada em Caeté, Minas Gerais, a qual foi organizada pela EMBRATUR, e teve a seguinte redação:

[...] segmento de mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural. (ABETA; MTUR, 2009, p. 29).

Outros pontos importantes estabelecidos nesse encontro foram: perfil da demanda; a necessidade do controle de riscos e o uso de técnicas e equipamentos de segurança visando garantir a credibilidade das atividades; e por fim, a inserção dessas atividades de maneira sustentável, resultando uma maior consciência ecológica e a diminuição dos possíveis impactos que pudessem causar às comunidades tradicionais<sup>6</sup>.

Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, a EMBRATUR passa a ter um caráter de instituto e juntos elaboram um documento normativo de segmentação turística, incluindo o Turismo de Aventura, o que vem a modificar a conceituação anterior.

Desde então, o Ministério do Turismo (2008) define que: “Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo. Ou seja, são atividades que envolvem riscos avaliados, controlados e assumidos” (BRASIL, 2008, p. 56). Vale ressaltar, que essas atividades podem ser conduzidas em ambientes naturais, rurais ou urbanos.

Ainda de acordo com as conceituações sobre o turismo de aventura, a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a NBR 15500 – Turismo de

---

<sup>6</sup> Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto 6040, 2007). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: fev. 2019.

Aventura - Terminologia, define atividades de Turismo de Aventura como: “Atividades oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos.” (ABNT, 2014)

Ao se agregar neste conceito a questão dos “riscos assumidos” (ABETA; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p. 156), implica em um novo e importante elemento a ser discutido, planejado e implementado através de políticas públicas, a fim de garantir e salvaguardar tanto o ofertante desta atividade como a de quem o pratica. Além disso, ressalta que o risco é inerente a estas atividades, entretanto, o caráter recreativo, não competitivo, as experiências pessoais e a superação continuam como fatores determinantes para sua caracterização.

Logo, pode-se destacar, de acordo com o Quadro 3, as principais características dessa modalidade de turismo:

Quadro 3 - Principais características do turismo de aventura

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Diversidade	A variedade de atividades de aventura e de locais onde são realizadas é considerada fundamental na concepção do segmento, o que exige a compreensão de que cada atividade apresente esforços distintos, o que implica procedimentos, o uso de equipamentos e competência humana específicas.
Gestão de Riscos	Compreender que as atividades de aventura sugerem exposição a determinados riscos pessoais e materiais que podem variar de intensidade conforme um grande número de fatores significa entender que a segurança é um dos requisitos imprescindíveis para a realização dessa atividade.
Participação e interação	A realização de atividades de Turismo de Aventura favorece o estreitamento da relação positiva entre os turistas com profissionais responsáveis pelo atendimento e condução, do turista com o meio (ambiente e comunidade). A intensa participação do turista como protagonista da vivência o torna a essência do próprio segmento.

Elaborada por: Sylvania Dalcom

Fonte: Turismo de Aventura: Orientações Básicas, 2010

Assim, se no ecoturismo a motivação principal é a observação e a apreciação das características naturais e dos recursos culturais a ela associados, promovendo o desenvolvimento sustentável das populações; no Turismo de Aventura dá-se preferência, em maior e menor grau, à atividade física e situações desafiadoras. (BRASIL, 2009). Pode-se afirmar que o elo entre elas é a possibilidade da ocorrência no mesmo ambiente cênico e a preocupação conservacionista. Por fim, é

importante ressaltar a gestão de riscos, apontada aqui como uma das características essenciais para o planejamento do turismo de aventura, e conseqüentemente um dos balizadores primordiais quando se discute a implementação de estruturas colaborativas em gestão para a busca e salvamento em unidades de conservação. A seguir, esses riscos serão melhor analisados na seção seguinte.

### 2.1.2 Principais atividades praticadas e seus riscos inerentes

Em ambas as modalidades aqui apresentadas, o ecoturismo e o turismo de aventura, promovem uma série de atividades ofertadas para os visitantes as quais proporcionam um contato direto com a natureza que geram emoções, observações, desafios e superações. Um fator importante nesta etapa é compreendermos a diferenciação entre “risco” e “perigo”, para identificarmos não só a importância do planejamento dessas atividades, mas a necessidade de existir uma integração e registro de informações que podem nortear as ações em caso de necessidade de busca e salvamento.

Embora a preocupação como o risco seja inerente a essas duas modalidades, é mais explorado no turismo de aventura e é da normatização desta modalidade que vem o principal embasamento sobre esta questão. De acordo com a NBR15331, que regulamenta os requisitos iniciais para o sistema de gestão de segurança em turismo de aventura descritos pela ABNT, estabelece a diferenciação entre risco e perigo:

**perigo:** Fonte ou situação com potencial para provocar danos em termos de lesão, doença, dano à propriedade, dano ao meio ambiente do local de trabalho, ou uma combinação destes.

**risco:** Combinação da probabilidade da ocorrência de determinado evento e da(s) sua(s) consequência(s). (ABNT, 2006, p. 1 e 2).

Desta maneira, o perigo sempre existirá em áreas remotas e de natureza e os riscos são intrínsecos às atividades praticadas. Porém, quando estes riscos são avaliados, analisados e planejados com adoção de procedimento de prevenção e com articulações entre os gestores dos espaços visitados, seja na esfera pública ou privada, os impactos são reduzidos e controlados.



Outros procedimentos previstos pela NBR 15331 e que são fundamentais para estabelecer nessa articulação uma gestão integrada, referem-se à elaboração de um “Plano de Contingência” e a “Procedimentos Emergenciais”, a saber:

**Plano de Contingência** – é o conjunto planejado de responsabilidades, ações e recursos para lidar com situações não desejadas. No caso de situações de emergência, para cada tipo de atividade de Turismo de Aventura deve ser elaborado um Plano de Emergência adequado, com procedimentos e repostas imediatas. Nesse processo, entre outras coisas, incluem-se a verificação das rotas de fuga, definidas antecipadamente, bem como a indicação da estrutura médico-hospitalar da localidade ou a mais próxima, acessos para resgate e transportes alternativos.

**Procedimentos de emergência** – corresponde a um plano de ação para situações de emergência, entendido como conjunto planejado de responsabilidades, ações e recursos para lidar com incidentes, incluindo os acidentes, durante a operação.

Percebe-se então, a indicação de procedimentos para um planejamento articulado através de planos, controle e comunicação com a finalidade de estruturar os possíveis setores envolvidos em uma ação de busca, salvamento e resgate. A seguir seguem as principais atividades identificadas por cada uma dessas modalidades e seus respectivos riscos:

Quadro 4 - Principais atividades praticadas no ecoturismo e seus riscos inerentes

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	RISCOS
OBSERVAÇÃO DA FAUNA	Relaciona-se com o comportamento e habitats de determinados animais.	O principal risco que o cliente se submete nesta atividade é relacionado à sua própria condição física, muitas vezes superestimada. Alguns dos riscos inerentes a esta atividade são, tropeços, escorregões, exposição prolongada ao sol, atrito no calçado, torções, entre outros.
OBSERVAÇÃO DA FLORA	Permite compreender a diversidade dos elementos da flora, sua forma de distribuição e as paisagens que compõem um bioma, devendo estar associada às possibilidades de interação com a fauna silvestre existente na localidade e região.	
OBSERVAÇÃO DE FORMAÇÕES GEOLÓGICAS	Consiste geralmente em caminhada por área com características geológicas peculiares e que oferecem condições para discussão da origem dos ambientes (geodiversidade), sua idade e outros fatores, por meio da observação direta e indireta das evidências das transformações que ocorreram na esfera terrestre.	
VISITAS A CAVERNAS (ESPELEOTURISMO)	Atividade recreativa originada da exploração de cavidades subterrâneas, também conhecida por espeleologia – estudo das cavernas.	
OBSERVAÇÃO ASTRONÔMICA	Observação de estrelas, astros, eclipses, queda de meteoros, em locais preferencialmente com reduzida influência de iluminação artificial.	
SAFÁRIS FOTOGRÁFICOS	Itinerários organizados para fotografar paisagens singulares ou animais que podem ser feitos a pé ou com a utilização de um meio de transporte.	
CAMINHADAS	Percurso a pé em itinerário predefinido	
TRILHAS INTERPRETATIVAS	Conjunto de vias e percursos com função vivencial, com a apresentação de conhecimentos ecológicos e socioambientais da localidade e região. Podem ser autoguiadas por meio de sinalização e mapas ou percorridas com acompanhamento de profissionais, como Guias de Turismo e Condutores Ambientais Locais.	
MERGULHO LIVRE	Mergulho no mar, rios, lagos ou cavernas com o uso de máscara, <i>snorkel</i> e nadadeiras, sem equipamentos autônomos para respiração.	
<small>Fonte: Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas. 2010 Elaborado por: Sílvia Dalcom, 2018.</small>		

Quadro 5 - Principais atividades praticadas no turismo de aventura e seus respectivos riscos

	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	RISCO
TERRA	ARVORISMO	Locomoção por percursos em altura instalados em árvores ou em outras estruturas	Erro na equipagem do cliente, no manuseio do equipamento e na segurança durante todo o percurso são os maiores riscos, podendo ocasionar quedas e, conseqüentemente, lesões.
	CAMINHADA DE LONGO CURSO	Consiste na realização de percurso a pé, em ambientes naturais com pouca infraestrutura, com diferentes graus de dificuldade. Na caminhada de longo curso o praticante pernoitará em locais ao longo da trilha, pois o trecho percorrido excede o limite de um dia de viagem. O pernoite pode acontecer em situações diversas, como acampamentos, pousadas, fazendas e bivaques, entre outros.	O principal risco que o cliente se submete nesta atividade é relacionado à sua própria condição física, muitas vezes superestimada. Alguns dos riscos inerentes a esta atividade são, tropeços, escorregões, exposição prolongada ao sol, atrito no calçado, torções, entre outros.
	CANIONISMO	O canionismo engloba a "descida de cursos d'água usualmente em cânions, sem embarcação, com transposição de obstáculos aquáticos, horizontais ou	Os cânions são normalmente locais inóspitos com poucas possibilidades de escape, portanto um dos principais riscos do canionismo é a cheia dos rios em
	CICLOTURISMO	Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos de bicicleta	Quedas com hematomas, fraturas e luxações podem acontecer; Desgaste dos Equipamentos de Proteção Individual (EPs) e Condição física desfavorável.
	ESCALADA	A escalada é definida pela ABNT como "ascensão de montanhas, paredes ou blocos rochosos"	O principal risco é o uso inadequado dos equipamentos de segurança, o que pode ocasionar uma queda; Exposição demasiada ao sol, pequenas lesões e escoriações são riscos inerentes à atividade.
	ESPELEOTURISMO	Atividades desenvolvidas em cavernas (grutas, lapas, tocas e afins), oferecidas comercialmente, em caráter recreativo e de finalidade turística	Escurecimento, falta ou falha na iluminação; Quedas; Perda de equipamentos ou suprimentos; Alguém se perder do grupo; Acidentes com animais peçonhentos; Indisposição do cliente.
	RAPEL	produto em que a atividade principal é a descida, em linha aérea ligando dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos	Os principais riscos são os erros na equipagem do cliente, no manuseio do equipamento e na segurança durante a descida. Podem ocasionar quedas e, conseqüentemente, lesões.
	TIROLEZA	A atividade principal é o deslizamento do cliente em uma linha aérea ligando dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos	Os principais riscos são os erros na equipagem do cliente, no manuseio do equipamento e na segurança durante a descida. Podem ocasionar quedas e, conseqüentemente, lesões.
	TREE CLIMBING	Escalada em árvores	A má condução da atividade por condutores inexperientes, ou não possuem um sistema de gestão de segurança definido e em uso, ou que não promovem gerenciamento contínuo de riscos, e não garantem seguros individuais obrigatórios aos seus participantes. Equipamentos e EPs inapropriados, mal cuidados e/ou fadigados principalmente os que retem a vida dos participantes (cordas, fitas e mosquetões).
	TURISMO EQUESTRE	Atividade turística oferecida comercialmente, onde o equino ou muar é o meio de transporte e um dos principais atrativos" (ABNT). Consiste em realizar trajetos, passeios ou enduros sobre um cavalo.	Os riscos inerentes às cavalgadas. Cortes, arranhões, assaduras, coices e queda do animal podem acontecer.
	OBSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE	É a prática de observar/contemplar uma área natural ou especificamente alguns de seus elementos da fauna e flora.	Os principais riscos da observação da vida silvestre variam de acordo com o tipo de observação que será realizada, seja em terra (campo de altitude, florestas, cerrado, etc) ou na água (mar, lagoas, alagados). No entanto, os riscos inerentes são quedas, torções, picadas de animais peçonhentos, arranhões, insolações, entre outros.
ÁGUA	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	RISCO
	BÓIA-CROSS/ ACQUARIDE	É a descida de rios praticada em câmaras de pneus de caminhão, encapadas com lona, nas quais o praticante viaja sentado (boia-cross) ou um bote inflável especialmente concebido para a atividade, onde normalmente deita-se de peito, com o tronco apoiado na embarcação e os membros para fora (acquaride).	O risco principal é afogamento. Desgaste dos Equipamentos de Proteção Individual (EPs).
	CANOAGEM	Atividade praticada em canoas e caiaques, indistintamente, em mar, rio, lago, águas calmas ou agitadas	O risco principal é afogamento. Desgaste dos Equipamentos de Proteção Individual (EPs).
	FLUTUAÇÃO	Consiste no mergulho superficial em rios, mares ou lagos de águas calmas e claras, em que o turista tem contato direto com a natureza, observando rochas, fauna e flora aquáticas com auxílio de máscaras, snorkel, colete salva-vidas e nadadeiras.	O risco principal é afogamento; Os riscos secundários são pequenos machucados e lesões; Há também fatores psicológicos que podem interferir no desempenho do turista no rio.
	RAFTING	O rafting é definido como "descida de rios com corredeiras em botes infláveis". Nesta atividade, quem manda é o rio. Corredeiras, redemoinhos, ondas, pequenas cachoeiras: desbravar um curso d'água em um bote inflável é a grande graça do rafting.	O maior risco dentro desta atividade é o afogamento; Podem ocorrer também choques contra pedras, galhos e outras embarcações, ocasionando lesões como fraturas e luxações; A portagem é normalmente o momento em que os participantes estão mais expostos a quedas, plantas com espinhos e até mesmo animais peçonhentos; É importante ficar atento a todos os comandos repassados pelos condutores.
	MERGULHO	É o "produto em que a atividade principal é o mergulho autônomo e o praticante não é necessariamente um mergulhador qualificado	O risco de afogamento é inerente a qualquer atividade de aventura realizada na água.
	STAND UP PADLE	É uma atividade que mescla canoagem com surfe, em que o turista rema em pé em cima de uma prancha.	O risco principal é afogamento.
AR	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	RISCO
	BALONISMO	Atividade aérea feita em um balão de material anti-inflamável aquecido com chamas de gás propano, que depende de um piloto.	O principal risco da atividade é ser conduzido por condutor inexperiente

Fonte: Site ABETA  
Elaborado por: Sylvia Dalcom, 2018

## 2.2 PARQUES NACIONAIS COMO LÓCUS DO TURISMO DE NATUREZA

O turismo de natureza de acordo com suas premissas, é aquele que faz uso de recursos naturais bem conservados, e os Parques Nacionais têm como essência e destinação à proteção integral de ambientes naturais de grande relevância biológica, nos quais apesar de não serem permitidos interferência humana direta, possibilitam atividades recreativas, dentre elas o ecoturismo e o turismo de aventura. De acordo com Rodrigues, os recursos e espaços naturais de uso comum, como águas superficiais e subterrâneas, florestas, atmosfera e parques, são cada vez mais ‘disputados’ e ‘enaltecidos’ nos âmbitos econômico, social, ambiental e cultural (RODRIGUES, 2009 apud FEENY *et al.*, 2001).

Já a definição da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) para Parques Nacionais tem como objetivo primário a proteção da biodiversidade aliada à promoção da educação e recreação, colocando assim o uso público, ou seja, o turismo como protagonista nos parques nacionais. Neste capítulo faremos um breve histórico sobre os parques nacionais brasileiros, sua legislação pertinente e seus instrumentos de planejamento e gestão voltados para o uso público. Ainda neste capítulo abordaremos as boas práticas internacionais e a realidade brasileira no que tange a gestão e sistema de segurança.

### **2.2.1 Breve Histórico e enquadramento dos Parques Nacionais no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC**

Ao analisar a história da criação dos Parques Brasileiros, faremos apenas um breve resumo desse histórico para nortear e melhor compreender o tempo enquanto elemento estrutural e de gestão para essa categoria enquanto unidades de conservação, a saber:

A primeira proposta de criação de parques nacionais foi realizada em 1876 pelo engenheiro André Rebouças. Influenciado pela experiência do Parque Nacional de Yellowstone<sup>7</sup> e motivado pela conservação de áreas no Brasil, André Rebouças iniciou a discussão para a criação dos parques brasileiros (PÁDUA, 1987; FRANCO, 2002 apud RODRIGUES, 2002)

---

<sup>7</sup> Primeiro Parque Nacional do mundo, criado em 1872. O seu modelo definia “ilha de natureza preservada”, de grande beleza cênica, para usufruto dos visitantes, onde não deveria haver população residente (KINKER, p. 41).

Há um hiato de mais sessenta anos para que de fato fosse criado o primeiro Parque Nacional Brasileiro. Em 1934, o Decreto 23.793<sup>8</sup>, o antigo Código Florestal, foi o primeiro texto legal brasileiro a prever a criação de parques nacionais, estaduais e municipais, assim, em 1937 surge o Parque Nacional de Itatiaia (RJ), seguido, em 1939, pela criação dos Parques Nacionais do Iguaçu (PR) e da Serra dos Órgãos, também no Rio de Janeiro. Têm-se um novo hiato de 20 anos, e somente em 1959 surgem outros Parques. As décadas seguintes se caracterizam por uma série de decretos e leis que tentam de alguma maneira definir e proteger as diversas unidades de conservação que vão sendo criadas neste período. Entretanto, faltavam leis e diretrizes para organizar, sistematizar e gerenciar essa variedade de categorias.

Dessa maneira, em 18 de julho de 2000 é estabelecida a Lei de nº 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, a qual estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. De acordo com o Art 4. o SNUC possui os seguintes objetivos:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua

---

<sup>8</sup> Art. 9º Os parques nacionais, estaduais ou municipais, constituem monumentos públicos naturais, que perpetuam em sua composição florística primitiva, trechos do país, que, por circunstâncias peculiares, o merecem. § 1º É rigorosamente proibido o exercício de qualquer espécie de atividade contra a flora e a fauna dos parques. Disponível em: [http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao\\_ambiental/Legislacao\\_federal/LEIS/CODIGO\\_FLOR\\_ESTAL\\_1934.pdf](http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_federal/LEIS/CODIGO_FLOR_ESTAL_1934.pdf). Acesso em: 12 fev. 2019.

cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000, p. 7).

O SNUC passa a dividir as unidades de conservação em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Tendo a primeira como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.; e a segunda tendo como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. A seguir segue o Quadro 06 o qual identifica as categorias dessas unidades de acordo com seus grupos:

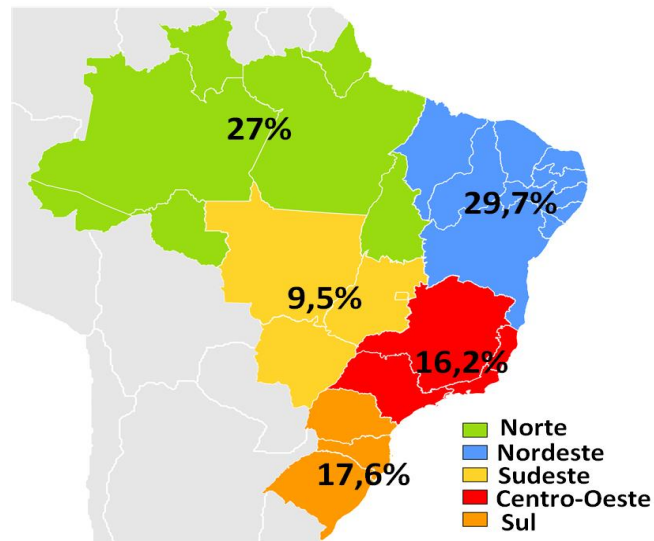
Quadro 6 - Categorias das unidades de conservação por grupos

<b>GRUPO: Unidades de Uso Sustentável</b>	
<b>CATEGORIA</b>	Área de Proteção Ambiental
	Área de Relevante Interesse Ecológico
	Floresta Nacional
	Reserva Extrativista
	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural
<b>GRUPO: Unidades de Proteção Integral</b>	
<b>CATEGORIA</b>	Estação Ecológica
	Reserva Biológica
	<b>Parque Nacional</b>
	Monumento Natural
	Refúgio de Vida Silvestre

Fonte: Lei nº 9.985 - SNUC  
Elaborado por: Sylvia Dalcom

A categoria dos PARNAS - Parques Nacionais de acordo com o Art.11 (SNUC, 2000), tem como objetivo principal a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Atualmente esta categoria dispõe de 74 PARNAS ativos, distribuídos da seguinte maneira:

Figura 1 - Quantidade de PARNAS por região



Fonte: site ICMBIO  
Elaborado: Sylvia Dalcom, 2019

Observa-se que a região Nordeste possui a maior concentração de PARNAS do Brasil, seguida do Norte, Sul, Sudeste e Centro Oeste. A seguir, abordaremos sobre Plano de Manejo, instrumento normativo oficial de planejamento para as UCs que dentre suas funções estabelece e regulamenta a questão do uso público, dentre eles a visitação e prática de atividades turísticas.

### 2.2.2 Instrumentos de Planejamento e a Gestão dos Visitantes

Os Parques Nacionais são áreas cada vez mais procuradas por pessoas que independentemente da motivação tem por objetivo estar mais perto da natureza. O turismo em áreas de proteção pode trazer crescentes benefícios econômicos, seja dentro dos parques ou em suas áreas adjacentes (WEARING; NEIL, 2001, p. 71). A fim de assegurar positivamente a crescente visitação nesses espaços naturais, é necessário desenvolver estratégias que minimizem os riscos e enfatizem seus benefícios. De acordo com Lindberg e Hawkins, essas estratégias para áreas protegidas constitui-se de três fases. A primeira seria avaliar a situação atual da localidade, quanto ao turismo, atrativos naturais, nível de demanda. A segunda fase trata-se de determinar uma situação desejável para o turismo e identificar os passos para concretizá-la e por fim, a terceira fase diz respeito a elaboração de um

documento sobre estratégia ecoturística para registro, planejamento e promoção da localidade. (LINDBERG; HAWKINS, 1995, p. 38).

As normas que regulamentam as diretrizes para utilização, proteção e normatização dos Parques devem constar no Plano de Manejo. Esse instrumento normativo oficial quando ainda não formulado nas UCs limita todas as atividades e obras desenvolvidas nessas unidades de conservação de proteção integral as quais devem ser destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais (SNUC, 2000).

De acordo com Kinker, manejo é um conjunto de ações que lidam com operações do dia-a-dia, necessárias para alcançar os objetivos de um plano. Manejo de uma área protegida significa lidar adequadamente com todos os recursos existentes nela, biofísicos ou humanos. Para tanto, é necessário que se tenha conhecimento dos processos ecológicos e, também das atividades humanas que ocorrem nessas áreas, e em seu entorno, e que interferem com esses ecossistemas. (KINKER, 2002 *apud* CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996, p.39).

Ainda de acordo com os conceitos sobre plano de manejo, o Ministério do Meio Ambiente - MMA, define como um processo dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determina o zoneamento de uma UC, caracterizando uma de suas zonas, propondo seu desenvolvimento físico e estabelecendo diretrizes básicas para o manejo da unidade. Deve abranger também seu entorno e incluir medidas que promovam sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (MMA, 2000).

Já o SNUC define que o plano de manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação, bem como revisado periodicamente neste mesmo tempo. Porém, não se perderá, o enfoque da proteção e dos objetivos específicos de manejo da UC não havendo a necessidade da revisão total do documento.

O plano de manejo da UC será elaborado e/ou revisado com base em um conjunto de conhecimento menor ou mais profundo em função das necessidades de intervenção na UC (motivação) e disponibilidade financeira (meios). As revisões se sucederão durante a implantação do Plano anterior, em um prazo de cinco anos, ou ainda quando fatos novos e relevantes

assim o exijam. Dessa forma o manejo será aprimorado à medida que as revisões se sucedem. (IBAMA, 2001, p. 24).

Para o IBAMA (2002), a organização e execução de um plano de manejo não constitui em uma tarefa fácil, pois trata-se de um documento complexo não tanto em relação ao seu manuseio, mas principalmente em relação à sua elaboração. O Roteiro Metodológico de Planejamento – Parques Nacionais, documento responsável por definir a metodologia e as diretrizes de um PM, tem como prazo um período de oito a dezoito meses para sua elaboração e institui de dez a onze etapas de execução de acordo com as necessidades de aprofundamento do conhecimento da UC, motivação e meios. Ao final dessas etapas, cabe ao IBAMA, como atribuição direta sua implementação.

Os 74 parques nacionais estão abertos à visitação pública com níveis diferentes de ordenamento do uso público, e 54 destes possuem plano de manejo. Além disso, 51 destes PARNAS possuem algum nível de monitoramento desta visitação.

Os PARNAS fazem parte da categoria de UC que mais possui planos de manejo constituído. A principal dificuldade enfrentada pelo ICMBIO não está somente no custo elevado para a elaboração dos planos de manejo, mas principalmente por ter que fazer o planejamento mais completo possível, alcançando todas as áreas e todos os programas de gestão que a unidade pode desenvolver tendo para esta função uma equipe reduzida. Além disso, “os planos acabam levando muito tempo para serem implementados ou as atividades previstas ficam desatualizadas, porque a unidade conseguirá implantar dois ou três programas, os outros ficarão ali no documento e, quando puderem ser implementados, talvez já estejam desatualizados.” (MENEGASSI, 2017).

Para tentar otimizar e reformular este documento, tornando-o mais barato e principalmente, com maior facilidade para sua implementação e revisão que, em 2015, o ICMBIO participou da oficina de ferramenta de planejamento em conjunto com o Serviço Florestal [U.S. Forest Service] e com o Serviço Nacional de Parques americanos [National Park Service – NPS], e conhecem a metodologia que o Serviço Nacional de Parques - NPS usa, o *Foundation Document*<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Podemos traduzir o termo *Foundation Document* como documento alicerce. Documento balizador de informações primárias e essenciais para o planejamento das diretrizes de cada parque. (tradução nossa, 2019).



Para gerenciar efetivamente uma unidade do parque nacional e planejar seu futuro, é necessário um entendimento básico dos recursos, valores e histórico de um parque - uma base para planejamento e gerenciamento. Estes são chamados documentos de fundação. Os documentos da Fundação estão no centro do portfólio de planejamento de cada parque. (NPS, 2019).

De acordo com o site do NPS, cada documento de fundação (*Foundation Document*) visa responder as seguintes questões críticas:

- I. Qual é o propósito deste parque?
- II. Por que ele foi incluído no sistema de parques nacionais?
- III. O que torna isso significativo?
- IV. Quais são seus recursos e valores fundamentais?
- V. Quais requisitos legais e de políticas, mandatos especiais e compromissos administrativos se aplicam a este parque?
- VI. Quais são as principais necessidades de planejamento e dados do parque?

Dessa maneira, o ICMBIO juntamente com a Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN), definem o *Foundation Document* como novo instrumento para a elaboração dos planos de manejo e esta nova metodologia passa a ser adaptada de acordo com a realidade brasileira. Foram escolhidas duas UCs para servirem de pilotos – o PNSJ – Parque Nacional de São Joaquim e a Reserva Extrativista Marinha de Soure. Em 2016, foram realizadas diversas oficinas no ICMBIO com especialistas do NPS e do USFS para capacitar as equipes envolvidas com a elaboração desses novos formatos de plano de manejo.

No novo modelo proposto com base no FD, tem-se como premissa a oportunidade de integrar e coordenar todos os tipos e níveis de planos e decisões a partir de um único entendimento comum do que é mais importante acerca da UC. (IBAMA, 2018). Assim, um plano de manejo deve possuir as seguintes funções:

- Comunica, por meio de um documento tangível, o que é mais importante acerca da UC aos públicos e usuários (inclusive os servidores e funcionários);
- Concentra esforços nos recursos e valores prioritários para a proteção da UC, cruciais para atingir o seu propósito e manter a sua significância;
- Garante uma coerência na UC quanto aos planos e decisões, além de contribuir com programas e ações subsequentes para atingir o propósito da UC e outras missões;

- Serve de base para o desenvolvimento ou correção de todos os planos específicos subsequentes;
- Descreve as diretrizes do ponto de vista da política para recursos e valores-chave na UC;
- Identifica as condições, as ameaças e os problemas que a UC possui em seus recursos e valores chave;
- Identifica e prioriza planos, estudos e ações de manejo que são necessárias para a UC; e
- Fundamenta o processo decisório, usando recursos, instalações e mapas de zoneamento. (ICMBIO, 2018, p. 6).

Os elementos que devem compor esse novo instrumento são: a) declaração de propósito; b) declarações de significância; c) recursos e valores fundamentais; d) subsídios para interpretação ambiental; e) questões-chave; f) avaliação das necessidades de dados e planejamento; g) atos legais e administrativos; h) zoneamento; e i) normas gerais.

Outro ponto importante neste documento, refere-se à alteração na métrica do planejamento no que tange os planos de risco e segurança, os quais não fazem mais parte do plano de manejo. Ou seja, os instrumentos de planejamento transversais, temáticos ou específicos quando elaborados passam a integrar o PM e pautar a gestão dessas unidades de conservação, conforme previsto na instrução normativa nº 07 de julho/2017 do ICMBIO. Esses elementos se interligam em todo o desenvolvimento do processo de elaboração desse novo modelo de plano de manejo, conforme pode ser observado na Figura 2, a seguir:

Figura 2 - Elementos do plano de manejo



Fonte: ICMBIO, 2018.

Percebe-se claramente que este novo modelo facilita a implementação das ações previstas no PM, bem como permite uma dinamização nos processos de releitura de atividades e projetos quando necessário, otimizando assim as revisões e adequações deste documento. Além disso, o tempo de execução reduz o que pode aumentar a eficiência da equipe do ICMBIO responsável pela elaboração deste instrumento. A seguir abordaremos sobre a questão de busca e salvamento em parques nacionais analisando algumas experiências nacionais e internacionais.

### 2.2.3 Busca e Salvamento em Parques Nacionais – boas práticas internacionais e realidade brasileira

Ao analisar boas práticas sobre este tema em parques internacionais, optamos por apresentar aqui o programa de gestão desenvolvido pelo NPS –

National Park Service<sup>10</sup>, órgão responsável pela administração de Parques nos EUA. Os dados foram coletados do site institucional e seus textos e publicações traduzidos e resumidos neste estudo.

O NPS trabalha com um plano de “Proteção de visitantes e recursos, de serviços de emergência”. Dentro desse plano o planejamento de preparação para emergências e operações descreve:

- Fornecer orientação para o gerenciamento de incidentes no nível do parque, bem como o gerenciamento em situações de emergências além dos recursos do NPS;
- Garantir a conformidade da agência com as diretrizes da Segurança Interna, o Plano Nacional de Resposta a Emergências, bem como os padrões do Sistema Nacional de Gerenciamento de Incidentes;
- Apoiar a resposta interinstitucional e nacional aos principais incidentes.

O Plano inclui diversos programas que atuam em conjunto para uma melhor adequação e eficiência do plano, a saber:

- Serviço de emergência médico
- Busca e resgate
- Operações de mergulhador
- Comunicações de Emergência
- Gerenciamento de Estresse de Incidentes Críticos
- Sistema de Gerenciamento de Incidentes

Destacaremos aqui os programas de Serviço de Emergência Médico e de Busca e Resgate para analisar pontos interessantes no que diz respeito a boas práticas para a gestão de visitantes em parques. O fato de não apresentarmos os outros programas deste plano, não significa que não sejam importantes.

O programa de Serviço de Emergência Médico do NPS preconiza que:

- Serviços Médicos de Emergência variam muito de unidade para unidade. Nas unidades de NPS próximas às áreas urbanas, pode haver um acordo com os provedores locais de SGA, que responderão às emergências dentro do parque. Em locais remotos, é mais provável que os parques tenham seus próprios funcionários

---

<sup>10</sup> Since 1916, the National Park Service has been entrusted with the care of our national parks. With the help of volunteers and partners, we safeguard these special places and share their stories with more than 330 million visitors every year. Disponível em: <https://www.nps.gov/aboutus/index.htm> . Acesso em: mar. 2019.

- e equipamentos de EMS, a fim de reduzir o tempo de resposta e aumentar a eficácia.
- Em qualquer unidade do NPS, a equipe do parque provavelmente será a primeira a responder a um incidente do EMS. Todos os funcionários da NPS são incentivados a ter treinamento em Reanimação Cardiopulmonar (RCP) e Desfibrilador Externo Automático (DEA), bem como primeiros socorros básicos.
  - Cada unidade do parque deve desenvolver e manter um plano de operações de emergência, a fim de garantir uma resposta rápida e eficaz a todos os tipos de emergências que possam ser razoavelmente antecipadas.

O programa Busca e Resgate, “Search and Rescue” (SAR) atua diretamente nas operações e atendimentos de incidentes dentro dos Parques. Responder a uma emergência é a prioridade mais alta de um membro da equipe de SAR. Outro ponto interessante é que qualquer funcionário do parque, mesmo que não tenha nas suas atribuições diretas esta finalidade, é possível ser incluído no processo de busca e resgate, seja para ajudar a equipe médica profissional como testemunha, ou servir de relator ou como um ponto de emergência de contato.

Entretanto, seu trabalho mais eficaz remete a educação ambiental através da prevenção, o qual é desenvolvido através do subprograma “*Search and Rescue Prevents – PSAR*”. O programa PSAR foi iniciado em 1997, tendo como objetivo reduzir centenas de doenças relacionadas ao calor que os visitantes do parque experimentavam todos os verões. Algumas dessas doenças resultaram em mortes que poderiam ter sido evitadas com melhor preparação e planejamento. Hoje os *PSAR Rangers Patrol* percorrem as áreas dos Parques e ajudam os visitantes evitarem a necessidade de resgate, fornecendo educação sobre os potenciais perigos envolvidos na excursão ou na caminhada onde quer que você esteja, assim como o tempo e equipamento necessário para completar uma excursão ou caminhada planejada. As principais perguntas feitas pelos *Rangers Patrols* aos visitantes são:

RANGERS PATROLS QUESTIONS:	PERGUNTAS RANGERS PATROLS:
1. Where are you hiking or going today?	1. Onde você está caminhando ou indo hoje?
2. Do you know how far that is & how long it will take you to complete the hike or outing?	2. Você sabe qual a distância e quanto tempo levará você para completar a caminhada ou passeio?
3. Do you have enough water & food with you?	3. Você tem água e comida suficientes com você?
4. Are you drinking your water regularly?	4. Você está bebendo sua água regularmente?
5. Do you have a headlamp or flashlight	5. você tem um farol ou lanterna
6. Do you have a jacket or outer covering?	6. Você tem uma jaqueta ou revestimento externo?
7. Do you know the weather & temperatures to expect?	7. Você sabe o tempo e as temperaturas que esperar?
8. Do you have an accurate map of the area?	8. Você tem um mapa preciso da área?
9. Did you tell someone where you are going and when you will be back?	9. Você disse a alguém para onde está indo e quando você voltará?

Na Nova Zelândia a vida ao ar livre juntamente com atividades de aventura desenvolvidas junto a natureza são características singulares do povo Neozelandês, que utilizam da sua geografia para o desenvolvimento dessas atividades como apelo turístico para o país. Por ter essa característica tão peculiar existe uma robusta estrutura de busca e salvamento articulada no país, tanto para os nativos, como para todos que visitam o país.

A responsabilidade pela política de busca e resgate (SAR) da Nova Zelândia é do governo. Os serviços são gerenciados e coordenados por vários departamentos centrais e agências estaduais, a saber:

- I. Polícia da Nova Zelândia;
- II. Nova Zelândia Marítima;
- III. Autoridade de Aviação Civil;
- IV. Força de Defesa da Nova Zelândia e o
- V. Ministério dos Transportes. (NZAR, 2017).

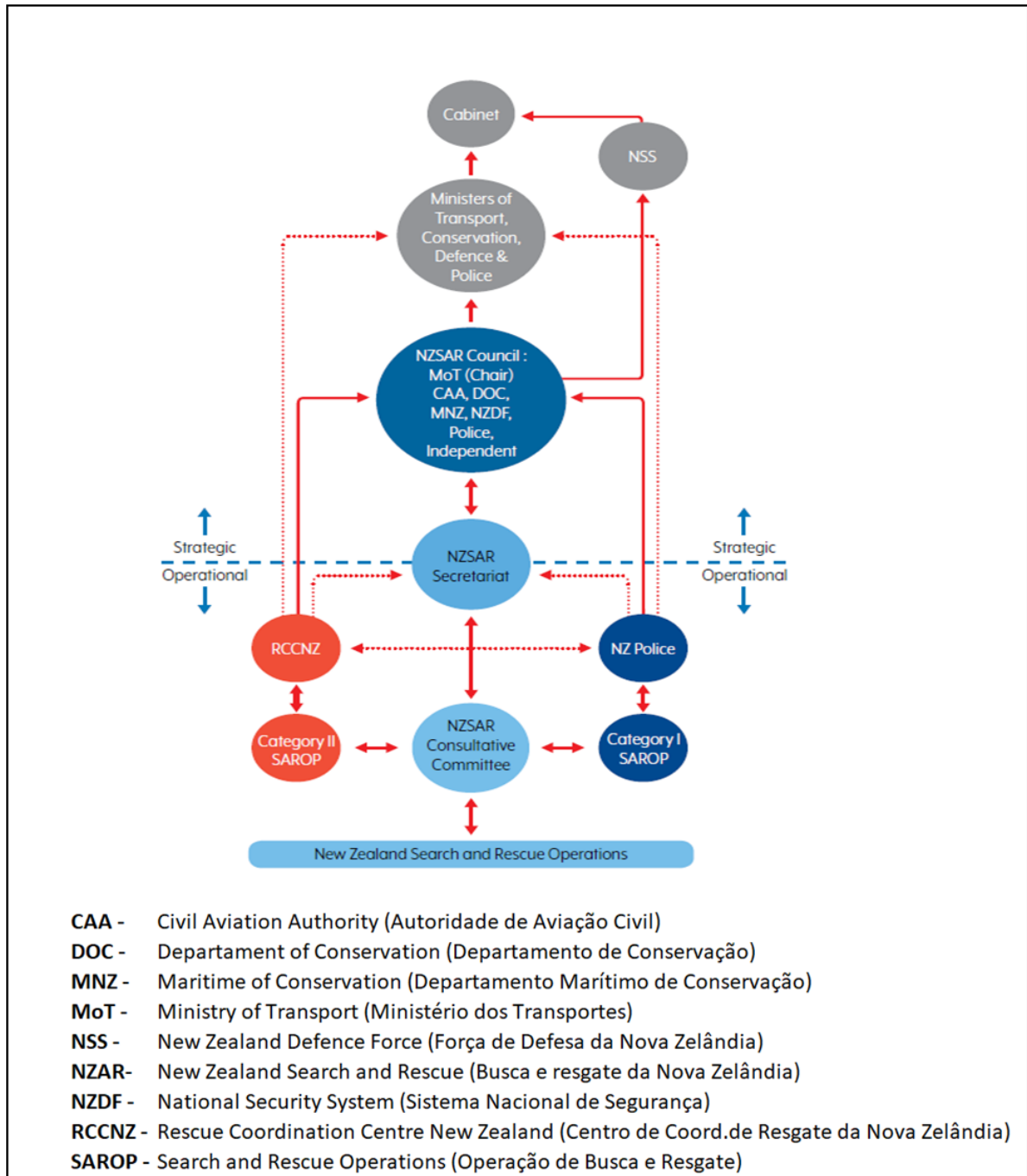
O sistema de segurança é desenvolvido entre as agências de maneira integrada e apoiada por políticas e planos compartilhados. Esse compartilhamento é feito pela New Zealand Search and Rescue (NZSAR), o qual é composto pelo conselho consultivo e pelo Secretariado. O conselho consultivo é composto por um representante de cada departamento central, das agências estaduais e do departamento de conservação, e tem por finalidade fornecer governança estratégica ao processo. Já o Secretariado é responsável pela coordenação estratégica para busca e resgate através de serviços de apoio, assessoria política e implementação de decisões do Conselho NZSAR.

A responsabilidade pela coordenação operacional das ações de busca e salvamento- Search and Rescue Operations (SAROPS) cabe a uma ou outra das

duas autoridades de coordenação: polícia ou Centro de Coordenação e Resgate (*Rescue Coordination Centre New Zealand - RCCNZ*). As autoridades de coordenação trabalham em estreita cooperação quando necessário e coordenam as atividades de muitas organizações do setor de busca e salvamento que fornecem pessoas, aeronaves, embarcações e outras formas de transporte. As operações de campo, ou seja, as atividades de resposta de busca e resgate, são realizadas por uma série de organizações e grupos. A maioria dessas organizações está representada no Comitê Consultivo da NZSAR.

Uma das mais importantes organizações é a *Land Search and Rescue Incorporated* (LandSAR), organização voluntária nacional que presta serviços de busca e resgate de terras a pessoas desaparecidas e feridas em toda a Nova Zelândia, surgiu em 1994 e operam em áreas suburbanas, urbanas, selvagens e rurais, incluindo parques regionais e florestais, costas e cavernas. As habilidades de busca e resgate especializadas são disponibilizadas gratuitamente ao público 24 horas por dia, 7 dias por semana, através da Polícia da Nova Zelândia e do Centro de Coordenação de Resgate. De julho de 2017 a junho de 2018, eles doaram mais de 41.000 horas para as operações de resgate, ajudando a salvar 65 pessoas, resgatar 191 e ajudar outras 426 (LANDSAR, 2018). A seguir segue um organograma que explica como funciona esse sistema integrado de busca e salvamento, vide Figura 03.

Figura 3 - Organograma da estrutura de busca e resgate da Nova Zelândia



Fonte: NZSAR, 2017

Percebe-se que em ambos os países, Estados Unidos e Nova Zelândia, mesmo com configurações diferentes para as normatizações de seus sistemas de segurança, ambas, possuem ações integradas e articuladas voltadas para busca e salvamento em áreas naturais, incluindo os Parques Nacionais.



No Brasil, este é um tema ainda pouco estudado não havendo nenhum trabalho similar publicado no portal capes e que por este motivo, as fontes de informação utilizadas derivam da pesquisa documental em planos de manejo e em normas publicadas por órgãos nacionais e internacionais, em sites mantidos por entidades responsáveis pela gestão de unidades de conservação em países considerados referências e também através de dados coletados na pesquisa de campo.

Dessa maneira, não foram encontrados programas específicos de busca, salvamento e resgate em Parques Nacionais. O critério utilizado para estudarmos a questão de busca e salvamento, foi separar dos 74 parques<sup>11</sup> constituídos, apenas os que possuem plano de manejo. Assim, temos um total de 54 unidades com estas características apontadas, vide quadro abaixo:

Quadro 7 - PARNAS brasileiros abertos à visitação e com plano de manejo

QT	UC	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha)	UF	PM
1	PARNA de Itatiaia	1937	28.086	MG/RJ	Sim
2	PARNA da Serra dos Órgãos	1939	20.021	RJ	Sim
3	PARNA do Iguaçu	1939	169.697	PR	Sim
4	PARNA de Aparados da Serra	1959	13.148	SC/RS	Sim
5	PARNA de Ubajara	1959	6.271	CE	Sim
6	PARNA do Araguaia	1959	555.524	TO	Sim
7	PARNA da Chapada dos Veadeiros	1961	64.796	GO	Sim
8	PARNA da Tijuca	1961	3.959	RJ	Sim
9	PARNA das Emas	1961	132.643	MS/GO	Sim
10	PARNA de Brasília	1961	42.356	DF	Sim
11	PARNA de Caparaó	1961	31.763	ES/MG	Sim
12	PARNA de São Joaquim	1961	45.524	SC	Sim
13	PARNA de Sete Cidades	1961	6.304	PI	Sim
14	PARNA do Monte Pascoal	1961	22.332	BA	Sim
15	PARNA da Serra da Bocaina	1971	104.046	RJ/SP	Sim

<sup>11</sup> Para visualizar o estudo completo dos Parques Nacionais, vide Apêndice A.

QT	UC	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha)	UF	PM
16	PARNA da Serra da Canastra	1972	197.812	MG	Sim
17	PARNA da Amazônia	1974	1.066.208	AM/PA	Sim
18	PARNA de Pacaás Novos	1979	708.670	RO	Sim
19	PARNA do Cabo Orange	1980	657.328	AP	Sim
20	PARNA do Jaú	1980	2.367.357	AM/RR	Sim
21	PARNA de Anavilhanas	1981	340.835	AM	Sim
22	PARNA do Pantanal Mato-Grossense	1981	135.923	MS/MT	Sim
23	PARNA dos Lençóis Maranhenses	1981	156.608	MA	Sim
24	PARNA Marinho dos Abrolhos	1983	87.943	BA	Sim
25	PARNA da Serra do Cipó	1984	31.640	MG	Sim
26	<b>PARNA da Chapada Diamantina</b>	<b>1985</b>	<b>152.144</b>	<b>BA</b>	<b>Sim</b>
27	PARNA da Lagoa do Peixe	1986	36.722	RS	Sim
28	PARNA Marinho de Fernando de Noronha	1988	10.928	PE	Sim
29	PARNA da Chapada dos Guimarães	1989	32.647	MT	Sim
30	PARNA da Serra do Divisor	1989	837.560	AC	Sim
31	PARNA do Monte Roraima	1989	116.749	RR	Sim
32	PARNA Grande Sertão Veredas	1989	230.856	BA/MG	Sim
33	PARNA da Serra Geral	1992	17.302	SC/RS	Sim
34	PARNA de Ilha Grande	1997	76.079	MS/PR	Sim
35	PARNA da Restinga de Jurubatiba	1998	14.867	RJ	Sim
36	PARNA da Serra das Confusões	1998	823.855	PI	Sim
37	PARNA do Viruá	1998	214.951	RR	Sim
38	PARNA Serra da Mocidade	1998	359.944	AM/RR	Sim
39	PARNA Cavernas do Peruaçu	1999	56.449	MG	Sim
40	PARNA Descobrimento	1999	22.694	BA	Sim
41	PARNA do Pau Brasil	1999	18.935	BA	Sim
42	PARNA da Serra da Bodoquena	2000	77.022	MS	Sim
43	PARNA da Serra da Cutia	2001	283.503	RO	Sim

QT	UC	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha)	UF	PM
44	PARNA das Sempre-Vivas	2002	124.156	MG	Sim
45	PARNA de Jericoacoara	2002	8.863	CE	Sim
46	PARNA Montanhas do Tumucumaque	2002	3.865.172	AP	Sim
47	PARNA da Serra do Itajaí	2004	57.375	SC	Sim
48	PARNA da Serra do Pardo	2005	445.413	PA	Sim
49	PARNA das Araucárias	2005	12.810	SC	Sim
50	PARNA Serra de Itabaiana	2005	7.999	SE	Sim
51	PARNA do Juruena	2006	1.958.014	AM/MT	Sim
52	PARNA dos Campos Amazônicos	2006	961.327	RO/MT/AM	Sim
53	PARNA Mapinguari	2008	1.776.929	AM/RO	Sim
54	PARNA Nascentes do Lago Jari	2008	812.753	AM	Sim

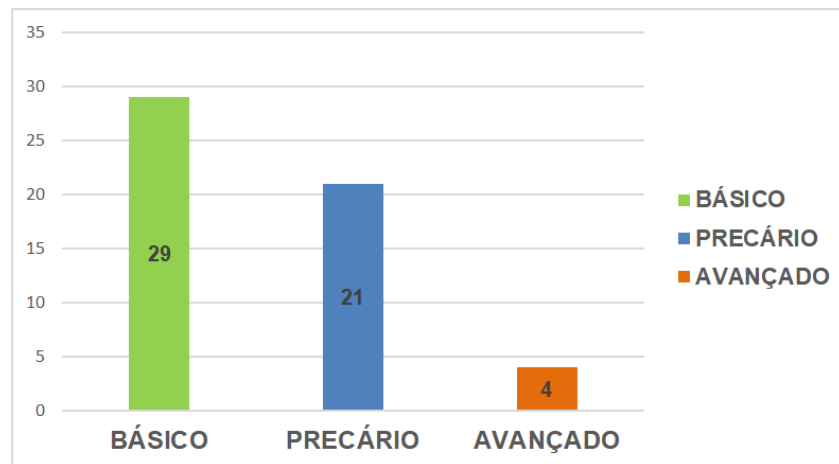
Fonte: ICMBIO (2019).

Nota: Elaboração da autora desta dissertação (2019).

Dentre os 54 parques selecionados como amostra da pesquisa, cerca de 30%, ou seja, 16 unidades, abordam a questão da segurança dos visitantes seja como controle de fluxo, guarda parques ou até mesmo a preocupação em qualificar condutores com primeiros socorros e treinamento de busca e salvamento. Em nenhum deles menciona articulação com outras esferas (pública ou privada) que direta ou indiretamente possam ter relação com este processo, e também, não consta nenhum documento oficial de registros de acidentes.

De acordo com o resultado da análise destes 54 planos de manejo, enquadraram-se as unidades pesquisadas em três categorias no que tange ao nível de atenção que dedicam para a segurança dos visitantes: Avançado, Básico e Precário. Classificou-se na categoria “Precário” as unidades cujos planos de manejo não possuíam nenhuma menção à questão da segurança; o nível “Básico” corresponde aos parques em que os planos citavam a importância do acompanhamento de guia e sua formação e, por fim, como “Avançado” os que de alguma maneira em seus planos de manejo, possuíam um tópico específico voltado para a questão da segurança dos visitantes, vide Figura 4:

Figura 4 - Categorização dos planos de manejo quanto à segurança dos visitantes



Elaboração própria, 2018.

Destes parques, três se destacaram pela atenção que dão à segurança dos visitantes, conforme relatado a seguir: I - O Parque Nacional do Caparaó que define, no seu plano, áreas de risco geológico com a identificação, sinalização e gerenciamento de riscos, estações de monitoramento, acesso a boletins meteorológicos no local e guarda-parques especializados. Quanto ao sistema de busca, resgate e salvamento há treinamentos e capacitação para todos os funcionários do Parque; II - O Parque Nacional de Brasília, a despeito da idade do plano de manejo, de 1997, destaca os serviços de segurança de visitantes e primeiros socorros, contando com Posto Médico com auxiliares de enfermagem e para os serviços de vigilância e controle das áreas de uso público. Vale ressaltar que conta também com funcionários de empresa prestadora de serviços e III - O Parque da Tijuca cujo plano de manejo, além dos pontos comumente abordados nos outros planos sobre segurança de visitantes, dispõe de normas sobre a distribuição de funcionários contratados para o serviço de vigilância desarmada, no monitoramento e apoio à fiscalização nas áreas de uso público, além de formalizar, por meio de um instrumento legal, o apoio do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do ICMBIO. Há ainda ações onde se dá continuidade aos serviços de atendimento aos visitantes, através de recepção especializada, transmissão de vídeo, distribuição de folhetaria, nos três centros de visitantes (Floresta da Tijuca, Espaço Paineiras, Parque Lage e um quarto em estudo para ser implantado na Serra da Carioca).

Para tornar esta análise mais ampla e diversa optou-se também por apresentar as ações de segurança dos PARNAS: Parque Nacional do Iguaçu, Parque Nacional Itatiaia e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. A escolha desses parques responde a alguns critérios estabelecidos, a saber: o PARNA Iguaçu é o de maior visitação pública registrando em 2018 quase 2 milhões de visitantes (ICMBIO, 2018); o PARNA Itatiaia é um dos mais antigos em sua criação e com plano de manejo revisado; e por fim o PARNA da Chapada dos Veadeiros, além de ter passado por um processo recente de concessão, possui dimensões próximas ao PARNA da Chapada Diamantina, objeto de estudo deste trabalho.

O Parque Nacional do Iguaçu tem uma diferenciação entre os outros dois acima mencionados, pois desde 1999 tem à frente da gestão de serviços ao visitante o grupo CATARATAS. Este grupo é responsável pela gestão de alguns serviços como: bilheteria, transporte, estacionamento, lanchonete e restaurante. De acordo com Fernando Henrique Souza, Diretor Institucional do Grupo Cataratas, o parque dispõe de duas ambulâncias e duas enfermarias para apoio aos visitantes, além de possuir seguro de vida embutido no valor do ingresso como parte integrante do contrato de concessão.

Já no Parque Nacional do Itatiaia (PNI), dentre as normas gerais do Plano de Manejo, duas delas chamam atenção quando nos referimos a boas práticas voltadas para o pensar em gestão de riscos e segurança dos visitantes, são elas:

- I. Deverão ser fornecidas aos visitantes, pelo PNI ou parceiros habilitados, informações sobre todas as normas e procedimentos definidos para a visitação ao Parque, dando especial enfoque às normas pertinentes aos atrativos e à área que se destinarem
- II. Não é permitido que o visitante, residente, guia e/ou condutor e seu grupo, transitem fora das trilhas devidamente demarcadas e estradas oficiais, salvo em casos autorizados pela Unidade.

O Plano de Manejo do PARNA Itatiaia ainda prevê um “Plano de Gestão de Riscos e Contingência”, o qual minimamente devem conter os seguintes itens:

- Detalhamento do sistema de comunicação, apto a solicitar socorro aos órgãos locais e regionais responsáveis pela defesa civil, segurança social e defesa da saúde, na ocorrência de sinistros comunicados aos servidores da UC que estiverem em exercício;
- Mapeamento das áreas e atrativos de risco ao usuário, com sua respectiva classificação com relação ao tipo e grau de risco, dificuldade de acesso e meios de resgate;

- Detalhamento e localização dos materiais e equipamentos para atendimentos de contingências à disposição da equipe da Unidade;
- Protocolo de responsabilidades da equipe da UC no atendimento a emergências; e
- Capacitação de colaboradores do PNI para primeiros socorros.

Outro ponto importante é em relação a indicação da utilização dos serviços de condutores cadastrados no PNI, quando isso não ocorre o visitante ou grupo deve assinar o “Termo de Isenção de Responsabilidades e Expressa Assunção de Riscos” (Anexo 2), o qual isenta o parque de responsabilidades civis sobre possíveis acidentes.

Ao analisar o plano de manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros<sup>12</sup> (PNCV) nota-se um planejamento que já pensa na articulação como forma de gestão e gerenciamento compartilhado para esta questão de busca e salvamento. Assim, podemos citar o Termo de Cooperação entre IBAMA e Associações de Condutores de Visitantes juntamente com o PNCV que preconiza como finalidades dessa relação:

O cumprimento dos objetivos de um Parque Nacional, que é associar às Atividades de Recreação com Educação ambiental;  
A proteção da Unidade, através do monitoramento do seu entorno, denunciando as ocorrências de focos de incêndio, invasão, extrativismo e caça;  
A promoção de melhores condições de segurança à visitação por meio de cursos de primeiros socorros busca e resgate.

Outros pontos que fazem referência direta a gestão de riscos, segurança de visitantes e busca, resgate e salvamento constam no Regimento Interno (Anexo 33) descritos a seguir:

**Artigo 67:** define que a entrada de visitantes no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros está condicionada ao acompanhamento por um condutor de visitantes especializado, devidamente credenciado pela administração desta Unidade e pertencente aos quadros das Associações de Condutores formalmente conveniadas com o IBAMA.

**Artigo 87:** determina entre outros requisitos para o credenciamento dos condutores: Certificado de Conclusão de Curso Básico aplicado pelo Centro de Integração de Atividades Ambientais do Parque Nacional da Chapada

<sup>12</sup> O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no nordeste do Estado de Goiás, teve em 18 de dezembro de 2018 um contrato de concessão assinado pelo então ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, e as empresas Parquetur Participações e Socicam Terminais Rodoviários e Representações com a promessa de oferecer “melhorias na estrutura de uso público do parque, para estimular o turismo de aventura e ecológico”. A gestão do PARNA permanece com Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/parque-nacional-da-chapada-dos-veadeiros-e-concedido-a-iniciativa-privada/>. Acesso em: dez. 2018.

dos Veadeiros com no mínimo 260 horas (duzentos e sessenta), contando carga horária de cada matéria e estágios obrigatórios no Parque Nacional, a serem realizados com guias diferentes, sendo no mínimo 4 estágios para cada trilha e com no máximo 2 (dois) estagiários para cada Condutor credenciado; Certificado de conclusão de Cursos de Reciclagem em Primeiros Socorros e Conceitos de Segurança conforme Portaria 814/2001 do Ministério da Saúde a ser realizado semestralmente. As aulas de primeiros socorros deverão privilegiar informações sobre procedimentos próprios para cada época do ano (Período Seco e Período Chuvoso).

**Artigo 93:** normatiza a presença de equipes de busca e resgate em finais de semana, feriados prolongados e períodos de férias escolares (Janeiro e Julho).

O Parque possui ainda um sistema de registro dos grupos e indivíduos, juntamente com a assinatura de um Termo de Responsabilidade, onde o IBAMA e o PNCV se eximem de quaisquer responsabilidades sobre acidentes com o visitante que desobedecer às advertências e orientações na área de uso público da unidade. Os funcionários são orientados para efetuar o registro e a tabulação periódica de dados referentes à entrada de visitantes, e dentre esses registros devem conter as ocorrências de resgate de visitantes, em geral por motivos como fadiga, insolação e pequenas torções.

Podemos afirmar que não existe diretriz padrão para o registro de ocorrências referentes a acidentes nos Parques Nacionais Brasileiros e suas tratativas. Existem ações isoladas, ainda não sistematizadas, mas que podem ser consideradas como um caminho de boas práticas, às quais podem ser associadas as experiências internacionais e assim discutirmos mais amplamente este tema e sua relevância na contribuição para o aumento da segurança e visitação nessas unidades de conservação.

### **3 BUSCA E SALVAMENTO NO TURISMO DE NATUREZA: GESTÃO DE RISCOS, INSTRUMENTOS LEGAIS E PROTOCOLOS QUE NORMATIZAM A ATIVIDADE**

Neste capítulo vamos abordar a importância da gestão de riscos e consequentemente a implantação de um sistema de segurança, para um planejamento de busca e salvamento, suas etapas e funções, além de o destacar como elemento norteador para a elaboração, planejamento e implementação de um sistema de segurança eficiente.

Os instrumentos legais e protocolos são fundamentais para estabelecer regras, criar processos e normatizar as atividades de ecoturismo e turismo de aventura. Esta normatização é de extrema importância para todos os atores envolvidos como forma de garantir a segurança das atividades, a fim de minimizar os riscos inerentes à sua prática.

Assim, ao se intensificar e ampliar o uso público nos PARNAS brasileiros para a prática dessas atividades, a gestão de riscos é fator preponderante para a implementação de normas reguladoras, aplicação de um sistema de segurança e certificação, para assim salvaguardar os visitantes adeptos a esta prática; as operadoras dessas atividades e a própria localidade.

#### **3.1 GESTÃO DE RISCOS E IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE SEGURANÇA VOLTADOS PARA O TURISMO DE NATUREZA**

O estudo dos riscos está diretamente relacionado as dinâmicas sociais que envolvem o comportamento humano e sua relação de vulnerabilidade com o meio social em que vive. O principal motivo para o desenvolvimento e estudos em gestão de riscos sempre estará relacionado a preservação da vida e da saúde humana. (FREITAS, 2018, p. 17).

A avaliação dos riscos é utilizada em diversas áreas, a exemplo da área financeira, saúde, meio ambiente, corporativa, tecnológica, dentre outras. Assim, a gestão de riscos é geralmente abordada pelo ponto de vista quantitativo, e com o suporte de softwares o ser humano passou a realizar previsões, simular cenários e tratar o risco para distintos cenários (JÜTTNER; PECK; CHRISTOPHER, 2003 apud LOPES, 2016, p. 22).

Incorporada em nossa sociedade em diversos setores da administração, a gestão de riscos tem sua raiz na economia, onde sempre buscou atuar na



prevenção e mitigação para minimizar as possíveis perdas. Para Hope (2002, p. 4 apud HAMAUÉ, 2008, p. 64), gestão de riscos “é o processo de melhor lidar com a incerteza quanto à ocorrência ou não das perdas. Um risco pode se tornar aceitável através do seu gerenciamento.”

De acordo com a norma internacional da Austrália e Nova Zelândia AS/NZS ISO 31000:2009 - Risk management — Principles and guidelines<sup>13</sup> (Gerenciamento de riscos - Princípios e diretrizes): “O gerenciamento de riscos pode ser aplicado em toda a organização, em suas diversas áreas e níveis, bem como para funções específicas, projetos e atividades.” (AS/NZS 2009, p. 4)<sup>14</sup>. Para Damodaran (2009), nos últimos séculos, o advento dos mercados e dos instrumentos financeiros por um lado e o crescimento da indústria do lazer por outro, foram fatores que nos permitiram separar o risco físico do risco econômico. Uma pessoa que adquire opções de ações no ramo da tecnologia pode estar expondo-se a um significativo risco econômico sem qualquer risco físico potencial, ao passo que uma pessoa que passa seu final de semana praticando *bungee jump* sujeita-se a um grande risco físico sem qualquer recompensa econômica.

A gestão de riscos analisada sob a perspectiva física e não econômica, é justamente a abordada neste estudo, no que tange à prática do ecoturismo e do turismo de aventura. Os primeiros estudos brasileiros direcionados a este tema tem relação direta com o trabalho desenvolvido pelo Ministério do Turismo em parceria com a Associação das Empresas de Turismo de Aventura (ABETA)<sup>15</sup>, o qual formou o Comitê Brasileiro de Turismo (ABNT/CB-54)<sup>16</sup> e que, por intermédio do Subcomitê Turismo de Aventura, desenvolveu a Norma Técnica ABNT NBR 15331, documento

---

<sup>13</sup> Em 2005, a Organização Internacional de Normalização (ISO) criou um grupo de trabalho para desenvolver o primeiro padrão internacional de gestão de risco usando AS / NZS 4360: 2004 como o primeiro esboço, projeto. O processo padrão de desenvolvimento incluiu ampla consulta pública na Austrália e Nova Zelândia e resultou na publicação da ISO 31000: 2009. Esta Norma Comum Australiana / Nova Zelândia foi preparada pela Joint Technical Comitê OB-007, Gerenciamento de Risco.

<sup>14</sup> É importante ressaltar que a norma acima mencionada, foi a base para a criação da norma brasileira ABNT NBR ISO 31000:2009 - Gestão de riscos — Princípios e diretrizes, que se constitui em uma reprodução idêntica do documento, em conteúdo técnico, estrutura e redação.

<sup>15</sup> A Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – ABETA, reúne mais de 230 associados e é referência nacional de organização empresarial nos segmentos de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Sua missão é tornar essas atividades viáveis econômica, social e ambientalmente, visando, principalmente à satisfação dos seus clientes. (Disponível em: <http://abeta.tur.br/pt/pagina-inicial/>. Acesso em janeiro de 2019)

<sup>16</sup> ABNT/CB-54 - Comitê Brasileiro de Turismo o qual desenvolveu - ABNT: PROJETO 54:003.02-001 – Turismo de Aventura- Sistema de Segurança - Requisitos, documento que estabeleceu as ações norteadoras para a NBR 15331- Turismo de Aventura - Sistema de Segurança – Requisitos.

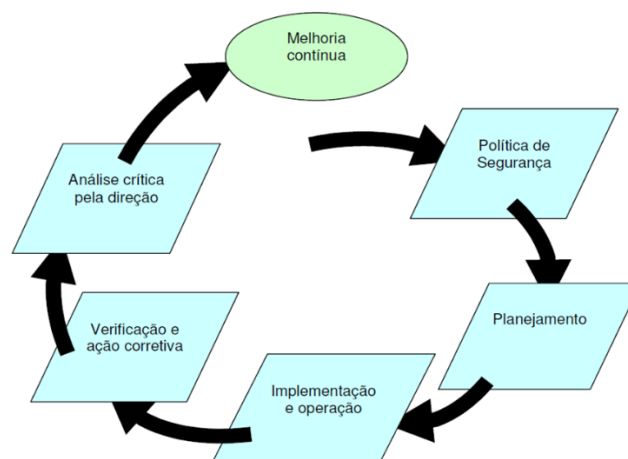
que contém as referências básicas e norteadoras sobre os requisitos para o sistema de segurança para a atividade.

Este documento indica que a gestão de riscos por si só não garante a implantação e normatização de um sistema de segurança, o qual depende do comprometimento de todos os níveis e funções de qualquer organização, em especial da direção. Para garantir que uma organização estabeleça e avalie a eficácia dos procedimentos, desenvolva uma política e objetivos de segurança e atinja a conformidade, o documento sugere utilizar o modelo de gestão PDCA, também originário da área de negócios, que se constitui em uma ferramenta destinada à melhoria de processos, e é composta por quatro etapas:

- **Plan** (Planejar): estabelecer os objetivos e processos necessários para fornecer os resultados de acordo com a política da organização (neste caso, política de segurança);
- **Do** (Implementar): implementar os processos;
- **Check** (Verificar): monitorar e medir o resultado dos processos em relação à política, objetivos e metas e reportar os resultados;
- **Act** (Agir): tomar ações para melhorar continuamente a performance do sistema de gestão (ABNT NBR 15331, 2005, p. 6)

A utilização do ciclo PDCA no gerenciamento de um sistema de segurança para o turismo de aventura é descrito pela ABNT NBR 15331, conforme a Figura 5.

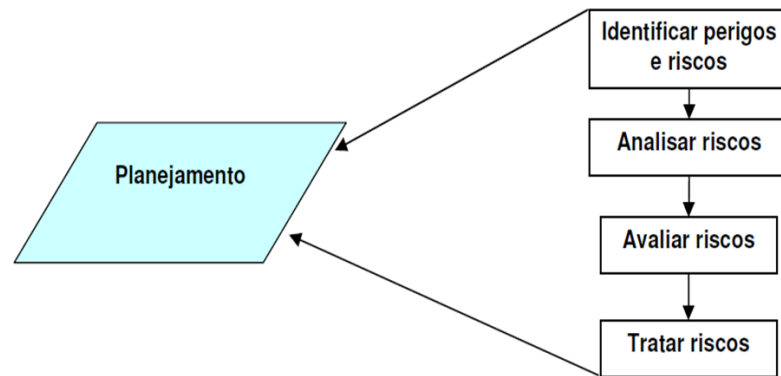
Figura 5 - Esquema do ciclo PDCA



Fonte: ABNT NBR 15331, pg 6, 2005

Outro ponto abordado na ABNT NBR 15331, refere-se às técnicas de gestão de riscos que envolvem genericamente quatro fases: a identificação de perigos e riscos, a análise de riscos, a avaliação de riscos e o tratamento dos riscos, que estão representadas, conforme a Figura 6:

Figura 6 - Esquema da inclusão das técnicas de gestão de riscos no planejamento do PDCA



Fonte: ABNT NBR 15331, pg 7, 2005

Dessa maneira, a finalidade geral desta Norma é assegurar, de maneira sistemática e consistente, a prática segura e responsável de atividades de turismo de aventura, permitindo que uma organização estabeleça e avalie a eficácia dos procedimentos, desenvolva uma política e objetivos de segurança, atinja a conformidade em relação a eles e demonstre-os a terceiros (ABNT, 2005, p. 5).

Dando continuidade ao trabalho de implementação de normas e aprimoramento dos sistemas de segurança na prestação dos serviços de turismo de aventura e ecoturismo, o Brasil remeteu à *International Organization for Standardization - ISO*<sup>17</sup> a proposta de desenvolver uma Norma Internacional para organizações com atuação neste setor, solicitando a liderança da secretaria técnica do Grupo de Trabalho (*Working Group - WG*), a qual se responsabilizou por esta elaboração. Assim, em 2014 foi publicada a ABNT NBR ISO 21101 - Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança, cujo principal objetivo é fortalecer as práticas do turismo de aventura, além de propor um roteiro para a implementação e gestão de um sistema de segurança voltado a este segmento.

Este roteiro apresenta uma metodologia de implementação para um sistema de segurança que aborda os seguintes tópicos: 1 - Contexto da organização; 2 - Liderança; 3 - Planejamento; 4 - Apoio; 5 - Operação; 6 - Avaliação de desempenho e 7 - Melhorias. Esta norma ressalta ainda que não é a única ou a melhor forma de atender aos princípios de segurança no turismo de aventura, mas afirma a

<sup>17</sup> ISO é um órgão independente, uma organização internacional não governamental com 162 entidades nacionais de normalização. Atua no desenvolvimento voluntário de Normas Internacionais que dão suporte à inovação e proveem soluções para as mudanças globais.

importância dessa utilização como fonte de consulta, levando em consideração as características aplicáveis e adequadas para cada negócio, como a localidade da empresa, porte, tipos de atividades de turismo de aventura e local onde são realizadas, entre outros (ISO, 2016, p. 3).

Outros aspectos que são incorporados ao planejamento e implementação dessa norma apresentam benefícios nas mais diversas esferas apontadas a seguir:

**Segurança** - para a equipe envolvida com a operação turística como também aos participantes;

**Ambiental** - a norma contribui para a minimização dos impactos ambientais negativos e auxilia na manutenção da qualidade ambiental dos atrativos turísticos;

**Econômico** - ela viabiliza operações seguras do turismo de aventura e proporciona um diferencial de marketing, gerando vantagens competitivas para as empresas do segmento, facilitando o acesso a novos mercados;

**Social e Cultural** - ela estimula boas condições de trabalho, enfatiza a preservação do patrimônio cultural e promove o respeito aos direitos dos trabalhadores, na busca do aprimoramento de suas competências e na valorização das comunidades locais e

**Político** - por promover o respeito a legislação e a cidadania.

Assim, a gestão de riscos é considerada alicerce primordial para fundamentar as diretrizes e implantação de qualquer sistema de segurança, pois segundo a NBR ISO (2016, p.16) contribui:

na identificação dos perigos associado as às diferentes etapas da operação, na correlação destes perigos com uma previsão dos danos possíveis, na análise do risco a partir da combinação entre probabilidade de ocorrência e consequência do evento e no cenário em que o perigo é gerador dos vários danos possíveis.

Complementarmente, essa preocupação é vista como uma forma de gerar benefícios econômicos para o operador do turismo de natureza, inclusive na sustentabilidade do próprio negócio e em sua competitividade no mercado. No próximo capítulo trataremos da regulamentação específica do turismo de aventura e ecoturismo.

### 3.2 REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA DO TURISMO DE AVENTURA E ECOTURISMO NO BRASIL

Para compreender melhor a importância e a abrangência da elaboração de instrumentos legais e normativos aplicados ao planejamento e monitoramento de

serviços, produtos, processos, sistema de gestão e pessoas é necessário compreender as diferenças entre normalização e certificação.

De acordo com a ABNT (2018), “normalização é o processo de formulação e aplicação de regras para a solução ou prevenção de problemas, com a cooperação de todos os interessados, e, em particular, para a promoção da economia global”. Logo, norma é o documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece regras, diretrizes ou características mínimas para atividades ou para seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto.

As normas estabelecem requisitos quanto à qualidade, desempenho e ou segurança do objeto de estudo, dessa maneira a ABNT (2018) destaca como principais benefícios, a saber:

- tornam o desenvolvimento, a fabricação e o fornecimento de produtos e serviços **mais eficientes, mais seguros e mais limpos**;
- **facilitam o comércio** entre países tornando-o **mais justo**;
- fornecem aos governos uma base técnica para **saúde, segurança e legislação ambiental**, e avaliação da conformidade;
- **compartilham** os avanços tecnológicos e a boa prática de gestão;
- disseminam a **inovação**;
- **protegem os consumidores** e usuários em geral, de produtos e serviços; e
- tornam a vida mais simples provendo **soluções** para problemas comuns

Já a certificação tem como premissa garantir que a produção seja controlada e que os produtos estejam atendendo as normas técnicas continuamente. De acordo com a ABNT, certificação é um processo no qual uma entidade independente (3ª parte) avalia se determinado produto atende às normas técnicas. Esta avaliação se baseia em auditorias no processo produtivo, na coleta e em ensaios de amostras. O resultado satisfatório destas atividades leva à concessão da certificação e ao direito ao uso da Marca de Conformidade ABNT em seus produtos (ABNT, 2018). Seus principais objetivos são:

- Promover o comprometimento com a qualidade;
- É um método gerencial que lhe permite medir a melhoria contínua do desenvolvimento do negócio;
- Assegurar eficiência e eficácia do produto, serviço ou sistema;
- Introduzir novos produtos e marcas no mercado;
- Reduzir perdas no processo produtivo e melhorar a sua gestão;
- Diminuir controles e avaliações por parte dos clientes;

- Fazer frente à concorrência desleal;
- Melhorar a imagem da organização e de seus produtos ou atividades junto aos seus clientes;
- Assegurar que o produto, serviço ou sistema atende às normas;
- Tornar a organização altamente competitiva com produtos em conformidade às normas técnicas.

Ao compreender melhor seus conceitos e sua aplicabilidade, podemos entender a abrangência e os benefícios gerados para produtos e ou serviços que fazem o uso dessas normas e certificações. De maneira sintética, a norma estabelece os padrões que devem ser seguidos e a certificação verifica se eles estão sendo cumpridos.

Assim, como a crescente expansão do Ecoturismo e o Turismo de Aventura já eram apontados pela Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2003, que era necessário desenvolver normas e certificações visando regulamentar as atividades de ecoturismo e, principalmente, das diversas modalidades de atividades do turismo de aventura já praticadas, a fim de consolidar a imagem desse segmento dentro e fora do país. Logo, nesse mesmo ano, o Ministério do Turismo lança o Projeto de Normalização e Certificação em Turismo de Aventura que teve como objetivo “identificar os aspectos críticos da operação responsável e segura desse segmento e subsidiar o desenvolvimento de um conjunto de Normas Técnicas para as diversas atividades”. (ABETA; MTUR, 2011, p. 19).

Para articular e executar esse projeto, o Ministério do Turismo contou com a parceria do Instituto de Hospitalidade - IH e da ABNT, na figura do seu Comitê Brasileiro do Turismo ABNT/CB-54 e seus respectivos subcomitês. Então, em 2004, foi elaborado o primeiro diagnóstico do segmento e teve início o desenvolvimento das normas para os aspectos críticos identificados na primeira fase do projeto. Nesse mesmo ano, junta-se a essa comissão de trabalho, a ABETA.

Para elaboração dessas normas foram ouvidos representantes dos segmentos interessados, e junto com as Comissões de Estudo do Subcomitê Turismo de Aventura foram promovidas discussões e análises acerca de cada tema em debate (ABETA; MTUR, 2011, p. 11). Essas normas se aplicam de acordo com suas funções, a saber: Terminologia; Informações à Clientes; Procedimentos; Produtos (Requisitos de operação); Requisitos construtivos; Sistema de Gestão de Segurança; Competência de Pessoal e Classificação de Percursos. Abaixo

apresentaremos as normas publicadas com suas respectivas finalidades e agrupadas de acordo com sua função e aplicabilidade.

Quadro 8 - NBR - turismo de aventura: sistema de segurança

Nº	TÍTULO	DESCRIÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
ABNT NBR ISO 21101:2014	Turismo de aventura — Sistemas de gestão da segurança — Requisitos	Esta Norma estabelece os requisitos de um sistema de gestão da segurança para prestadores de serviços de atividades de turismo de aventura.	24/11/2014
ABNT NBR 15331:2005	Turismo de Aventura – Sistema de gestão da segurança – Requisitos	Especifica requisitos para um sistema de gestão da segurança e aplicação de processos de melhoria contínua visando promover a prática de atividades de aventura de forma segura.	30/12/2005

Fonte: Site ABNT  
Elaboração própria, 2019

Quadro 9 - NBR - turismo de aventura: terminologia

Nº	TÍTULO	DESCRIÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
ABNT NBR 15500:2014	Turismo de aventura — Terminologia	Esta Norma define os termos comumente utilizados nas diversas atividades de turismo de aventura, incluindo termos relacionados à segurança, serviços e equipamentos.	24/11/2014

Fonte: Site ABNT  
Elaboração própria, 2019

Quadro 10 - NBR - turismo de aventura: informações a clientes

Nº	TÍTULO	DESCRIÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
ABNT NBR ISO 21103:2014	Turismo de aventura — Informações para participantes	Esta Norma especifica os requisitos mínimos para a informação a ser fornecida aos participantes antes, durante e após as atividades de turismo de aventura.	24/11/2014

Fonte: Site ABNT  
Elaboração própria, 2019

Quadro 11 - NBR - turismo de aventura: requisitos construtivos

Nº	TÍTULO	DESCRIÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
ABNT NBR 15508-1:2018	Turismo de aventura - Parque de arvorismo Parte 1: Requisitos das instalações físicas	Esta Parte da ABNT NBR 15508 especifica os requisitos para projeto, construção, montagem, ensaios, inspeção, manutenção e desmontagem de parques de arvorismo com finalidade turística.	25/09/2018

Fonte: Site ABNT  
Elaboração própria, 2019

Quadro 12 - NBR - turismo de aventura: procedimentos

Nº	TÍTULO	DESCRIÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
ABNT NBR 15502:2011	Turismo de aventura — Técnicas verticais — Procedimentos	Esta Norma estabelece procedimentos específicos para a aplicação de técnicas verticais em produtos turísticos com atividades de turismo de aventura, com o objetivo de promover a satisfação e a segurança dos clientes e condutores, incluindo procedimentos seguros e o atendimento dos requisitos do cliente e requisitos regulamentares aplicáveis.	16/03/2011

Fonte: Site ABNT  
Elaboração própria, 2019

Quadro 13 - NBR - turismo de aventura: classificação de percursos

Nº	TÍTULO	DESCRIÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
ABNT NBR 15507-2:2019	Turismo de aventura — Turismo equestre Parte 2 - Classificação de percursos	Esta Norma estabelece os critérios referentes à classificação de percursos utilizados em turismo equestre quanto às suas características e severidade.	12/04/2019
ABNT NBR 15509-2:2017	Cicloturismo Parte 2: Classificação de percursos	Esta Norma estabelece a classificação de percursos de cicloturismo.	14/12/2017

Fonte: Site ABNT  
Elaboração própria, 2019

Quadro 14 - NBR - turismo de aventura: produtos (requisitos de operação)

Nº	TÍTULO	DESCRIÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
ABNT NBR 15453:2006	Turismo de aventura - Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues - Requisitos para produto	Esta Norma estabelece os requisitos para produtos de turismo fora-de-estrada utilizando veículos de tração 4x4 ou bugues, relativos à segurança dos clientes e condutores.	29/12/2006
ABNT NBR 15501:2011	Turismo de aventura — Técnicas verticais — Requisitos para produto	Esta Norma aborda os serviços para o fornecimento de produtos turísticos das atividades de cachoeirismo, tirolesa, rapel e escalada, bem como estabelece os requisitos da operação relativos à segurança dos clientes e condutores destes produtos com atividades de turismo de aventura que empregam técnicas verticais. Esta Norma foi redigida de forma a aplicar-se a todos os tipos e portes de organizações e para adequar-se a diferentes condições geográficas, culturais e sociais.	16/03/2011
ABNT NBR 15503:2008	Turismo de aventura - Espeleoturismo de aventura - Requisitos para produto	Esta Norma estabelece os requisitos para produtos de espeleoturismo de aventura e espeleoturismo vertical relativos à segurança dos clientes e condutores.	16/06/2008
ABNT NBR 15507-1:2019	Turismo de aventura — Turismo equestre Parte 1: Requisitos para produto	Esta Norma estabelece os requisitos para produto de turismo equestre relativo à segurança dos participantes, líderes, auxiliares e animais.	12/04/2019
ABNT NBR 15508-2:2019	Turismo de aventura - Parque de arvorismo Parte 2: Requisitos de operação	Esta parte da ABNT NBR 15508 estabelece os requisitos para a operação de percursos de arvorismo e para as competências dos líderes de arvorismo, incluindo tirolesa com cabo de aço, isolada ou não, relativos à segurança dos participantes e líderes.	27/03/2019
ABNT NBR 15509-1:2019	Turismo de aventura - Cicloturismo Parte 1: Requisitos para produto	Esta Norma estabelece os requisitos de turismo de aventura para os produtos de cicloturismo relativos à segurança dos participantes e líderes. Esta Norma foi redigida para ser aplicável a todos os tipos e tamanhos de organizações e para adaptar-se a diferentes condições geográficas, culturais e sociais.	26/02/2019
ABNT NBR 16707:2018	Turismo de aventura - Turismo com veículos quadriciclos e triciclos - Requisitos para produto	Esta Norma estabelece os requisitos para produtos com atividades de turismo de aventura com veículos motorizados quadriciclos ou triciclos, relativos à segurança dos participantes e líderes de turismo de aventura com veículos motorizados e seus auxiliares. Esta Norma aplica-se a todos os tipos e portes de organizações e é adequada a diferentes condições geográficas, culturais e sociais.	29/08/2018
ABNT NBR 16708:2018	Turismo de aventura - Rafting - Requisitos para produto	Esta Norma estabelece os requisitos para produtos com atividades de turismo de aventura com rafting ou duck em águas brancas, relativos à segurança dos participantes e líderes. Esta Norma aplica-se a todos os tipos e portes de organizações e é adequada a diferentes condições geográficas, culturais e sociais.	29/08/2018
ABNT NBR 16714:2018	Turismo de aventura - Bungee jump - Requisitos para produto	Este Documento estabelece os requisitos de projeto, instalação e montagem, incluindo a especificação de alguns equipamentos, bem como estabelece os requisitos da operação relativos à segurança dos participantes e líderes de produtos com atividades de turismo de aventura que oferecem bungee jump, como também as competências dos líderes de turismo de aventura de bungee jump. Este Documento foi elaborada de forma a ser aplicável a todos os tipos e portes de organizações e para ser adequada a diferentes condições geográficas, culturais e sociais.	24/10/2018
ABNT NBR 16760:2019	Turismo de aventura — Turismo com atividades de canionismo e cachoeirismo — Requisitos para produto	Esta Norma estabelece os requisitos para produtos com atividades de turismo de aventura com atividades de canionismo e cachoeirismo, relativos à segurança dos participantes e líderes.	27/03/2019

Fonte: Site ABNT  
Elaboração própria, 2019



Quadro 15 - NBR - turismo de aventura: competência de pessoal

Nº	TÍTULO	DESCRIÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
ABNT NBR 15285:2015	Turismo de aventura - Líderes -Competência de pessoal	Esta Norma estabelece os requisitos que o mercado considera como competências mínimas e os respectivos resultados esperados para líderes de atividades de turismo de aventura, comuns a qualquer atividade de turismo de aventura.	29/05/2015
ABNT NBR 15397:2006	Turismo de aventura - Condutores de montanhismo e de escalada - Competência de pessoal	Esta Norma estabelece os resultados esperados e as competências mínimas para condutores de turismo de aventura nas atividades de montanhismo e escalada.	25/09/2006
ABNT NBR 15398:2006	Turismo de aventura - Condutores de caminhada de longo curso - Competências de pessoal	Esta Norma estabelece os resultados esperados e as competências mínimas para condutores de turismo de aventura com atividades de caminhada de longo curso.	25/09/2006
ABNT NBR 15399:2006	*Turismo de aventura - Condutores de espeleoturismo de aventura - Competências de pessoal	Esta Norma estabelece os resultados esperados e as competências mínimas para condutores na atividade de espeleoturismo de aventura.	30/10/2006
ABNT NBR 15400:2006	*Turismo de aventura - Condutores de canionismo e cachoeirismo - Competência de pessoal	Esta Norma estabelece os resultados esperados e as competências mínimas para condutores de turismo de aventura na modalidade de canionismo e cachoeirismo.	11/12/2006
ABNT NBR ISO 24801-1:2018	Serviços de mergulho recreativo - Requisitos para o treinamento de mergulhadores autônomos recreativos Parte 1: Nível 1 - Mergulhador supervisionado	Esta Parte da ABNT NBR ISO 24801 especifica as competências requeridas de um mergulhador autônomo para que ele obtenha uma qualificação de uma organização de treinamento atestando que ele atingiu ou excedeu o nível 1 de mergulhador autônomo ("Mergulhador supervisionado"), bem como especifica critérios de avaliação destas competências.	20/07/2018
ABNT NBR ISO 24801-2:2018	Serviços de mergulho recreativo - Requisitos para o treinamento de mergulhadores autônomos recreativos Parte 2: Nível 2 - Mergulhador autônomo	Esta Parte da ABNT NBR ISO 24801 especifica as competências requeridas de um mergulhador autônomo, para que ele obtenha uma qualificação de mergulhador autônomo de uma organização de treinamento que ateste que ele atingiu ou excedeu o Mergulhador Autônomo Nível 2 (Mergulhador autônomo), bem como especifica os critérios de avaliação destas competências.	20/07/2018
ABNT NBR ISO 24801-3:2018	Serviços de mergulho recreativo - Requisitos para o treinamento de mergulhadores autônomos recreativos Parte 3: Nível 3 - Líder de mergulho	Esta Parte da ABNT NBR ISO 24801 especifica as competências requeridas de um mergulhador autônomo para obter uma qualificação de mergulhador autônomo de uma organização de treinamento, atestando que ele atingiu ou excedeu o nível 3 de Mergulhador Autônomo ("Líder de mergulho"),bem como especifica os requisitos de avaliação destas competências.	17/09/2018
ABNT NBR ISO 24802-1:2019	Serviços de mergulho recreativo - Requisitos para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo Parte 1: Nível 1	Este Documento especifica as competências requeridas para um instrutor de mergulho autônomo, para que ele obtenha a qualificação de instrutor de mergulho autônomo de uma organização de treinamento que ateste que ele atingiu ou excedeu o nível instrutor de mergulho autônomo nível 1, bem como especifica os critérios de avaliação destas competências.	29/01/2019
ABNT NBR ISO 24802-2:2019	Serviços de mergulho recreativo - Requisitos para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo Parte 2: Nível 2	Este Documento especifica as competências requeridas para um instrutor de mergulho autônomo, para que ele obtenha a qualificação de instrutor de mergulho autônomo de uma organização de treinamento que ateste que ele atingiu ou excedeu o nível instrutor de mergulho autônomo nível 2, bem como especifica os critérios de avaliação destas competências.	29/01/2019

Fonte: Site ABNT  
Elaboração própria, 2019

Dando continuidade a este processo, uma vez criadas e discutidas, essas normas precisariam ser conhecidas e, acima de tudo era necessário gerar mecanismos de mobilização junto às empresas do segmento de ecoturismo e turismo de aventura para que a normalização fosse implementada. Diante desse contexto, em 2005, o Ministério do Turismo, o SEBRAE Nacional e a ABETA

estabeleceram uma parceria através do Projeto de Fortalecimento e Qualificação do Turismo de Aventura no Brasil, conhecido como Programa Aventura Segura – PAS.

Os principais objetivos do PAS são: estruturar, qualificar, certificar e fortalecer a oferta desses segmentos. Em 2006, ocorrem as primeiras ações do programa, que se deu através de um diagnóstico nacional do setor e na sequência, delineou-se o planejamento estratégico do Ecoturismo e do Turismo de Aventura. Este programa foi direcionado de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Turismo - PNT<sup>18</sup> e seus principais objetivos foram: ações de fortalecimento institucional do segmento, qualificação e capacitação de condutores, empresários e profissionais; desenvolvimento de capacidade de resposta a emergências e acidentes e a ampla disseminação da cultura da qualidade e da segurança para a operação responsável e segura das atividades de Ecoturismo e Turismo de Aventura; subsídio às iniciativas de certificação com base nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABETA; MTUR, 2011, p. 14).

Para alcançar esses objetivos, em 2007, foram criadas e implementadas metas aplicadas a cada um desses objetivos utilizando-se de uma ampla gama de metodologias como oficinas; espaços educativos em eventos de turismo; congressos técnicos e seminários; cursos presenciais e à distância; assistência técnica e certificações. Dentre essas metas pode-se destacar:

- 1 - **Disseminação do Conhecimento** - Disseminação de conhecimento técnico relacionado à gestão empresarial e operação responsável e segura do segmento;
- 2 - **Associativismo e Governança** - Fortalecimento e articulação de organizações representativas do segmento do Turismo de Aventura e elaboração de planejamento estratégico para o desenvolvimento do segmento;
- 3 - **Grupos Voluntários de Busca e Salvamento – GVBS** - Organização, qualificação e estruturação de GVBS;
- 4- **Socioambiental** - Disseminação de práticas socioambientais responsáveis para os empresários de Ecoturismo e Turismo de Aventura;
- 5 - **Consumo Consciente** - Conscientização de consumidores como mecanismo de indução à adoção de normas e padrões de qualidade e segurança
- 6 - **Qualificação Empresarial** - Qualificação de empreendedores e gestores do segmento via cursos presenciais, de educação a distância e por meio de assistência técnica para a implementação do Sistema de Gestão de

---

<sup>18</sup> Plano Nacional de Turismo - PNT - conjunto de diretrizes, metas e programas que orientam a atuação do Ministério do Turismo, em parceria com outros setores da gestão pública nas três esferas de governo e com as representações da sociedade civil, iniciativa privada e terceiro setor, relacionadas ao turismo, nos termos do art. 6º da Lei nº 11.771, de 2008. (Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010).

Segurança para o Turismo de Aventura, atendendo os requisitos da ABNT NBR 15331 – Sistema de Gestão da Segurança, visando à certificação  
 7 - **Qualificação Profissional** - Qualificação presencial e a distância de condutores de Ecoturismo e Turismo de Aventura conforme a ABNT NBR 15285 – Condutores de Turismo de Aventura - Competências de Pessoal  
 8 - **Certificação de Empresas e Pessoas** - Implementação de ações de Avaliação da Conformidade para empresas e profissionais baseadas nas Normas Técnicas ABNT NBR 15331 e ABNT NBR 15285, respectivamente. (ABETA; MTUR, 2011, p. 16).

Outro ponto importante nesse processo de regulamentação e implementação das normas e certificações para o segmento das atividades do ecoturismo e turismo de aventura, foi a promulgação do Decreto nº 7.381, de dezembro de 2010, conhecido como Lei Geral do Turismo. Esse decreto, de acordo com seu Art. 1º, regulamenta a Lei nº 11.771, de setembro de 2008, o qual estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, dispõe sobre o Plano Nacional de Turismo - PNT, institui o Sistema Nacional de Turismo, o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, dispõe sobre o fomento de atividades turísticas com suporte financeiro do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, o cadastramento, classificação e fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos e estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas.

No que tange o cadastramento, a classificação e fiscalização dos prestadores de serviços, este Decreto no seu artigo 34, tem uma atenção voltada para as empresas que comercializam serviços voltados para o turismo de aventura e torna obrigatório o uso das normas técnicas já estabelecidas para as atividades desse segmento, reforçando assim não só a preocupação com a qualidade e informações corretas desses serviços, mas principalmente com a segurança e o respeito ao meio ambiente, conforme podemos observar abaixo:

Art. 34. Deverão as agências de turismo que comercializem serviços turísticos de aventura:

I - dispor de condutores de turismo conforme normas técnicas oficiais, dotados de conhecimentos necessários, com o intuito de proporcionar segurança e conforto aos clientes;

II - dispor de sistema de gestão de segurança implementado, conforme normas técnicas oficiais, adotadas em âmbito nacional;

III - oferecer seguro facultativo que cubra as atividades de aventura;

IV - dispor de termo de conhecimento com as condições de uso dos equipamentos, alertando o consumidor sobre medidas necessárias de segurança e respeito ao meio ambiente e as consequências legais de sua não observação;

V - dispor de termo de responsabilidade informando os riscos da viagem ou atividade e precauções necessárias para diminuí-los, bem como sobre a

forma de utilização dos utensílios e instrumentos para prestação de primeiros socorros; e

VI - dispor de termo de ciência pelo contratante, em conformidade com disposições de normas técnicas oficiais, que verse sobre as preparações necessárias à viagem ou passeio oferecido.

§ 1º Para os fins deste Decreto, entende-se por turismo de aventura a movimentação turística decorrente da prática de atividades de caráter recreativo e não competitivo, tais como arvorismo, bóia cross, balonismo, bungee jump, cachoeirismo, cicloturismo, caminhada de longo curso, canoagem, canionismo, cavalgada, escalada, espeleoturismo, flutuação, mergulho, turismo fora de estrada, rafting, rapel, tirolesa, vôo livre, wind surf e kite surf.

Diante do exposto, fica evidente a preocupação cada vez maior do Ministério do Turismo e das organizações parceiras com a estruturação e profissionalização deste segmento através da construção, regulamentação e acompanhamento dos instrumentos normativos. Além disso, percebe-se um trabalho efetivo que busca a articulação entre os setores que executam as atividades de ecoturismo e turismo de aventura, com as localidades receptoras dessas práticas, respeitando suas características e diferenciação sócio-econômico-cultural. Porém, não há estudos que apontem articulações efetivas maiores que envolvam os municípios receptores e setores que direta ou indiretamente compõem o arranjo turístico local.

Na próxima seção será abordado a questão de busca e salvamento em áreas de cobertura vegetal de risco na perspectiva do Corpo de Bombeiros.

### 3.3 BUSCA E SALVAMENTO EM COBERTURA VEGETAL DE RISCO – ATUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS

No Brasil, a Constituição de 1988 define as atribuições e responsabilidades do Corpo de Bombeiros Militares são: prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento e, agora, a de defesa civil, como previsto no artigo 144, § 5º, final da Constituição Federal de 1988 e legislação infraconstitucional de cada unidade federada (BRASIL, 1988).

As ocorrências de busca e salvamento fazem parte do contexto operacional dos Bombeiros desde a sua criação, embora sua missão, originariamente, tenha sido o combate a incêndio, atualmente, a atividade de salvamento possui elevada estatística de atendimento operacional e, em especial, as que abrangem operações em cobertura vegetal de risco. Entende-se como cobertura vegetal de risco: “locais que por suas características de altura e densidade, dificulte ou impossibilite ao ser humano orientar-se adequadamente no terreno, tais como: mata, capoeira,

cerradão, cerrado, restinga, mangue e reflorestamentos. O relevo da área também constitui um fator de risco por adicionar condições desfavoráveis ao deslocamento seguro”. (SÃO PAULO, 2008; GOIÁS, 2018).

Optou-se por trabalhar com os manuais operacionais dos bombeiros dos Estados de São Paulo e Goiás, por servirem de referência para várias outras corporações no Brasil, inclusive o Corpo de Bombeiros da Bahia, que utiliza como referência para seus procedimentos operacionais em áreas de cobertura de risco o manual do Estado de São Paulo.

De acordo com os Manuais de Operação de Busca e Salvamentos dos Bombeiros Militares do Estado de São Paulo e do Estado de Goiás, existem vários eventos motivadores de acidentes com vítimas em áreas de cobertura vegetal de risco, a saber: as atividades de ecoturismo/turismo de aventura, escotismo, esportes radicais, acidentes aéreos; além de questões sociais, como: usuários de drogas, doentes mentais, ocorrências policiais e a curiosidade pelo desconhecido. Dentre eles destacam-se o ecoturismo, turismo de aventura e os acidentes aéreos, por serem os mais frequentes (SÃO PAULO, 2008; GOIÁS, 2018).

O aumento da prática das atividades de ecoturismo e de turismo de aventura nessas áreas de cobertura vegetal de risco, sem o devido planejamento e sem articulação com a esfera pública pode afetar a atuação operacional deste órgão, uma vez que qualquer alteração do fluxo de utilização desses espaços, requer um planejamento maior da equipe disponível, e acima de tudo no trabalho de fortalecimento à prevenção. A seguir compreenderemos melhor a estrutura, fases e a comunicação em uma operação de busca e salvamento em áreas de cobertura de risco.

### **3.3.1 Estrutura necessária e fases da operação para Busca e Salvamento em áreas de cobertura vegetal de risco**

Continuando a análise do Manual Busca e Salvamento em Cobertura Vegetal de Risco dos Bombeiros Militares do Estado de São Paulo e do Manual Operacional de Salvamento Terrestre em Matas do Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Goiás, apresentaremos em resumo as estruturas necessárias para busca e salvamento em áreas de cobertura vegetal de risco conforme abordadas nesses documentos. Logo, de acordo com os manuais, essa operação deve contar com a

seguinte estrutura: A - Recursos Humanos; B - Recursos Materiais e C - Emprego Operacional do Corpo de Bombeiros.

**A - RECURSOS HUMANOS** – para atingir seus objetivos no campo operacional, mantendo sua cultura, filosofia e racionalidade, a equipe do Corpo de Bombeiros terá que lançar mão de políticas de recursos humanos adequadas. Em caso de busca de resgate em áreas de cobertura de risco, a preparação profissional, qualificação, o conhecimento das técnicas e dos processos de navegação e sobrevivência serão requisitos essenciais para salvar vidas. São elementos que compõem este item:

- a) **força de intervenção regional** – Trata-se do efetivo mínimo para atender a ocorrência levando em consideração: a quantidade de vítimas, o tipo de vegetação, as condições climáticas, o relevo, as condições de acesso e a extensão da área a ser pesquisada
- b) **capacitação específica** – Além de cursos de capacitação específica ter contato com moradores e outras pessoas que possuam conhecimento das áreas discriminadas e, principalmente, contato com as administrações das Unidades de Preservação Ambiental da região. Assim, a habilitação do grupo deve ser ampla devido à grande variedade de ocorrências e situações inusitadas que o grupo pode se deparar. É recomendado que o grupo seja composto por profissionais com diversas habilidades, como: cursos de salvamento terrestre, salvamento em altura ou salvamento com cordas, curso de resgate, curso de salvamento aquático, noções de navegação com bússola e GPS, entre outros também importantes.
- c) **atribuições do grupo de busca:** Desenvolver e adotar medidas de prevenção de acidentes; responder prontamente aos acidentes e identificar de maneira rápida as vítimas e suas lesões; sustentar e prolongar a vida das vítimas, por meio de medidas convenientes, no local do acidente, durante o transporte e quando seja possível; diminuir a probabilidade de hospitalização prolongada e ou incapacidade permanente mediante a aplicação oportuna e adequada dos primeiros socorros; prover o transporte adequado e necessário no menor tempo possível para proporcionar a vítima o atendimento médico adequado; aplicar as técnicas de busca e salvamento de vítimas em locais de difícil acesso; manter todos os equipamentos em condições de uso; efetuar

atividades de treinamento para manter e elevar a capacitação e habilidade pessoal dos membros da equipe.

d) **responsabilidade dos membros da equipe:** Ser habilitado e saber aplicar as técnicas de primeiros socorros e equipamentos de resgate quando do encontro das vítimas; conhecer as técnicas e saber utilizar as formas corretas de transporte de uma vítima conforme o tipo de lesão; conhecer e empregar os equipamentos de proteção individual, bem como, as medidas de segurança individual e coletiva; realizar práticas periódicas de técnicas de busca, salvamento e resgate; praticar sessões de condicionamento físico; efetuar manutenção do equipamento disponível para a equipe de resgate; participar dos simulados de emergência programados para avaliar a efetividade e desenvolvimento da equipe de busca e salvamento; colaborar na capacitação de novos integrantes da equipe.

**B- RECURSOS MATERIAIS** – são todos os elementos que irão compor as operações de busca e salvamento, proporcionando segurança adequada aos processos estabelecidos, promovendo que as ações possam ser executadas com maior precisão e rapidez e, acima de tudo, salvaguardando a equipe de profissionais, responsável direta pela execução da operação. Fazem parte deste item: equipamentos de proteção individual e coletiva; equipamentos operacionais; reidratação e reposição energética; comunicações e veículos oficiais.

**C- EMPREGO OPERACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS** – apresenta as etapas do planejamento que envolvem a operação em si do corpo de bombeiros nas áreas de cobertura de vegetal de risco, a saber:

a) **premissas básicas de atuação** – Aborda a postura das unidades de operação do Corpo de Bombeiros frente as ações de emergência. Devem comportar um plano de acionamento pré-elaborado, que independa de guarnição específica para atendimento, podendo ser articulada a qualquer momento.

b) **acionamento do socorro e primeira resposta-** Após o acionamento de emergência uma equipe deverá ser despachada do Posto de Bombeiros para confirmação da ocorrência e poderá realizar as seguintes tarefas básicas: levantamento do número de vítimas, estado e condições ambientais; contatar pessoas que conheçam detalhes da região; realizar pequenas incursões de busca; verificar o melhor local para instalação do posto de

comando e acionar a força de intervenção regional após a confirmação da emergência.

c) **emprego da força de intervenção regional**- Deve colher o maior número de informações possíveis, junto à comunidade local, sobre as pessoas que estão perdidas ou acidentadas na área de cobertura vegetal de risco, sempre pensando em auxiliar o grupo de busca que virá e possuirá mais recursos para a busca e o salvamento.

d) **reunião do grupo de busca** - Após o acionamento da Força de Intervenção Regional, a reunião de um ou mais Grupos de Buscas deverá ocorrer no menor tempo possível, considerando o acionamento do plano de chamada, deslocamento e operacionalização dos equipamentos.

e) **Os elementos fundamentais da operação de busca e salvamento** - Existe um processo amplo em uma operação de busca e salvamento. Esta operação, em resumo, consiste em levar um socorrista da corporação até a vítima, retirá-la do perigo e transportá-la até um local seguro. São 4 (quatro) fases da operação: Localizar, Acessar, Estabilizar e Transportar, simbolizados pela sigla LAET e definidas conforme suas particularidades, a saber:

i) **localizar** a vítima. Nenhuma ajuda pode ser oferecida se a vítima não for encontrada. Esta fase pode levar cinco minutos com um par de binóculos ou pode levar dias utilizando-se de técnicas de busca, orientação e navegação em locais de risco.

ii) **acessar** a vítima. Pode variar de uma caminhada de cinco minutos a várias horas entre caminhada e transposição de obstáculos ou até mesmo voar a um local de difícil acesso ou muito distante e estabelecer ali um posto de comando de vários dias de duração.

iii) **estabilizar** a vítima. Devem ser realizados os primeiros socorros, conforme protocolo de resgate, assegurando que as suas lesões não se agravem a fim de que seja possível a sua retirada do local de risco com segurança.

iv) **transportar** a vítima. Isto também pode ser muito simples como guiar alguém por uma trilha à noite ou extremamente difícil com transposição de vários obstáculos naturais (GOIÁS, 2018, p. 285; SÃO PAULO, 2008, p. 42)



f) **Orientação e navegação em área de cobertura vegetal de risco** – É imprescindível que o profissional do Corpo de Bombeiros domine as técnicas de navegação e orientação para agir com rapidez e segurança na localização e resgate de possíveis vítimas

g) **Operações de busca** - Para desenvolver uma operação de busca e salvamento vários fatores são essenciais para o sucesso da missão. Esses fatores que contribuem para a conclusão de uma operação rápida e segura podem ser facilmente destacados a saber: pré-planejamento; primeiro aviso; planos e estratégias; táticas; técnicas; suspensão da missão e críticas.

Em todas as etapas apresentadas percebe-se a importância da comunicação em todas as esferas de ação, seja a comunicação interna para estruturar as metas da operação, como também a comunicação externa para a coleta de dados e informações que serão essenciais no planejamento efetivo da operação. Em resumo, busca e salvamento em áreas de cobertura vegetal de risco segue as fases de preparação, execução e conclusão. Na fase de preparação são feitos levantamentos de material e pessoal necessários bem como dados da vítima, tempo que está desaparecida, idade, condições de saúde física e mental, detalhes dos trajes que estava usando, além de características do terreno e do clima no local das buscas; na fase de execução serão definidos a área de busca, o tempo de cada etapa, ponto de reunião, coleta de dados e vestígios e na fase de conclusão dos trabalhos serão analisados todos os dados coletados, as condições da vítima para determinar o tipo de atendimento necessário, colher dados e confeccionar relatório para expedição aos órgãos e pessoas interessadas (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS, 2018, p. 285). Para um melhor entendimento e regulamentação de ações nas questões de busca e salvamento nessas áreas, o Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás desenvolveu um Procedimento Operacional Padrão – POP especificamente sobre este assunto e que pode ser observado no Anexo 03.

## **4 O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA, O TURISMO DE NATUREZA E A SEGURANÇA DOS VISITANTES**

Este capítulo apresenta o objeto de estudo do presente trabalho, trazendo uma contextualização histórica e geográfica do PNCD seus objetivos de conservação e inserção no contexto regional, abordando os municípios que o compõem e a relação que mantem com a UC. Com vistas a se aproximar do tema da segurança dos visitantes, faz uma análise do Plano de Manejo da Unidade, no que tange ao seu uso público, trazendo as principais zonas abertas à visitação e os respectivos conflitos que enfrentam

### **4.1 OBJETIVO DA UNIDADE, CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA E OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA**

A história do povoamento e o surgimento das cidades que compõem a Chapada Diamantina ocorre gradativamente com a chegada de criadores de gado e produtores de café ao lado de comunidades quilombolas (refúgio de escravos). Porém a consolidação efetiva só se processou através do ciclo econômico da mineração que ocorreu no Brasil e também na Bahia, e pode ser dividido em duas fases: o ciclo do ouro e posteriormente o ciclo do diamante. A primeira fase do ciclo da mineração ocorre com a descoberta do ouro nas áreas Norte, Sul e Oeste desta região. Os municípios do PARNA da Chapada Diamantina, Lençóis, Andaraí, Ibicoara, Mucugê, Palmeiras e Itaetê, que compõem a parte Leste é a última área da região a ser povoada e ocorre com a descoberta dos diamantes. A primeira área de diamantes é encontrada na cidade de Mucugê, e devido à grande quantidade e qualidade dessas pedras, essa zona passou a ser conhecida com o nome de “Lavras Diamantina”.

A zona conhecida como Lavras Diamantina esteve preservada por muito tempo, poderíamos até dizer séculos, isso em decorrência não somente pela dificuldade de acesso, assim como pelo domínio dos índios Maracás que, por instinto de preservação, entravam em conflito armado com os invasores. Neste local, os diamantes encontrados eram de qualidade e peso, além da grande quantidade existente. (BANDEIRA, 2006, p. 21).

Conforme pontuado, os primeiros diamantes dessa região foram encontrados em 1844 em Mucugê, e, devido ao alto valor das pedras e as grandes quantidades encontradas, a mineração de diamantes na Chapada Diamantina se consolida e faz surgir dezenas de núcleos populacionais que mais tarde propiciam a criação das quatro grandes vilas que compuseram as Lavras Diamantina, a saber: em 1847, a Vila de Santa Isabel do Paraguaçu (Mucugê); em 1856, a Comercial Vila de Lençóis (Lençóis); em 1884, a Vila de Andaraí (Andaraí) e em 1890, Vila Bela das Palmeiras (Palmeiras) (BANDEIRA, 2006). O grande legado desse período pode ser visto nos municípios formando um rico conjunto arquitetônico com igrejas, capelas, sobrados e casarios históricos. Já os municípios de Ibicoara e Itaetê surgem enquanto cidade já no século XX. O município de Itaetê, conhecido como Tamanduá, era um povoamento que pertencia a Andaraí e teve sua emancipação em 1961; já Ibicoara, conhecido anteriormente como povoado de São Bento, era um distrito de Mucugê e tem sua emancipação em 1962.

Com a decadência do ciclo de diamantes na região no final do século XIX surge outra atividade mineradora como opção econômica para a região, que é a extração do carbonato, que perdurou até meados do século XX. Com a decadência, também, dessa atividade mineradora, a região experimenta uma forte estagnação econômica e um grande êxodo populacional, que só começa a ser revertido a partir do início dos anos 90 com o desenvolvimento de uma agricultura de ponta e da atividade turística (SCT, 2004).

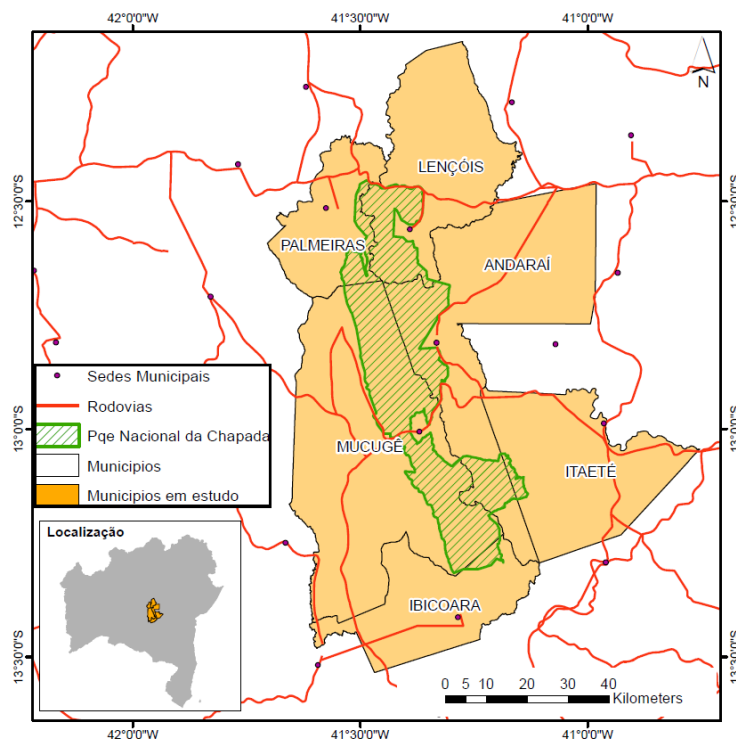
Em relação ao turismo na Chapada Diamantina tem-se como marco inicial o tombamento do patrimônio histórico-arquitetônico de Lençóis em 1973 e posteriormente o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico, especialmente o cemitério, de Mucugê, em 1980. Pode-se então afirmar que a riqueza histórica e cultural da região é a propulsora inicial da atividade do turismo, entretanto, seus aspectos geográficos, suas paisagens, sua exuberância natural, consolidam o turismo de natureza como uma alternativa à economia regional e aos poucos vai se fortalecendo com a criação, em 1985, do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

O Parque Nacional da Chapada Diamantina é uma unidade de conservação de proteção integral que ocupa uma área de aproximadamente 152 mil ha, na encosta Leste da Chapada Diamantina, entre os municípios de Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí, Itaetê e Ibicoara. Ele atrai visitantes de várias partes do Brasil e

também de outros países interessados em conhecer as paisagens da Serra do Sincorá e seus atrativos turísticos naturais, distribuídos entre quedas d'água, morros, planícies, rios, poços, grutas e pântanos, interligados por uma rede de trilhas e picadas que atravessam a sua área em todas as direções (SPINOLA, 2005)

Criado através do Decreto Federal N° 91.655, de 17 de setembro de 1985, tem como objetivo proteger amostra dos ecossistemas da Serra do Sincorá na Chapada Diamantina, assegurando a preservação de seus recursos naturais e proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação, pesquisa científica e também contribuindo para a preservação de sítios e estruturas de interesse histórico-cultural existentes na área. A Serra do Sincorá está localizada na borda centro-oriental da Chapada Diamantina, aproximadamente entre as vilas de Afrânio Peixoto (antiga Estiva) ao norte e de Sincorá Velho ao sul. Sua vertente ocidental é uma escarpa quase contínua com cerca de 300m de altura e 80km de extensão e a oriental, que domina a planície do vale do Paraguaçu (400m), atinge rapidamente a altitude de 1200m nas primeiras cristas da serra (FUNCH,1997). O Parque Nacional da Chapada Diamantina ocupa mais da metade da Serra do Sincorá e ocupa uma posição central na região da Chapada Diamantina, como pode ser verificado na Figura 7.

Figura 7 - Mapa do PNCD e os municípios que o compõe.



Fonte: Google Earth  
Elaboração: Profº Renato Reis

A seguir, apresentaremos uma breve caracterização do Parque Nacional da Chapada Diamantina, contendo informações gerais sobre os aspectos físicos e de gestão:

Quadro 16 - Ficha técnica do Parque Nacional da Chapada Diamantina

<b>PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA</b>	
<b>Órgão gestor responsável pela UC</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO Palmeiras
<b>Endereço</b>	Rua Barão do Rio Branco, nº 80, Centro - Palmeiras/BA – CEP: 46.930-000
<b>Data e Instrumentos legais de criação</b>	Dec nº 91.655 de 17 de setembro de 1985
<b>Área</b>	152.141,87 hectares
<b>Qtde de entradas</b>	+ de 30 entradas
<b>Instrumentos de planejamento</b>	Plano de Manejo, 2007
<b>Estado da UC</b>	Portaria nº 09 de 06 de março de 2009 – aprovação do Plano de Manejo
<b>Municípios da UC</b>	Portaria nº 312 de 09 de maio de 2017 – alteração no Plano de Manejo
	Bahia
	Andaraí – 23% do Parque estão no município
	Ibicoara – 1,84% do Parque estão no município
	Itaetê – 0,14% do Parque estão no município
	Lençóis – 14,58% do Parque estão no município
	Mucugê – 54,47% do Parque estão no município
<b>Biomias e ecossistemas associados</b>	Palmeiras – 5,97% do Parque estão no município Biomias: Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Ecossistemas: floresta ombrófila densa; floresta estacional semidecidual; mata ciliar; áreas alagadas; cerrado senso estrito; cerrado campo sujo; cerrado campo limpo; campo rupestre e ecótonos.
<b>Geomorfologia</b>	Composta por duas unidades geomorfológicas: a Serra da Borda Ocidental e a Serra da Borda Oriental. A primeira compreende a área posicionada à Oeste, é composta pelas serras da Mesa e das Almas e caracteriza-se por apresentar relevos com posição altimétrica mais elevada, acima de mil metros, onde estão localizados os dois pontos culminantes do estado da Bahia que são os picos do Barbado (2.033 metros) e das Almas (1.958 metros). A unidade geomorfológica da Borda Oriental compreende a serra do Sincorá, que recebe vários nomes locais como Sobradinho, Larguinha, Cotinguiba, Chapadinha, Esbarrancado, Rio Preto, etc. O Parque Nacional da Chapada Diamantina ocupa mais da metade da Serra do Sincorá. Esta unidade possui posição altimétrica mais baixa, com altitudes cimeiras entre 800 e 1200 metros, enquanto os fundos dos vales podem alcançar altimetrias de 400 metros. Esses mesmos vales se constituem em uma das características mais peculiares da área, ladeados por escarpas íngremes e desnudadas.

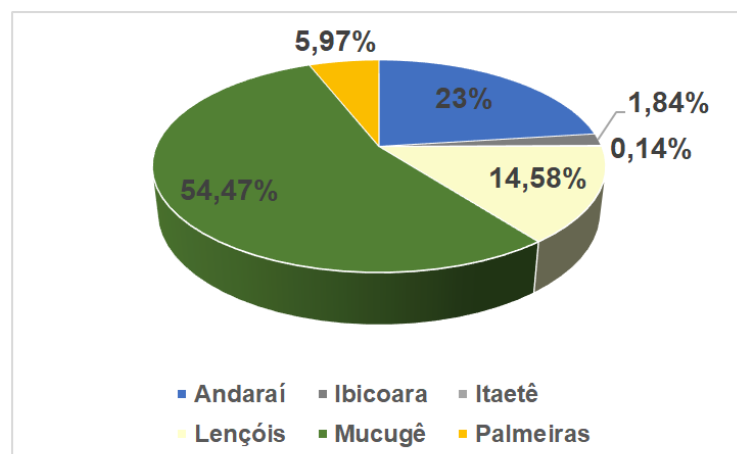
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA	
<b>Clima</b>	tropical semi-úmido, com verão chuvoso (de novembro a janeiro) e inverno seco (de julho a setembro), e média das precipitações oscilando entre 800 e 1400 mm. Nos meses de março e abril pode ser verificado um máximo secundário no volume das chuvas. A porção oriental da Chapada Diamantina apresenta os maiores índices pluviométricos da região e 3º maior do Estado, com destaque para as cidades de Lençóis (1236 mm) e Andaraí (1109 mm).
<b>Fauna</b>	É constituída por espécies de diferentes tróficos, como felinos (onça pintada e suçuarana), aves, cobras (jibóia e sucuri), além de capivaras, veados, peixes, preás, cutias, coatis entre outros. Uma das espécies em extinção na Chapada é a anta ( <i>Tapirus terrestris</i> ).
<b>Atividades de visitação</b>	Caminhadas, banhos, natação, escalada, rapel, acampamentos, fotografia, contemplação, ciclismo, entre outras.
<b>Atividades conflitantes</b>	uso indevido de fogo; caça, pesca, apanha e captura de animais silvestres; agricultura; pecuária; presença de animais domésticos; captação de água; pastagem; extração mineral (garimpo - manual e mecanizado - de diamantes, retirada de areia, argila, pedra e cristais); linhas de transmissão de energia elétrica; rodovia asfaltada; populações humanas residentes; abertura e reabertura de trilhas para visitação; coleta indevida de plantas e demais materiais biológicos; desmatamento e corte seletivo de madeira e, finalmente, trânsito de veículos automotores.

Fonte: Spínola (2005) e Plano de Manejo PNCD (2017).

Nota: Elaboração da autora desta dissertação (2019)

Conforme observado no quadro acima, os municípios que compõem o PNCD possuem áreas dentro do parque e o restante das áreas no seu entorno. A Figura 8, abaixo, representa os percentuais de cada município contidos na área do parque, a saber:

Figura 8 - Percentuais dos municípios que estão no PNCD



Fonte: Plano de Manejo do PNCD, 2009  
Elaboração própria

Dentre os municípios do entorno, Mucugê é o município que tem a maior área municipal inserida no perímetro do PNCD e Itaetê é o que possui menor participação. Dando continuidade à análise desses municípios, no que tange ao contingente populacional do entorno da Unidade, de acordo com o último Censo (IBGE, 2010), observa-se que os municípios estudados podem ser enquadrados como de pequeno porte, uma vez que nenhum deles ostenta população superior a 20 mil habitantes, conforme evidenciado no Quadro 17 abaixo:

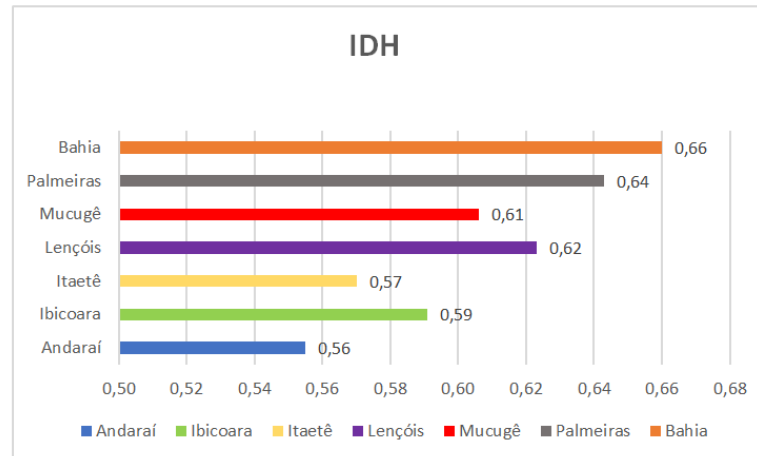
Quadro 17 - IBGE, Censo Demográfico 2010: população; densidade e IDH

<b>Municípios</b>	<b>População censo</b>	<b>Densidade Demográfica</b>	<b>IDH</b>
<b>Andaraí</b>	13.960	7,50 hab/Km <sup>2</sup>	0,56
<b>Ibicoara</b>	17.282	20,34 hab/Km <sup>2</sup>	0,59
<b>Itaetê</b>	14.924	12,34 hab/Km <sup>2</sup>	0,57
<b>Lençóis</b>	10.368	8,12 hab/Km <sup>2</sup>	0,62
<b>Mucugê</b>	10.545	4,30 hab/Km	0,61
<b>Palmeiras</b>	8.410	12,79 hab/Km <sup>2</sup>	0,64
<b>Bahia</b>	14.016.906	24,82hab/Km <sup>2</sup>	0,66

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Ibicoara é o município mais populoso e que apresenta maior densidade demográfica. Palmeiras, no outro extremo, aparece como o menos populoso e Mucugê, em função de sua grande extensão territorial, com o de menor densidade. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH que mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação, podemos afirmar que Palmeiras possui o melhor IDH e que todos os municípios estão próximos a média estadual. Entretanto, estes municípios são considerados de desenvolvimento humano médio, de acordo com a referência mundial que define esses índices entre 0,50 e 0,799. (IPEA, 2019), vide a Figura 9 abaixo:

Figura 9 - IDH Municípios X Estado da Bahia



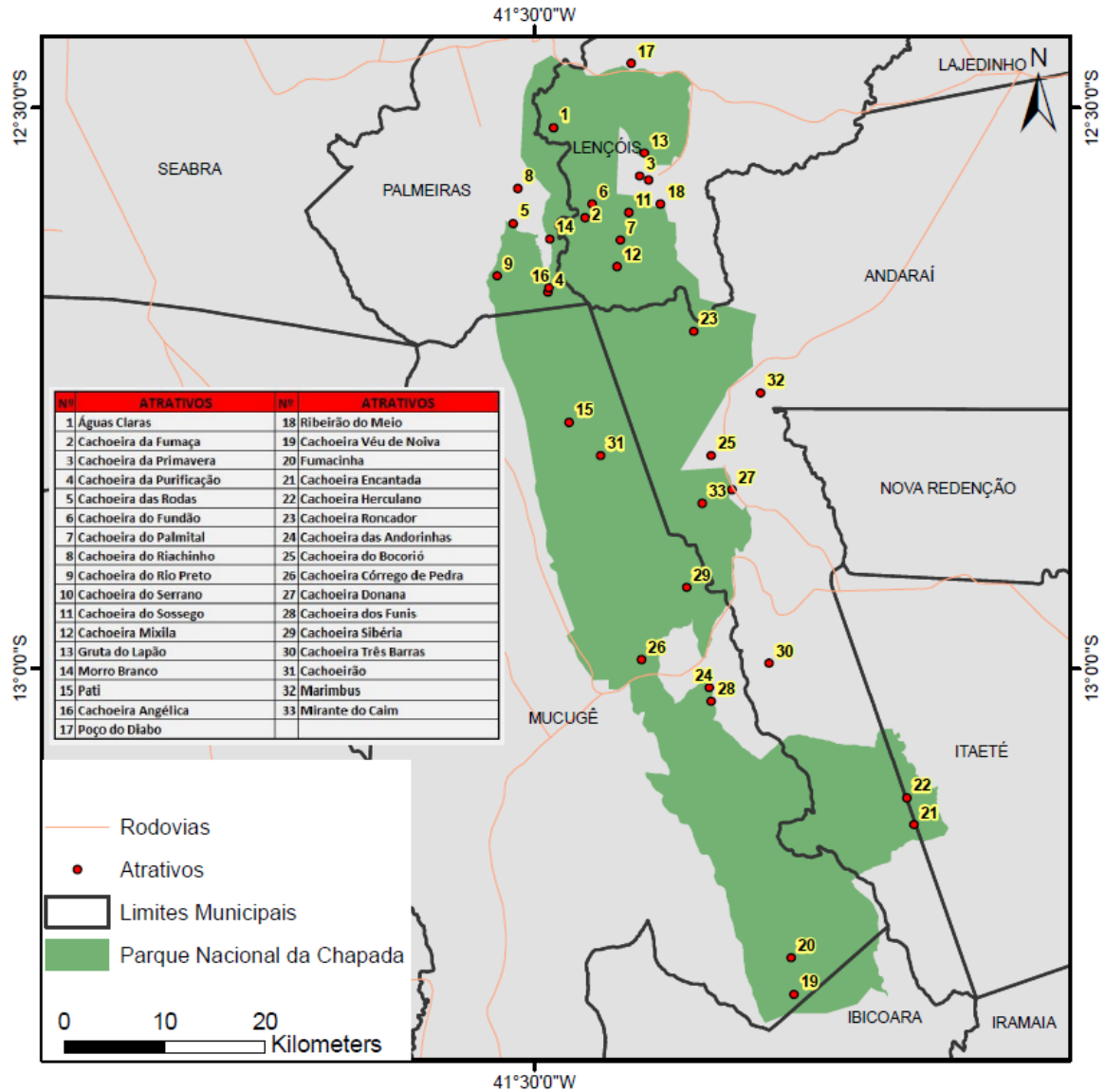
Fonte: IBGE  
Elaboração própria

No que tange a economia dos municípios estudados, a região se baseia em dois pilares: o turismo e a agricultura. O turismo é impulsionado pela riqueza histórica e cultural da região, mas principalmente pelas belezas naturais associadas ao Parque Nacional e seu entorno; e a agricultura destacando-se pelo cultivo de alho, tomate, feijão, milho, mamona, mandioca e, mais recentemente, o café e a batata, principalmente nos municípios de Mucugê e Ibicoara, alavancadas pela implantação da Barragem do Apertado (SCT, 2004; ICMBIO, 2017).

Os atrativos naturais mais procurados para visitação se encontram no interior e no entorno do Parque, os quais podem ser acessados através dos municípios de Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras dispersos em mais de 30 entradas existentes. A seguir apresentaremos os principais atrativos do parque, os quais foram divididos em dois mapas. O primeiro pontuando os atrativos por municípios e o segundo mapa refere-se a um mapa de calor desses mesmos atrativos, no qual destaca-se em quais áreas do PNCD há uma maior concentração desses atrativos, a seguir:



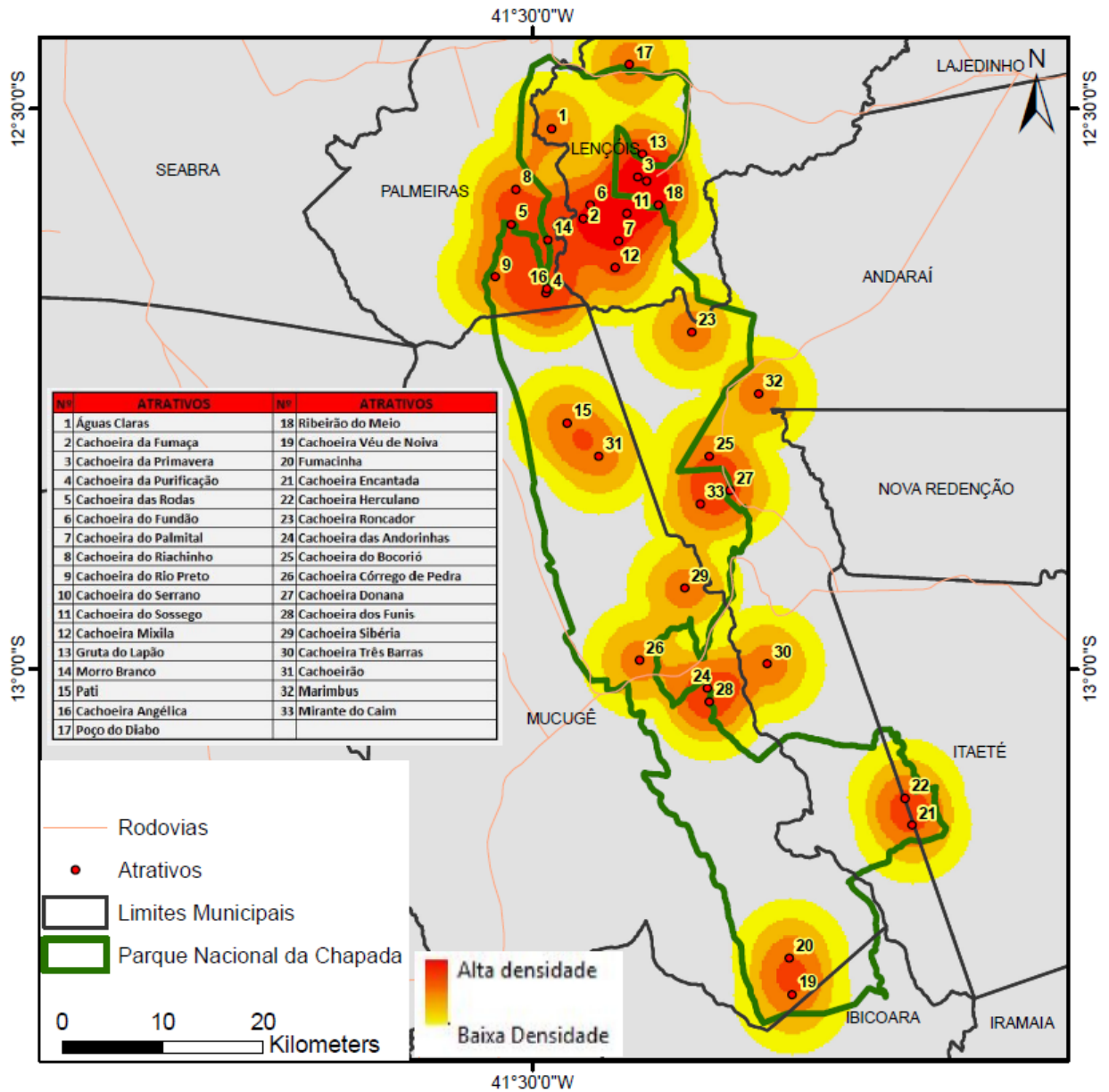
Figura 10 - Mapa de atrativos: Parque Nacional da Chapada Diamantina



Fonte: Google Earth

Elaboração: Prof<sup>o</sup> Renato Reis e Sílvia Dalcom

Figura 11 - Mapa de Atrativos (calor): Parque Nacional da Chapada Diamantina



Fonte: Google Earth

Elaboração: Prof<sup>o</sup> Renato Reis e Sylvia Dalcom

Não existe um mapeamento oficial que categorize os atrativos quanto ao nível de risco nem um estudo sobre a capacidade de carga, o que a longo prazo pode causar danos irreversíveis, pois toda a atividade turística gera impactos sociais, culturais e ambientais. Outro ponto relevante a respeito desse estudo sobre níveis de riscos e de capacidade de carga, é prover esses espaços com informações necessárias e adequadas promovendo educação ambiental sobre os espaços visitados, o que facilitaria o gerenciamento e controle desses atrativos quanto a

forma e utilização. No que tange à relação do uso público (visitação) e as estratégias de planejamento e gestão que estão descritas no plano de manejo do PNCD serão analisadas na seção seguinte e comparadas com as atuais ações em relação à visitação.

#### 4.2 O USO PÚBLICO NO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA

A metodologia de elaboração dos planos de manejo dos Parques Nacionais sofreu alterações ao longo do tempo, conforme comentado na seção 2.2 deste trabalho. Desta forma, as informações sobre o uso público também contaram com níveis de prioridade distintas em cada uma destas metodologias passando de uma situação em que se constituíam em um capítulo específico do documento, para um tema transversal do Plano, como acontece com o caso do PNCD para, por fim, compor o capítulo de Interpretação ambiental da metodologia em utilização.

De acordo com o SNUC (2000), o Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação. O plano de manejo do PNCD foi elaborado 22 anos após a sua criação oficial e ainda hoje, a área do parque não está totalmente regularizada, e isso afeta qualquer possível ação prevista no PM, então boa parte do que foi planejado não pode ser efetivado. O Plano de Manejo do PNCD está dividido nos seguintes itens, conforme dispostos no Quadro 18 abaixo:

##### Quadro 18 - Disposição do Plano de Manejo PNCD

1- Contextualização do PNCD	1.1 Enfoque Internacional 1.2 Enfoque Federal 1.3 Enfoque Estadual
2- Análise da Região do PNCD	2.1 Descrição 2.2 Caracterização Ambiental 2.3 Aspectos Histórico-culturais 2.4 Uso e Ocupação da Terra e Problemas Ambientais Decorrentes 2.5 Aspectos Socioeconômicos dos Municípios de Entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina 2.6 Visão da Comunidade sobre o Parque Nacional da Chapada Diamantina 2.7 Alternativas de Desenvolvimento Econômico Sustentável 2.8 Legislações Federal, Estadual e Municipal Pertinentes 2.9 Potencial de Apoio ao Parque Nacional da Chapada Diamantina.
3 – Análise do PNCD	3.1 Informações Gerais sobre o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

	3.2 Caracterização dos Fatores Abióticos e Bióticos
	3.3 Patrimônio Cultural Material e Imaterial
	3.4 Socioeconomia
	3.5 Situação Fundiária
	3.6 Fogos e Outras Ocorrências Excepcionais
	3.7 Atividades Desenvolvidas no Parque Nacional da Chapada Diamantina
	3.8 Aspectos Institucionais do Parque Nacional da Chapada Diamantina
	3.9 Declaração de Significância
4- Planejamento do PNCH	4.1 Visão Geral do Processo de Planejamento
	4.2 Histórico do Planejamento
	4.3 Avaliação Estratégica do Parque Nacional da Chapada Diamantina
	4.4 Objetivos Específicos de Manejo
	4.5 Zoneamento
	4.6 Normas Gerais do Parque Nacional da Chapada Diamantina
	4.7 Planejamento por Área de Atuação
	4.8 Cronograma Físico para as Ações Gerenciais Gerais Internas e Externas
	4.9 Cronograma Físico para as Áreas Estratégicas Internas e Externas
5 -Projetos Específicos	5.1 Identificação do Projeto – Fogo
	5.2 Objetivos do Projeto
	5.3 Justificativa
	5.4 Contextualização
	5.5 Descrição do Projeto
	5.6 Insumos Necessários
	5.7 Identificação do Projeto – Escalada em Rocha
	5.8 Objetivos do Projeto
	5.9 Justificativa do Projeto
	5.10 Descrição do Projeto
	5.11 Recomendações Técnicas e Normas
	5.12 Glossário

---

Fonte: ICMBIO (2007).

Nota: Elaboração da autora desta dissertação (2019).

Em nenhum dos capítulos descritos existe um item específico sobre o uso público do parque e seu entorno. A questão sobre a visitação e o uso público são abordadas ao longo do plano, sendo mais claramente estruturada nos itens que tratam sobre as atividades desenvolvidas; na parte de zoneamento e quando indica as normas gerais do parque, páginas 192, 243 e 271, respectivamente.

O item que trata das atividades desenvolvidas aborda questões gerais referentes à demanda por visitação ao longo do ano, destacando que a pressão exercida pelo turismo é maior nos feriados e datas comemorativas, a exemplo do Ano Novo, Carnaval e nos dias que envolvem os festejos de São João. De uma maneira geral, o período considerado como de alta estação compreende os meses de dezembro a fevereiro no verão, e nas férias escolares de junho ou julho no inverno. O restante do ano corresponde à baixa temporada, sendo os meses de

abril, maio e de agosto a novembro os de menor visitação (ICMBIO, 2007, p. 192). Ainda neste item, indica a boa infraestrutura e oferta turística existente, e a presença de nove associações de condutores de visitantes como forma de apoio e suporte para a visitação. Ressalta a importância do turismo para a região como fonte geradora de emprego e renda para a população local, mas afirma que a ausência de controle da visitação impacta diretamente na gestão do Parque, tornando-a uma atividade conflitante a qual deve ser analisada e discutida ao longo do Plano de Manejo.

A parte referente ao Planejamento do PNCD que trata do zoneamento do parque, define, entre outras coisas, as áreas do Parque em que a visitação está autorizada e aponta seus principais conflitos encontrados em cada uma dessas áreas. Os principais conflitos indicados são: caça, fogo/queimadas, pastagens, coleta de sempre vivas e outros materiais naturais, garimpo, captação irregular de água (agricultura), população residente, aberturas de trilhas para visitação, desmatamento, animais domésticos, assoreamento do curso de água, uso intensivo de visitação, e a ausência de normas para a visitação são os fatores mais frequentes. De acordo com os estudos apresentados, a situação conflitante que se repete praticamente em todas as zonas disponíveis para a visitação diz respeito a ausência de normas e controle para visitação nesses espaços, conforme pode ser observado no Quadro 19 abaixo, o qual indica as principais áreas abertas à visitação e seus respectivos problemas.

Quadro 19 - Zonas abertas à visitação e seus principais conflitos

Zona de uso intensivo (segmento)	Visitação											assoreamento do curso d'água	
	ausência de normas para visitação	caça e pesca	fogo e ou queimadas	pastagens	coléira de sempre vivas e outros	garimpo	captção de água	população residente	animais domésticos	desmatamento	assoreamento		
Cachoeira da Donana	X												
Capa Bode - Campos Gerais													
Encostas da Chapadinha	X												
Estrada Velha do Garimpo	X	X							X			X	
Igatu	X	X							X				
Mar de Espanha	X												
Marimbus	X	X											
Pai Inácio	X												
Paredes para escaladas (serra do Vento, serra da Larginha, beco da Sinhá, Califórnia, serra Alta, São Pedro, Capão do Correia e Baixão)	X												
Ribeirão do Meio	X												
Trilha Andaraí - Pati	X												
Trilha Capão – Mougé	X												
Trilha Capão - Pai Inácio	X												
Trilha Conceição dos Gatos	X												
Trilha da Cachoeira da Fumaça de Frente	X												
Trilha da Cachoeira da Fumaça por Baixo	X												
Trilha da Cachoeira da Fumaça por Cima	X												
Trilha da Cachoeira da Fumacinha por cima	X	X	X						X				
Trilha da Cachoeira da Sibéria	X	X							X				
Trilha da Cachoeira das Andorinhas	X												
Trilha da Cachoeira do Bodão (21)	X	X							X				
Trilha da Cachoeira do Corrego de Pedra	X												
Trilha da Cachoeira do Ramalho	X									X			
Trilha da Cachoeira do Sossego	X												
Trilha da Cachoeira do Véu de Noiva	X												
Trilha da Gruta do Lapão	X												
Trilha das Cachoeiras das Rodas e Rio Preto	X												
Trilha das Cachoeiras do Capivari e Michila	X									X			
Trilha do Cachoeirão por Baixo	X	X											
Trilha do Cachoeirão por Cima	X									X			
Trilha do Esbarrancado	X												
Trilha do Poço do Gavião	X	X											
Trilha Guiné – Pati	X												
Trilha Lençóis - Capão	X												
Trilha Pai Inácio - Branco	X												
Trilha Pati – Gerais dos Vieiras	X												
Trilhas Pedro do Urubu	X	X							X				
Vale do Pati	X	X											X

As normas gerais descritas no Plano de Manejo abordam de maneira ampla o uso, a destinação e os limites sobre o PNCD. Abaixo destacaremos os itens que tratam diretamente a questão do uso público nas normas gerais e em seguida faremos observações a respeito de cada uma dessas normas diante da realidade levantada através das pesquisas de campo referente a essas questões.

Quadro 20 - Normas gerais PNCD x Observações

NORMAS GERAIS DO PNCD:	OBSERVAÇÕES:
A visitação pública aos sítios arqueológicos e cavernas existentes - já conhecidas ou que venham a ser encontrados - no PNCD ficará condicionada a realização de estudos específicos e as recomendações de manejo por eles indicadas.	Apesar de haver recomendações no plano de manejo sobre essas áreas, não existe fiscalização efetiva.
Cada trilha terá normas próprias para o uso público, conforme explicitado nas áreas estratégicas internas onde as mesmas estiverem inseridas.	Não há placas informativas e indicações sobre essas normas específicas nas trilhas da região.
O consumo de bebida alcoólica ou de drogas ilícitas não é permitido na área do Parque.	Não há fiscalização efetiva.
O pernoite de visitantes só é permitido nas áreas para acampamento determinadas neste PM e em conformidade com as demais regras do Parque e com o agendamento da atividade.	Não encontramos no site do ICMBIO, nem nos municípios sede informações oficiais sobre essas áreas de acampamento e onde esse agendamento pode ser feito.
A utilização de aparelhos sonoros coletivos e de instrumentos musicais não é permitida na área do Parque, excetuando-se o uso pelos moradores ainda não realocados em suas propriedades.	Não há fiscalização efetiva.
Todo lixo gerado pelos visitantes ao longo das trilhas é de responsabilidade destes e/ou dos seus condutores e deverá ser retirado do Parque pelos mesmos.	Não há fiscalização, nem um trabalho de educação ambiental na entrada das trilhas através de placas. Ressaltamos aqui o trabalho das Associações de Condutores, as quais fazem esse trabalho de maneira efetiva com as pessoas e ou grupos que conduzem.
As atividades de visitação só poderão ocorrer mediante prévio agendamento, a ser realizado pelo visitante ou por parceiros habilitados e dentro dos procedimentos estabelecidos para a exploração destes serviços.	Não existe esse agendamento prévio referente a visitação nem procedimentos estabelecidos a cada um desses atrativos.
O acesso dos visitantes, acompanhados ou não de servidores do PNCD ou de parceiros habilitados, conforme a trilha, deverá ser precedido dos devidos esclarecimentos sobre as normas de segurança pré-determinadas.	Não existe um procedimento padrão referente à normas de segurança nos atrativos do Parque. Não existem essas normas.
Nos atrativos guiados, a atividade de guiagem ou condução de visitantes será feita obrigatória e exclusivamente por funcionário do órgão gestor do PNCD ou por parceiro habilitado.	Não procede. A utilização de guias nas trilhas do parque não é obrigatória, e sim, opcional. Os guias existentes não são oficialmente habilitados pelo órgão gestor, apesar de serem entidades reconhecidas em todos os municípios.
O responsável pelo grupo receberá um registro de acesso na entrada, devendo devolvê-lo imediatamente após sua saída do PNCD, no PIC*, PI**, portaria ou CV*** mais próximo, para	Esse procedimento, bem como, os pontos informados para retirada e devolução desse documento não existem em nenhum dos atrativos do parque.

NORMAS GERAIS DO PNCD:	OBSERVAÇÕES:
controle e segurança do visitante.	*PIC- Posto de Informação e Controle
O grupo e seu responsável só poderão confirmar um novo agendamento após a restituição do registro de acesso de uma visita anterior.	**PI – Posto de Informação
A guiagem deverá considerar a segurança dos visitantes. O responsável pela guiagem deverá manter os visitantes sob sua guarda até o final da atividade. No caso de acidentes, o responsável deverá adotar os procedimentos estabelecidos em uma estratégia de resgate para as diversas atividades pertinentes.	***CV- Centro de Visitantes
Os atrativos autoguiados poderão ser visitados sem o acompanhamento de funcionários do órgão gestor do PNCD ou por parceiros habilitados. Para tanto, tais atrativos deverão ser devidamente sinalizados e adequados para que ofereçam segurança ao visitante e ao ambiente natural.	Não se aplica. Vide questão pontuada acima.
Fonte: ICMBIO (2007).	Não existe nenhuma estratégia estruturada de resgate no Parque, seja de maneira individual ou articulada, como também, não existe um controle dessa guiagem por parte do órgão gestor do parque.
Nota: Elaboração da autora desta dissertação (2019).	Não existe uma sinalização efetiva e as poucas que existem não possuem informações referentes à normas e ou procedimentos de segurança.

Ao analisar o Plano de Manejo do PNCD constata-se que a questão do uso público no parque, ou seja, as propostas e ou normas para o ordenamento desta atividade encontram-se distribuídos ao longo do plano e grande parte ainda não foi executada. No próximo capítulo trataremos da análise dos resultados da pesquisa de campo no PNCD em confronto com a literatura e os dados secundários levantados.



## **5 ESTRUTURAS E REDES DE APOIO PARA BUSCA E SALVAMENTO NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA**

Este capítulo apresenta a análise das informações primárias levantadas nos Municípios de Andaraí; Ibicoara; Lençóis; Mucugê e Palmeiras durante a pesquisa de campo no Parque Nacional da Chapada Diamantina - PNCD. Serão apresentados o percurso metodológico, com a descrição dos principais procedimentos utilizados, e os principais componentes do sistema de segurança ao visitante organizados em seus principais aspectos identificados na relação entre a esfera pública e privada no âmbito de Busca e Salvamento voltados para a prática do ecoturismo e turismo de aventura no PNCD e no seu entorno

### **5.1 PERCURSO METODOLÓGICO**

Neste capítulo apresentaremos a análise das informações primárias levantadas nos Municípios de Andaraí, Ibicoara, Lençóis Mucugê e Palmeiras durante a pesquisa de campo no Parque Nacional da Chapada Diamantina - PNCD. Serão apresentados os principais aspectos identificados na relação entre a esfera pública e privada no âmbito das ações de busca e salvamento voltados para a prática do ecoturismo e turismo de aventura no PNCD e no seu entorno. Esta análise se baseia principalmente no 'diálogo' entre as referências conceituais apresentadas nos capítulos anteriores e as informações obtidas junto a interlocutores locais e nacionais.

Para alcançar os objetivos previstos nesta dissertação estruturou-se a pesquisa de campo em duas visitas técnicas realizadas nos seguintes períodos: 04 a 08 de julho de 2018 (Palmeiras, Mucugê, Lençóis e o Distrito de Igatu, em Andaraí); e de 07 a 10 de fevereiro de 2019 (Andaraí e Ibicoara). Para essas visitas foram programadas entrevistas semiestruturadas, marcadas antecipadamente através de ofício e ou e-mail.

Além das visitas e entrevistas presenciais foram articuladas entrevistas com gestores nacionais de esferas de atuação distintas, a fim de ampliar o panorama de observações diante do objeto de estudo e poder trazer contribuições significativas que possam fundamentar as análises, respeitando as particularidades do local

estudado. Isto posto, apresenta-se abaixo as entrevistas realizadas agrupadas por suas temáticas. Ao todo foram realizadas 20 entrevistas, a saber:

Quadro 21 - Caracterização das entrevistas semiestruturadas

QT	NOME	DATA	ÓRGÃO	LOCAL	TIPO	ÁREA
1	Alexander Blagus	28/05/2019	Aventure Box	São Paulo	ON-LINE	AVENTUREIRO
2	André Ribeiro	21/03/2019	ICMBIO	Góias	ON-LINE	GESTOR UC
3	Elder Silva Martins	07/02/2019	Associação de Condutores de Visitantes de Ibicoara- ACVIB	Ibicoara	PRESENCIAL	CONDUTOR
4	Euvaldo Ribeiro Júnior	07/07/2018	Secretária de Turismo	Mucugê	PRESENCIAL	TURISMO
5	Evandro Shutz	26/07/2018	ABETA	São Paulo	ON-LINE	GESTOR ABETA
6	Fernando Henrique Souza	08/03/2019	Diretor de Sustentabilidade do Grupo Cataratas	São Paulo	ON-LINE	GESTOR CATARATAS
7	Henrique Martins Xavier	10/01/2019	Associação de Condutores de Visitantes de Ibicoara- ACVIB	Salvador	PRESENCIAL	CONDUTOR
8	Igor Teles Silva	06/07/2018	Hospital Augusta Medrado Mattos	Mucugê	PRESENCIAL	SAÚDE
9	Janildes Xavier	07/02/2019	Associação de Condutores de Visitantes de Ibicoara- ACVIB	Ibicoara	PRESENCIAL	CONDUTOR
10	Letícia Guimarães Nunes Barbosa	08/02/2019	Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura	Ibicoara	PRESENCIAL	TURISMO
11	Luiz Coslope	04/07/2018	ICMBIO	Palmeiras	PRESENCIAL	GESTOR UC
12	Marcela Marins	05/06/2019	ICMBIO	Palmeiras	ON-LINE	GESTOR UC

QT	NOME	DATA	ÓRGÃO	LOCAL	TIPO	ÁREA
13	Marcelo Issa	04/07/2018	Secretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável	Palmeiras	PRESENCIAL	TURISMO
14	Milena Santos Helfeinstein	08/02/2019	Secretária de Saúde de Andaraí	Andaraí	PRESENCIAL	SAÚDE
15	Paulo Faria	25/03/2019	ICMBIO	Brasília	ON-LINE	GESTOR PÚBLICO ICMBIO
16	Roberta Ferraz	05/07/2018	Secretária de Turismo	Lençóis	PRESENCIAL	TURISMO
17	Soraia Fernandes Martins	08/05/2019	ICMBIO	Palmeiras	ON-LINE	GESTOR UC
18	Taiany dos Santos Guimarães	07/02/2019	Hospital Retaguarda	Ibicoara	PRESENCIAL	SAÚDE
19	Tenente Uirlei de Oliveira Borges	05/07/2018	Corpo de Bombeiros – 11º Grupamento	Lençóis	PRESENCIAL	BOMBEIROS
20	Vanessa	06/06/2019	Agência de Turismo “Nas Alturas”	Lençóis	ON-LINE	AGÊNCIA

Nota: Elaboração da autora desta dissertação (2019).

Quanto aos instrumentos de coleta optou-se pelos seguintes modelos: para as entrevistas semiestruturadas foram criados roteiros que abordassem a temática proposta, a fim de perceber as ações efetivas que cada esfera desenvolve junto ao objeto de estudo. O outro instrumento inicialmente traçado, foi a elaboração de questionários para serem aplicados presencialmente com os seguintes setores: associação de condutores e meios de hospedagem. Entretanto, esta forma de aplicação presencial teve que ser revista devido à dificuldade de conseguir reunir estes agentes presencialmente, notadamente em função da natureza de suas atividades.

Isto posto, optou-se por desenvolver um questionário eletrônico, através da ferramenta do *Google drive* e enviar através de meios digitais. Tivemos um retorno bem melhor, do que o modelo anterior pensado, mas ainda espera-se obter uma

adesão maior de respostas diante da quantidade mínima padrão que foi estabelecida. É importante ressaltar que os questionários continuam abertos a receber notificações. A seguir apresentaremos os resultados dessa pesquisa de campo.

## 5.2 O TURISMO NOS MUNICÍPIOS DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA – OFERTA TURÍSTICA

A infraestrutura turística, conjunto formado por obras e instalações de estrutura física e de serviços indispensáveis ao desenvolvimento do turismo, promove a dinamização da atividade e é essencial para o fortalecimento e desenvolvimento do turismo. O planejamento do turismo pode e deve converter-se em importante ferramenta para se alcançar a sustentabilidade econômica, sociocultural e ambiental dos espaços locais, em particular de uma região (DIAS, 2003, p. 154). A ausência de informações atualizadas acerca da oferta turística nessas localidades dificultam ações estratégicas que promovam o desenvolvimento sustentável na região e tem reflexos diretos na entrada de investimentos. Segundo ACM, as principais funções dos municípios para a gestão do turismo no que tange ao planejamento são:

Acompanhar o desenvolvimento da atividade turística efetuando medidas dos fluxos turísticos recebidos e o controle da qualidade dos bens e serviços oferecidos;  
Através do monitoramento permanente do estado dos atrativos turísticos naturais e culturais, providenciar para que sejam utilizados de forma racional, evitando sua exploração insustentável;  
Obter e fornecer informação permanente e atualizada sobre a atividade turística regional. (ACM apud DIAS, 2003, p. 155).

Ao analisar a estrutura turística dos municípios de Andaraí<sup>19</sup>, Ibicoara, Lençóis, Mucugê e Palmeiras<sup>20</sup> observa-se que as informações são insuficientes ou inexistentes. Apenas os municípios de Lençóis e Mucugê, através das suas respectivas Secretarias de Turismo, enviaram dados oficiais do “Estudo e Análise da Oferta Turística”, pesquisa realizada em parceria com o SEBRAE-BA, referente ao ano de 2018. Os municípios de Ibicoara e Andaraí enviaram dados coletados diretamente pelas suas Secretarias de Turismo, sem uma metodologia referenciada

<sup>19</sup> Incluindo o distrito de Igatu.

<sup>20</sup> Incluindo o distrito de Caeté Açu/Vale do Capão.

de coleta. Já o município de Palmeiras não nos enviou nenhum dado, e informou não possuir esse estudo de maneira oficial. A falta de dados sistematizados tem um impacto direto para o planejamento e a gestão do turismo, seja ele local, regional ou nacional. Abaixo, segue o Quadro 22, que faz um panorama geral da oferta turística dos municípios descritos acima:

Quadro 22 - Oferta turística dos municípios do PNCD

Tipos de Oferta	Andaraí**	Lençóis*	Mucugê*	Ibicoara**	Palmeiras
Hotel	2	4	1	2	—
Pousada	10	64	15	5	—
Camping	2	2	1	—	—
Hospedaria	—	14	—	2	—
Hostel/Albergue	1	12	6	1	—
Agência de Turismo	—	16	3	—	—
Restaurante	15	52	18	14	—
Café	1	10	2	—	—
Lanchonete	1	18	11	—	—
Outros***	5	10	2	—	—

Fonte: Sebrae-Ba; Secretarias de Turismo dos Municípios  
Elaboração própria

\*Dados Sebrae-Ba

\*\*Dados Secretaria de turismo

\*\*\*Barracas de comidas em geral com ponto fixo

Observa-se que o município de Lençóis apresenta uma maior oferta turística. Isso se justifica por ser, dentre os municípios que compõem o Parque, o de maior indução turística, ou seja, o mais procurado pelos visitantes, além de estar mais próximo ao aeroporto da região. Os municípios de Andaraí e Mucugê possuem também uma oferta significativa e condizente com a questão da atratividade turística para o local. Notamos que Ibicoara ainda possui uma baixa oferta de meios de hospedagem, quando comparada com os outros municípios.

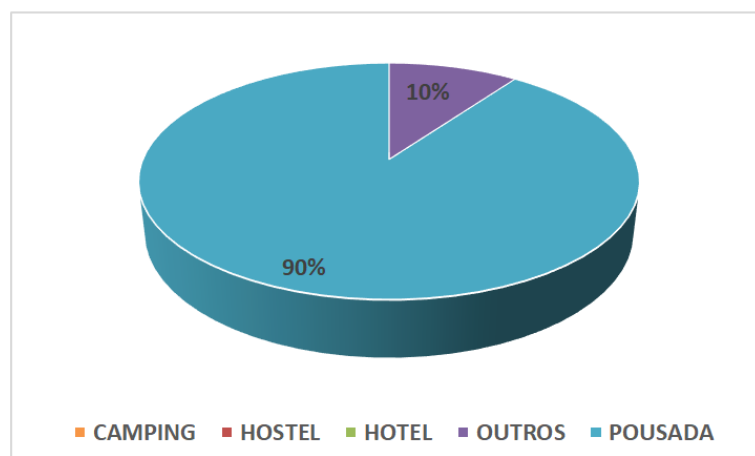
Da oferta turística existente as duas que possuem relação direta com o tema deste estudo são: as agências de turismo e os meios de hospedagem. Das 19 agências de turismo da região apenas duas são credenciadas na ABETA e apenas uma possui certificação internacional em gestão de riscos. Já em relação aos meios de hospedagem, optou-se por aplicar uma pesquisa *on line*, por compreender que estes equipamentos têm um contato direto com os visitantes, e que muitas vezes

indicam os passeios. Essa relação direta, pode contribuir para a implantação e o desenvolvimento de uma gestão compartilhada com as outras esferas do sistema turístico no que tange o registro, controle e memória de utilização de cada atrativo.

Para aplicação dessa pesquisa tomou-se como base o quantitativo de meios de hospedagens indicados acima, que totaliza 144. Desse total, utilizou-se como critério a referência de 20% do total, sendo então aplicados em 28 equipamentos hoteleiros, distribuídos proporcionalmente por município e de maneira aleatória. Foi somado a esse valor mais 7 unidades referente ao município de Palmeiras. Assim, a pesquisa foi aplicada em 35 equipamentos de meio de hospedagem, e até o dia 07 de junho de 2019 tivemos apenas 10 retornos. A pesquisa possui 18 questões, sendo as duas primeiras itens de identificação (nome do meio de hospedagem e o responsável pelas respostas ao questionário); da questão 3 a 17 objetivas e apenas uma questão subjetiva, a seguir segue a análise dos resultados:

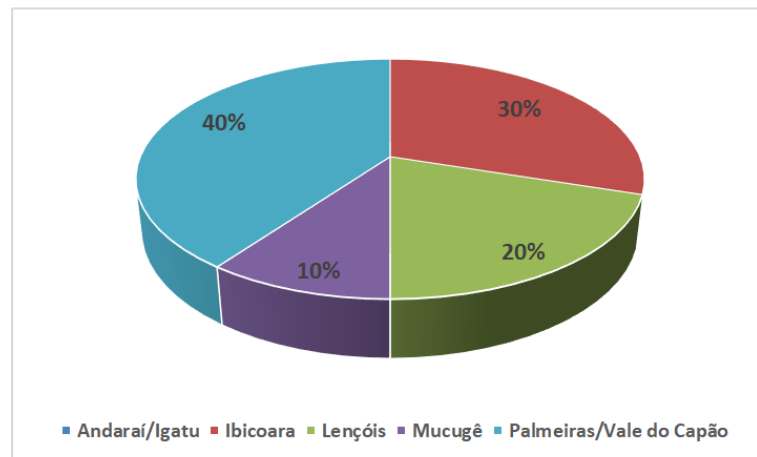
Nas questões de 3 a 5 foi traçado um perfil dos meios de hospedagem, onde foi abordado a localização, o tempo de funcionamento e a classificação. Em relação a localização dos meios de hospedagem, tivemos um retorno de 40% dos estabelecimentos de Palmeiras/Vale do Capão, seguido por Ibicoara 30%, Lençóis 20% e Mucugê 10%. Não tivemos retorno de nenhum meio de hospedagem de Andaraí/Igatu. Em relação a classificação dos meios de hospedagem 90% são pousadas e 10% se classificaram como “outros”; e, no que tange tempo de funcionamento, temos 70% com mais de dez anos; 20% entre cinco a dez anos e 10% entre um a três anos de funcionamento.

Figura 12 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - tipo de classificação



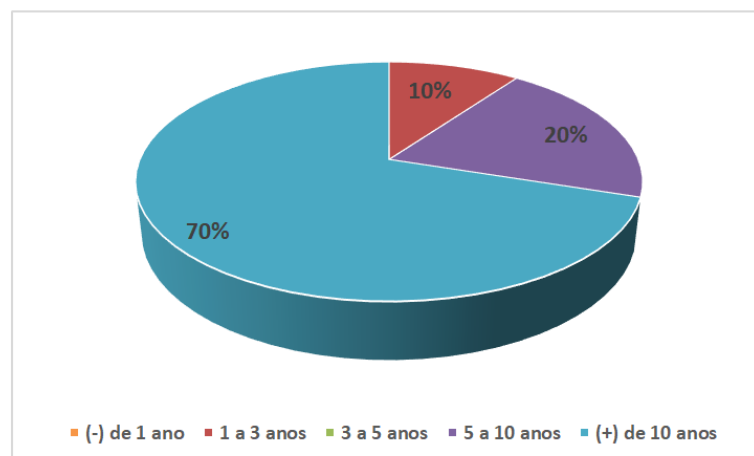
Fonte: Resultado da pesquisa on-line - Meios de Hospedagem  
Elaboração própria

Figura 13 - Meios de Hospedagem dos Municípios que compõem o PNCD - município de localização do equipamento



Fonte: Resultado da pesquisa on-line - Meios de Hospedagem  
Elaboração própria

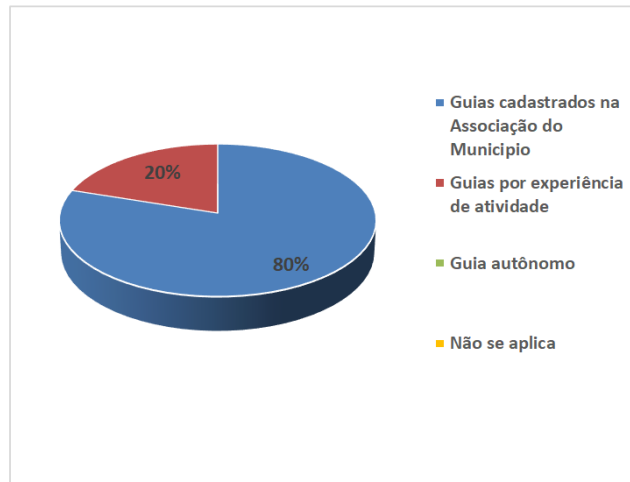
Figura 14 - Meios de Hospedagens dos municípios que compõem o PNCD - tempo de funcionamento



Fonte: Resultado da pesquisa on-line - Meios de Hospedagem  
Elaboração própria

As questões de 6 a 8 tiveram como objetivo analisar se os meios de hospedagem indicam opções de passeios no PNCD aos visitantes, se indicam a utilização de guia/condutor nessas atividades ressaltando sua importância e se há algum critério na escolha desse profissional, quando for o caso. Dessa maneira, obteve-se o seguinte resultado: em relação a indicação de passeios e a indicação para serem feitos com guia/condutor (questões 6 e 7), 100% dos estabelecimentos responderam que sim. No que diz respeito ao critério de indicação desse profissional, 80% dos estabelecimentos indicam guias cadastrados nas associações dos municípios e, apenas 20%, diz preferir o critério da especialidade de acordo com o tipo de atividade, vide Figura 15.

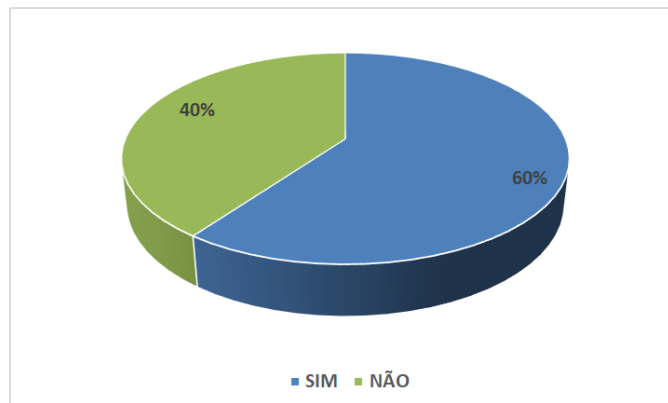
Figura 15 - Meios de Hospedagens dos municípios que compõem o PNCD - critério para indicação de guia/conductor



Fonte: Resultado da pesquisa on-line - Meios de Hospedagem  
Elaboração própria

Os itens de 9 a 13 trataram de analisar a relação dos meios de hospedagem com a prevenção e segurança dos possíveis acidentes. As questões 9 e 10 abordam sobre relatos de hospede acidentados e a atitude tomada pelo estabelecimento respectivamente, assim 60% dos meios de hospedagem afirmam ter relatos de acidentes com hóspedes. A atitude dos meios de hospedagem em relação a este evento está dividida da seguinte maneira: 40% avisa na associação de condutores do município, 20% informa a unidade de saúde e 40% não toma nenhuma atitude em relação a comunicação do fato. Nesta análise, observa-se que nenhum deles informa ao Corpo de Bombeiros ou ao próprio ICMBIO.

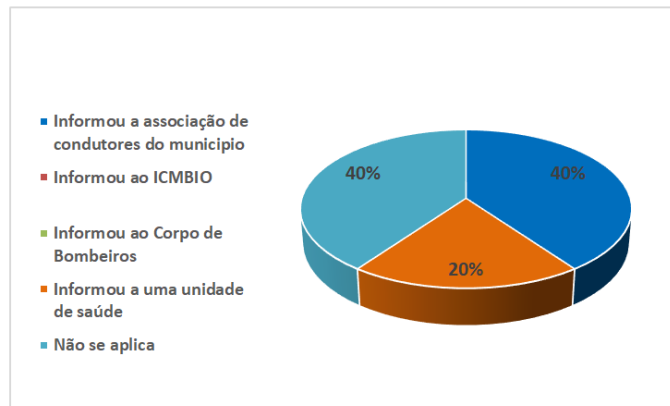
Figura 16 - Meios de Hospedagens dos municípios que compõem o PNCD - informações sobre acidentes envolvendo hóspedes



Fonte: Resultado da pesquisa on-line - Meios de Hospedagem  
Elaboração própria



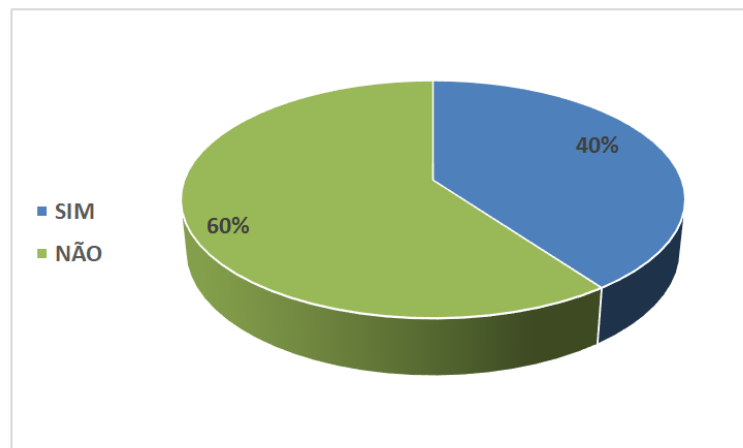
Figura 17 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD- atitude tomada frente a um incidente com hóspede



Fonte: Resultado da pesquisa on-line - Meios de Hospedagem  
Elaboração própria

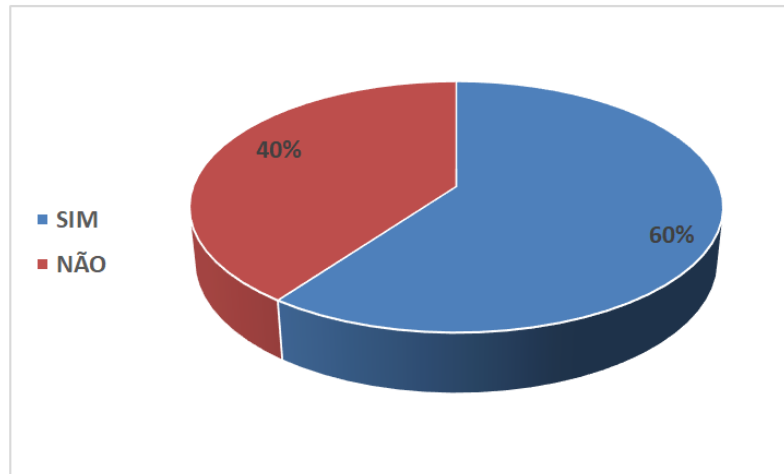
Os itens 11, 12 e 13 analisaram as seguintes questões: se existe algum tipo de registro que os meios de hospedagem realizam com seus visitantes; se há conhecimento de contatos para emergência e se estão disponibilizados para os hóspedes. Em relação ao registro das saídas de passeios, apenas 40% fazem o registro contra 60% que não o fazem. No quesito sobre informação de telefones de emergência, 60% informam que disponibilizam os telefones em caso de acidentes. Dos 40% que não informam esses números aos hóspedes, 75% afirmam não conhecer esses números para divulgação. É importante ressaltar aqui que não existe um número oficial para emergências no parque, entretanto, a entidade responsável oficialmente por questões de busca e salvamento de pessoas em qualquer tipo de ambiente é o Corpo de Bombeiros.

Figura 18 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - preenchimento de ficha de controle



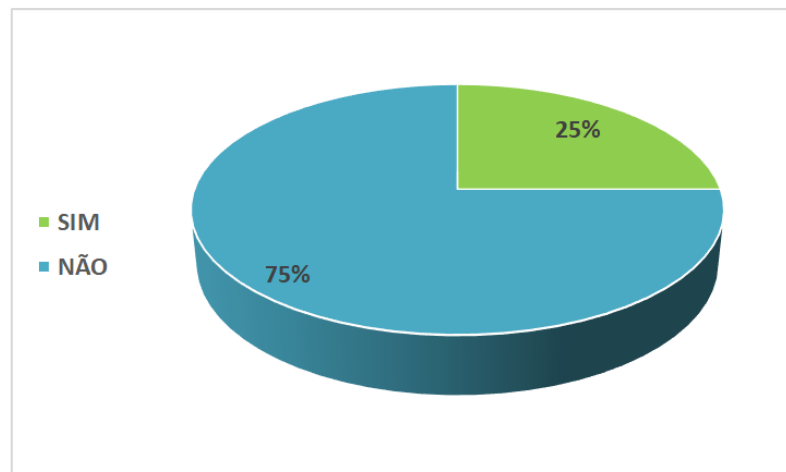
Fonte: Resultado da pesquisa on-line - Meios de Hospedagem  
Elaboração própria

Figura 19 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - disponibilização de telefones de emergência



Fonte: Resultado da pesquisa on-line - Meios de Hospedagem  
Elaboração própria

Figura 20 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - no caso dá resposta anterior ter sido não, se existe o conhecimento sobre os telefones de emergência.

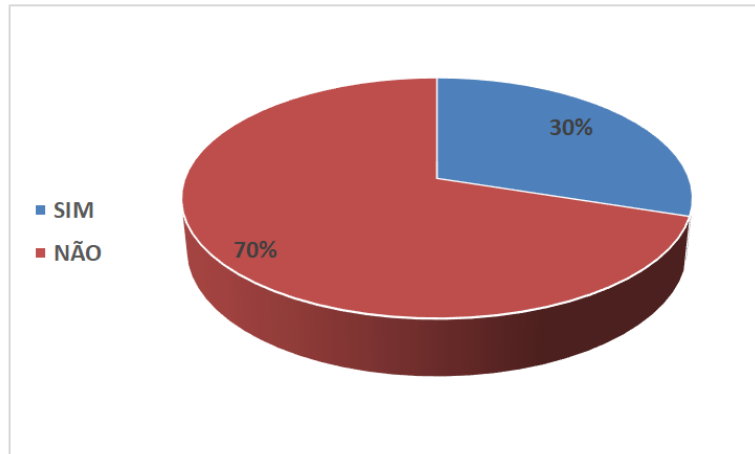


Fonte: Resultado da pesquisa on-line - Meios de Hospedagem  
Elaboração própria

As últimas quatro questões objetivas, 14, 15, 16 e 17 referem-se a ações de prevenção, suporte e qualificação dos empreendimentos. A questão sobre prevenção questiona se os estabelecimentos conhecem a cartilha do ICMBIO sobre educação e prevenção ambiental, intitulado “Guia de conduta consciente em ambientes naturais” (Anexo 04), 70% não conhece essa cartilha. No que diz respeito ao suporte e prevenção, foi questionado em relação ao compartilhamento de informações com outras esferas, pública e ou privada em caso de acidentes, e 70% também informam que não o fazem. As duas últimas questões tratam de um único assunto que é a qualificação, onde é abordado sobre o conhecimento da ISO 21101 – referente a gestão de riscos e se o empreendimento possui o interesse em obter a

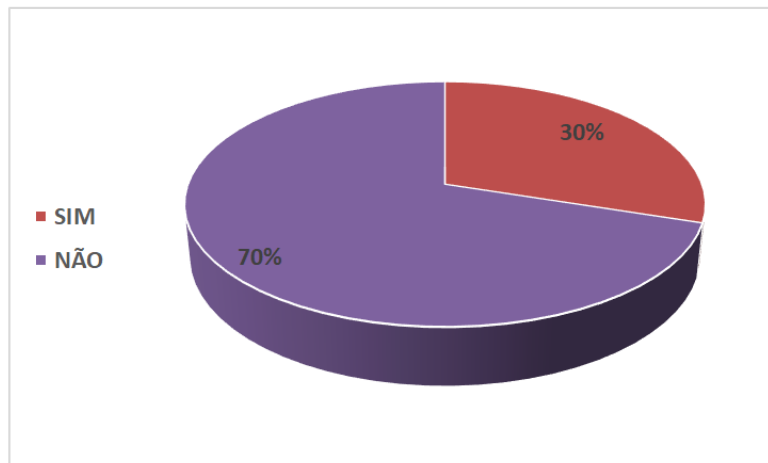
certificação. Assim, o resultado posto apresenta que 70% não conhece essa certificação e 80% dos empreendimentos tem interesse em implantar.

Figura 21 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - Se os estabelecimentos conhecem o documento: "Guia da conduta consciente em ambientes naturais" do ICMBIO



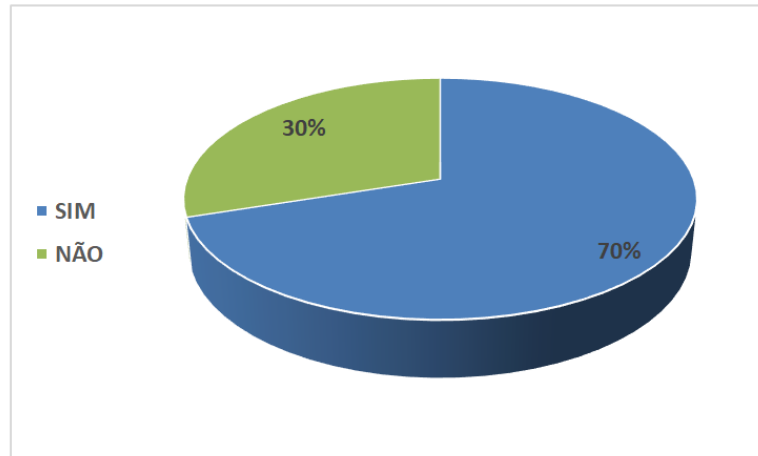
Fonte: Resultado da pesquisa on-line - Meios de Hospedagem  
Elaboração própria

Figura 22 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - se os estabelecimentos adotam algum tipo de registro na saída dos hóspedes para passeio.



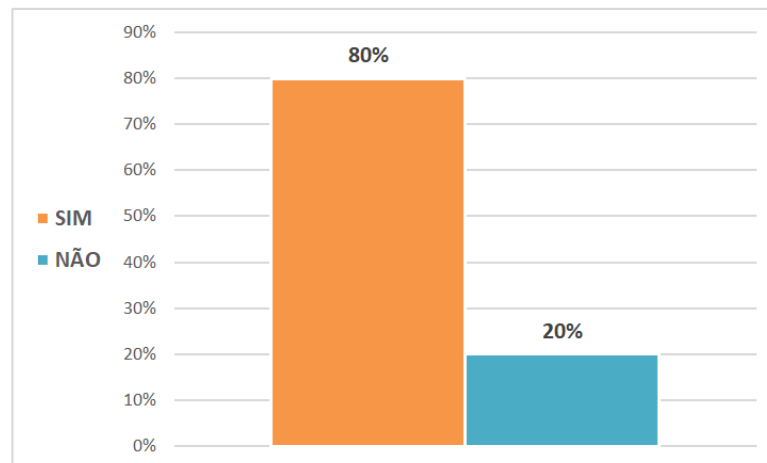
Fonte: Resultado da pesquisa on-line - Meios de Hospedagem  
Elaboração própria

Figura 23 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - se conhece sobre a certificação ISO 21101 - gestão de riscos



Fonte: Resultado da pesquisa on-line - Meios de Hospedagem  
Elaboração própria

Figura 24 - Meios de Hospedagem dos municípios que compõem o PNCD - se gostaria de implantar a ISO 21101



Fonte: Resultado da pesquisa on-line - Meios de Hospedagem  
Elaboração própria

Na questão subjetiva, foi solicitado um breve comentário sobre a questão da importância da segurança dos visitantes no PNCD. De acordo com a análise desses comentários, os assuntos que mais se repetem dizem respeito a questão da comunicação, gestão e prevenção/segurança. Em relação a comunicação a questão de ações relacionadas a informação são as mais pontuadas. Informações sobre os riscos, cuidados com as atividades e o ambiente natural são as mais citadas, abaixo alguns desses comentários:

A comunicação com os turistas poderia ser melhorada no sentido de deixar os visitantes mais atentos as condições particulares da Chapada /

enxurradas, risco de incêndios, zonas intangíveis etc. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).  
Precisa explicitar tais informações a todos sem distinção. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

No que tange a gestão, há uma tônica em relação da importância do compartilhamento das informações. Ou seja, da necessidade de se criar uma padronização de controles e registros compartilhados e que estas informações sejam disponibilizadas para todos. A seguir alguns comentários referente a este assunto:

deveria existir esta parceria, caso exista desconheço, com os órgãos responsáveis e os contatos ao alcance dos envolvidos. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).  
Um esforço coordenado neste sentido por parte do ICMBIO, dos Municípios e das ACV teria um impacto no balanço de acidentes e incêndios na região. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019)

Em relação a prevenção e segurança dos visitantes existe uma preocupação ampla e repetida em muitas falas da pesquisa. Então, educação ambiental para a convivência em ambientes naturais e qualificação dos guias/condutores, são fatores que contribuem para a segurança dos visitantes dentro do PNCD.

[...] a prevenção é interessante, conversar com o turista orientá-lo a usar equipamentos adequados respeitar os limites de segurança, etc. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

[...] recomendamos e indicamos sempre a condução através dos guias da ACV-VC pois eles são responsáveis pela segurança dos turistas que conduzem. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Os aprendizes condutores deveriam ter mais acesso aos cursos de Competência Mínima para Condutores de visitantes [...] (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Por fim, é possível observar que os meios de hospedagem podem exercer um papel fundamental nessa cadeia de sistematização de ações para a prevenção, controle e registro das atividades e possíveis acidentes no parque nacional e seu entorno. Observa-se ainda que existe uma vontade de que essa gestão compartilhada se desenvolva, porém faltam projetos e ações em conjunto para que de fato isso consiga ser implementado na região.

### 5.3 ICMBIO – PALMEIRAS: VISÃO DOS GESTORES DO PARQUE

O ICMBIO – Palmeiras iniciou suas atividades no mesmo ano de criação do parque, 1985, porém o seu Plano de Manejo só foi elaborado no ano de 2007 e aprovado em 2009. Possui uma estrutura administrativa composta por 13 funcionários fixos, sendo disposto conforme o quadro abaixo:

Quadro 23 - Composição do quadro de funcionários do ICMBIO - Palmeiras

ORIGEM	QT	DISTRIBUIÇÃO
Servidores Públicos concursados do ICMBIO	05	04 Analistas Ambientais: <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Chefe e responsável pelo Uso Público e Voluntariado;</li> <li>➤ responsável por pesquisas e licenciamento;</li> <li>➤ responsável pela fiscalização e manejo de trilhas;</li> <li>➤ responsável pela prevenção e combate a incêndios.</li> </ul>
Servidor público proveniente de outros órgãos	01	01 Técnico Administrativo
Terceirizados	07	2 recepcionistas;  1 motorista; e  4 porteiros
<b>TOTAL</b>		<b>13 colaboradores</b>

Fonte: e-mail ICMBIO Palmeiras

Elaboração da autora

Além desse quadro fixo, o parque possui 7 brigadistas com contrato de um ano, podendo ser renovado pelo mesmo prazo e mais 35 brigadistas com contratos de 6 meses, totalizando 42 brigadistas. Esses brigadistas atuam diretamente com as ações do parque voltados para o combate a incêndios e preservação ambiental. A grande mudança em relação a contratação de brigadistas ocorreu através da Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018, que trata de alterações nas Leis nº 11.516/2007; 7.957/1989, e 9.985/2000, para dispor sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental e sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo IBAMA e o ICMBIO.

Essas alterações modificam as regras para a aplicação de recursos da compensação ambiental, dando mais autonomia ao IBAMA e ao ICMBIO, permitindo

aumentar o prazo para a contratação e diversificação das atividades dos brigadistas, a saber:

Art. 12. O Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes) ficam autorizados a contratar pessoal por tempo determinado, não superior a 2 (dois) anos, admitida a prorrogação dos contratos por até 1 (um) ano, vedada a recontração pelo período de 2 (dois) anos, para atender os seguintes casos:

- I - prevenção, controle e combate de incêndios florestais;
- II - preservação de áreas consideradas prioritárias para a conservação ambiental ameaçadas por fontes imprevistas;
- III - controle e combate de fontes poluidoras imprevistas e que possam afetar a vida humana, a qualidade do ar e da água, a flora e a fauna;
- IV - apoio em ações de conservação, manejo e pesquisa de espécies ameaçadas ou que possuam Plano de Ação Nacional, em caráter auxiliar;
- V - apoio a projetos de preservação, uso sustentável, proteção e apoio operacional à gestão das unidades de conservação, em caráter auxiliar;
- VI - apoio à identificação, à demarcação e à consolidação territorial de unidades de conservação; e
- VII - apoio a ações de uso sustentável, monitoramento, manejo e pesquisa de espécies nativas de interesse econômico, em caráter auxiliar. (BRASIL, 2018).

Essas mudanças além de fortalecer as ações já previstas voltadas para a preservação e combate a incêndios traz duas importantes mudanças: a primeira, trata da autorização desses brigadistas atuarem, mesmo que em caráter auxiliar, no que diz respeito a proteção e apoio da área operacional de gestão do parque; e a segunda, trata da liberação para contratação de pessoal local, formado geralmente por moradores do entorno das UCs. Essa iniciativa traz um aspecto importante, pois promovem o envolvimento das unidades de conservação e a população local ao mesmo tempo que gera emprego e renda para a região.

Em relação a sinalização pode-se afirmar que é inexistente ou bastante precária. De acordo com os gestores locais, quando as placas são colocadas, grande parte delas são retiradas; “[...] historicamente as plaquinhas de sinalização, aviso, elas somem. As pessoas não deixam as placas, a gente sempre teve esses problemas [...]” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, ICMBIO, 2018). Se por um lado não existe nenhum tipo de fiscalização para coibir esse tipo de atitude; por outro lado, não existe um trabalho de sensibilização junto à comunidade, as esferas pública e privada que atuam com o turismo na região, visando através da educação, a conscientização da importância dessa sinalização.

Outro ponto abordado pelos gestores tem relação com o Plano de Manejo do Parque, pois nunca houve revisão, apenas uma complementação de ações que

ocorreu através da Portaria nº 312 de 09 de maio de 2017. O fato de não ter ocorrido essa revisão tem um impacto direto na gestão administrativa do Parque, a qual fica restrita a cumprir apenas o que está previsto no plano. Por exemplo, no plano vigente atual é proibido a utilização de bicicletas no interior do parque, no entanto isso ocorre. Só que o parque não tem como fiscalizar e ao mesmo tempo não pode ordenar esse uso, pois não está previsto no plano. Para uma gestão mais eficiente, se faz necessário uma mudança no formato de revisão dos planos de manejos formatados no modelo mais antigo, pois estes possuem critérios mais burocráticos de mudança e organização. Isto tem interferência direta nessa dinâmica administrativa necessária para a gestão de um Parque Nacional, principalmente os que são abertos à visitação.

A questão dos conflitos ainda é um ponto bastante delicado para a gestão do parque como um todo. A falta de regularização fundiária do parque faz surgir situações que vão desde pequenos garimpos ilegais, a focos de incêndios criminosos no interior do parque, normalmente para pequenas roças e criação de animais. Outro aspecto relevante referente aos conflitos, e que tem relação direta com este estudo, está relacionada a abertura de trilhas sem autorização e/ou conhecimento do ICMBIO.

No que tange busca e salvamento, o ICMBIO não disponibiliza uma equipe para resgate, não possui um plano de contingência nem de comunicação. As ações não são padronizadas, nem monitoradas e em muitas situações recorrem a Associação de Condutores do Vale do Capão. Essa ação ocorre quando o assunto se relaciona ao desaparecimento de pessoas, entretanto, quando a situação requer uma maior qualificação para salvamento, incluindo algum tipo de resgate específico, os Bombeiros são acionados. Vale ressaltar que a equipe do ICMBIO atua junto a essas equipes na parte operacional, dando suporte e apoio para carregar maca, equipamentos etc., pois em muitos casos esses salvamentos ocorrem em área de difícil acesso.

Não. Não existe um protocolo estabelecido, é... bom, o que exista... primeiro o parque não tem equipe de resgate. Então, o parque em si, ele só realiza os resgates quando a gente tem a nossa brigada contratada... [...] nesse período em que os brigadistas estão a gente consegue apoiar o corpo de bombeiros nos resgates, algumas vezes o corpo de bombeiros não chega, por algum motivo não vem, a gente vai sozinho assim mesmo e geralmente a gente consegue o apoio de resgatistas locais, de pessoas que são da comunidade local e que tem curso de resgate, como por exemplo,



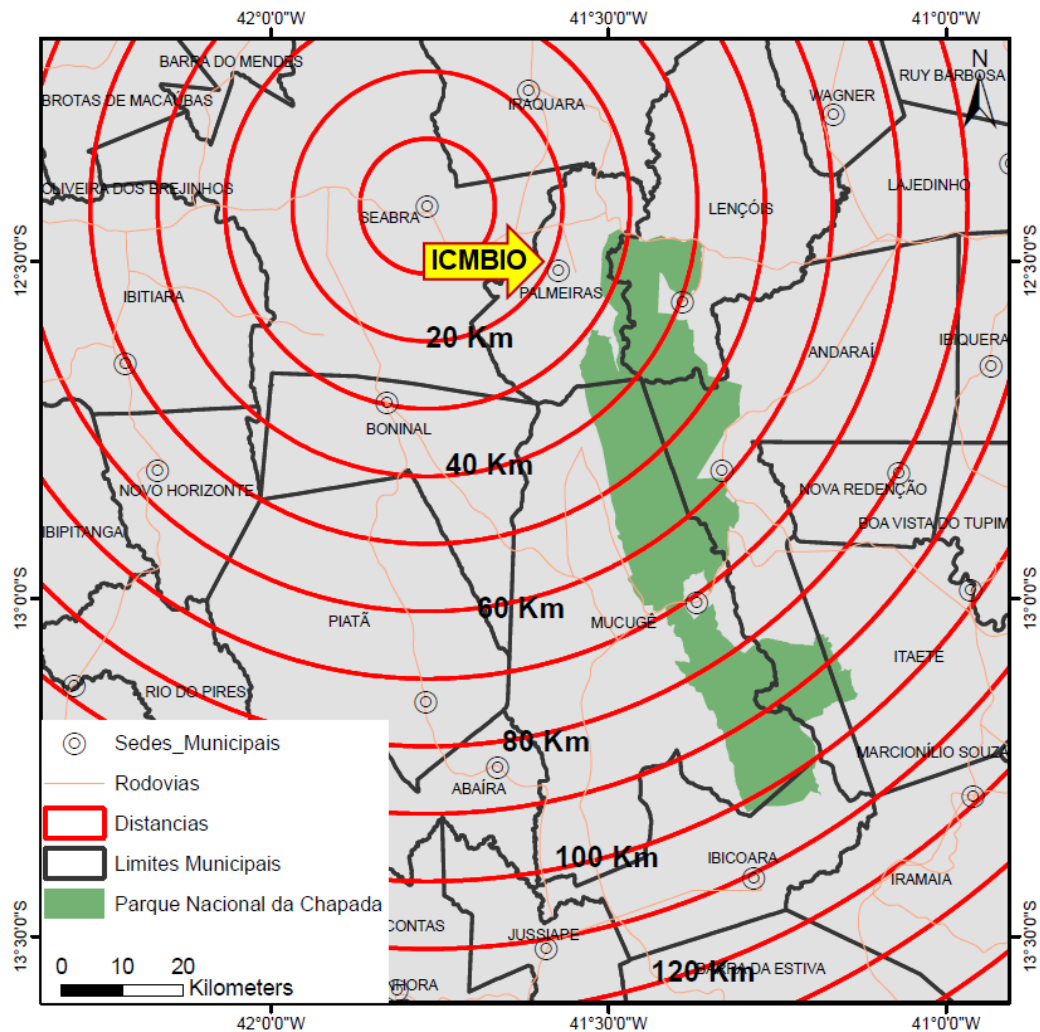
algumas associações de condutores de visitantes que tem pessoas que têm essa experiência, elas podem ir acompanhando pra dar esse primeiro socorro.

No caso de perdido a gente mesmo que vai. A gente que eu digo, são os brigadistas, geralmente acompanhados de um analista ambiental que vai no resgate da vítima [...]

A questão é que a nossa brigada, ela é uma brigada que geralmente é composta por muitos guias locais, brigadistas voluntários, são pessoas que têm um conhecimento muito grande sobre o ambiente, né, sobe serra, conhecem as trilhas muito bem, então são pessoas bastante preparadas pra ir no resgate quando é perdido. Já no caso de acidentes, a gente... de socorro em acidentes, a gente já tem uma falha maior porque a gente não tem um pessoal formado para isso, nem pra dar o primeiro socorro. A gente sempre conta com os bombeiros ou com algum resgatista local (ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS, 2018; 2019).

Ainda relacionado a busca e salvamento, existe a questão da distância entre a sede do ICMBIO e alguns municípios do PNCD, como Mucugê, Andaraí e Ibicoara. Assim, quando ocorrem algum tipo de incidente nessa área o ICMBIO não tem conhecimento e as situações são resolvidas, quando possível, pelas pessoas da comunidade, pelas associações de condutores. Abaixo segue a Figura 25 com as distâncias dos municípios e a base sede do ICMBIO, que fica em Palmeiras.

Figura 25 - Distâncias entre os municípios que compõem o PNCD e a sede do ICMBIO Palmeiras



Fonte: Google Earth  
 Elaboração: Prof<sup>o</sup> Renato Reis

Isto posto, fica evidente que há um subdimensionamento de pessoal para uma gestão mais efetiva no PNCD, o qual possui características tão singulares, que vão desde a sua dimensão; quantidade de entradas e saídas; população residente no interior do parque; poucos recursos para implementação de ações previstas; entre outros. Existem algumas ações pontuais já em andamento, como é o caso do monitoramento nas trilhas mais procuradas, utilizando os brigadistas como apoio, porém não tivemos acesso a esses dados.

Por outro lado, percebe-se que não há uma articulação estruturada entre o ICMBIO, as esferas públicas e privadas para a realização de ações que visem estruturar as visitas ao parque com maior segurança e controle.

#### 5.4 ASSOCIAÇÃO DE CONDUTORES DA CHAPADA DIAMANTINA

As associações de condutores da Chapada Diamantina são entidades autônomas e que são definidas como organizações socioambientalistas, sem finalidades lucrativas e político-partidárias, criadas para atuarem na área do parque, com objetivo de organizar e regulamentar a atividade dos condutores de visitantes e o processo de visitação na Chapada Diamantina (SCT- BA, 2004). Cada associação possui seu próprio estatuto e normas de conduta, que devem ser obedecidas por todos os seus membros, inclusive para tornar-se um membro associado.

Para analisarmos melhor a atuação dessas entidades, tanto na questão das práticas e normas de condução a pessoas e a grupos nos atrativos, como também se existe a participação desses membros em ações de busca e salvamento, foram realizadas pesquisas *in loco* e entrevistas semiestruturadas com seus responsáveis. Ressaltamos que as entidades aqui apresentadas não são as únicas, mas escolhemos uma de cada município tendo como parâmetro o maior tempo de funcionamento e a quantidade de membros.

Assim, as associações aqui apresentadas são: Associação de Condutores de Andaraí – ACVA; Associação de Condutores de Ibicoara – ACVIB; Associação de Condutores de Lençóis – ACVL; Associação de Condutores de Mucugê – ACVM e, por fim, Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão – Palmeiras. Dos dados levantados na pesquisa de campo no que tange a condução da visitação, as principais normas, a quantidade e o perfil dos associados pode ser observado no Quadro 24, que faz um breve resumo dessas associações.

Quadro 24 - Municípios do entorno do PNCD- associação de condutores de visitantes, 2019

TABELA DAS ASSOCIAÇÕES DE CONDUTORES DA CHAPADA DIAMANTINA

	NOME DA ASSOCIAÇÃO	DATA DE FUNDAÇÃO	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL PELA ASSOCIAÇÃO	QT DE ASSOCIADOS	OBJETIVO/MISSÃO	PRINCIPAIS FORMAÇÕES E CURSOS DE TREINAMENTO RELACIONADOS A BUSCA E SALVAMENTO	CRITÉRIOS PARA INGRESSAR COMO CONDUTOR NA ASSOCIAÇÃO	FORMAS DE CONTATO
<b>ANDARAÍ</b>	Associação de Condutores de Visitantes de Andaraí- ACVA		R. José Gonçalves C/rua, s/n	Marcos Vinicius Santos Ferreira	35				TELEFONE FACEBOOK
<b>LENÇÓIS</b>	Associação dos Condutores de Visitantes de Lençóis- ACVL	Outubro de 1995	Av General Viveiros, 61	José Açony Santos Silva	120	Defender os interesses dos condutores e guias de turismo de Lençóis, proteger o meio ambiente, capacitar e fomentar cursos de capacitação nas áreas de atuação visando o aprimoramento dos associados, trabalhos sociais ligados à educação ambiental e promover palestras nas escolas públicas sobre turismo e educação.	Formação e capacitação de grupo de resgate e salvamento em parceria com a ABETA (Associação Brasileira de Empresas de Turismo – Aventura), o Ministério do Turismo e Corpo de Bombeiros - Polícia Militar do Estado da Bahia		TELEFONE SITE
<b>MUCUGÊ</b>	Associação dos Condutores de Visitantes de Mucugê- ACVM	22/04/1999	Praça Cel Propercio S/N	Adriano Novaes Ribeiro	43				TELEFONE
<b>IBICOARA</b>	Associação dos Condutores de Visitantes de Ibicoara- ACVIB	16 de Maio de 2000	Av. Luiz Eduardo Magalhães, 599	Elias Barbosa	64		Cursos de salvamento aquático e	Morar no município por um período maior do que dois anos. Ser maior de idade, e possuir todos os cursos necessários	TELEFONE INSTAGRAM
<b>PALMEIRAS</b>	Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão- ACVVC	2000	Rua Cachoeira da Fumaça, s-n		43		primeiros socorros	Existem um processo seletivo com normas e procedimentos. A seleção ocorre anualmente.	TELEFONE SITE

Fonte: Pesquisa de Campo  
Elaboração própria

**Associação de Condutores de Andaraí – ACVA** – Possui 35 membros atuantes. Não temos muitas informações sobre esta associação, pois, tanto na pesquisa de campo como na coleta de dados junto ao Presidente, obtivemos pouco retorno. No distrito de Igatu<sup>21</sup>, não existe nenhuma associação ativa de condutores e o visitante que vai a esta localidade deve se prevenir antecipadamente ou contratar pessoas da comunidade que fazem o papel de guia, mas não possuem nenhum tipo de curso ou formação. Outro ponto que deve ser ressaltado nesse estudo, foi a afirmação de uma das pessoas mais conhecidas desse distrito, que não se faz necessária a utilização de condutores para visitação nos atrativos dessa localidade. E quando questionado sobre a possibilidade de qualquer incidente, a resposta foi: “não é problema meu...”. Isto, talvez, seja o reflexo dessa aparente desestruturação relacionada a Associação do município de Andaraí e seu respectivo distrito de Igatu.

**Associação de Condutores de Ibicoara – ACVIB** – Possui 64 membros ativos. Uma associação mais estruturada e preocupada com a segurança dos visitantes, sendo uma das mais atuantes na questão da reciclagem e atualização dos cursos de primeiros socorros, inovando inclusive, com a formação em resgates aquáticos. Muitos dos seus membros já participaram de algum tipo de busca e salvamento na região, sendo um dos casos atuais mais conhecidos o socorro dado a uma criança que foi picada por uma cobra venenosa no caminho da Cachoeira do Buracão.

**Associação de Condutores de Lençóis – ACVL** – Possui 120 membros, sendo a mais antiga em funcionamento. Seus membros, de uma maneira geral, possuem formação básica em primeiros socorros, mas não fazem reciclagem ou atualizações constantes. A percepção em relação a esta associação, talvez pela quantidade de condutores, é uma preocupação muito mais voltada para a “venda” de

---

<sup>21</sup> O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Igatu - distrito do município de Andaraí - foi tombado pelo Iphan em 2000. A cidade também é conhecida como Xique-Xique do Igatu e Cidade de Pedras. Igatu é considerada um museu vivo da história da mineração de diamante no Brasil e, na Galeria Arte e Memória (um museu a céu aberto) estão utensílios utilizados pelos garimpeiros e escravos. A pequena vila viveu o apogeu e a decadência do garimpo, deixando os sinais de sua história estampados na arquitetura e no estilo de vida dos moradores atuais. Encravada entre afloramentos rochosos, ruínas históricas, rios e cachoeiras, Igatu possui um casario histórico do século XIX, construído com pedras e resquício da época da mineração do diamante na região. Por esta característica, o distrito é conhecido como a "Machu Picchu Baiana", em uma referência à histórica cidade peruana de pedra. Além da arquitetura do seu traçado e de bens com valor individual, o tombamento destacou as ruínas históricas existentes ao redor do núcleo urbano construídas pelos garimpeiros que trabalhavam na localidade. Atualmente, atrai visitantes de todo o mundo e o turismo é sua principal atividade econômica. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/113>. Acesso em: mar. 2019.

passeios sem o devido planejamento, do que para uma organização mais segura que esta atividade merece. Não há nenhum tipo de norma ou registro para o início de alguma atividade de guiagem e os condutores que fazem ou participaram de algum tipo de busca e salvamento o fazem sem nenhum vínculo junto à associação e de maneira voluntária.

**Associação de Condutores de Mucugê – ACVM** – Possui 43 membros ativos. Esta associação apresenta uma organização e um planejamento referente as atividades de guiagem. Os pontos mais importantes levantados foi a existência de um registro oficial da entidade, feita em um livro, onde são colocadas as saídas com grupos e ou indivíduos; e uma ficha que registra os dados mais específicos do passeio contendo informações de quantidade de pessoas, nomes, especificações sobre o grau de dificuldade da trilha e a capacidade de saúde dos participantes, além do registro da hora de saída com o cálculo médio do retorno. Outro dado importante levantado, é a existência de um grupo interno GVBS – Grupo Voluntário de Busca e Salvamento, composto por aproximadamente 22 condutores. Atuam de maneira voluntária quando acionados e contam com a ajuda da Prefeitura, da população e dos Bombeiros. Suas atividades, nos últimos dois anos, encontram-se paradas devido a um acidente ocorrido com o membro fundador e responsável por este grupo, o Sr. Nilton Souza.

**Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão – Palmeiras** – Possui 43 membros. Das associações existentes, esta é a mais preparada e organizada, não só por possuir procedimentos internos em relação à condução dos visitantes, como também, já possuir uma comunicação sistematizada com outras esferas governamentais como: Defesa Civil, Unidade de Saúde da Família, Corpo de Bombeiros e o próprio ICMBIO. Tendo com estes dois últimos um sistema de comunicação direto. Tem uma forte atuação com Brigadistas voluntários de monitoramento e combate ao fogo em toda área do Parque e seu entorno. Essa mesma equipe atua em parceria com o Corpo de Bombeiros em situações de busca e salvamento na região. Outro dado relevante, é a questão da formação dos condutores, que além de estarem em atualização constante seguem as normas de certificação em conformidade com a ABNT e o Programa Aventura Segura e o Ministério do Turismo: NBR 15.285- Turismo de Aventura – Líderes – Competência Pessoal e NBR 15.398- Turismo de Aventura – Condutores de Caminhada de Longo Percurso – Competência Pessoal. Por fim, esta associação é responsável direta pelo

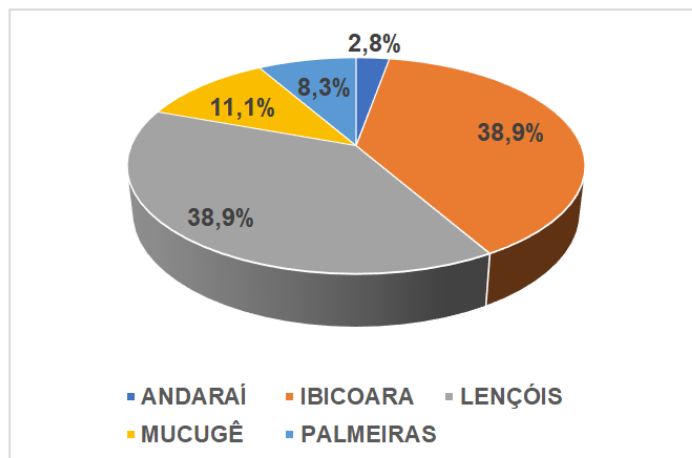
único sistema de registro e controle de entrada em um dos atrativos mais procurados do Parque, que é a Cachoeira da Fumaça. Na subida para esta trilha, existe um local da associação que possui um livro que faz esse registro de entrada de visitantes. O registro não é obrigatório, mas a grande maioria dos visitantes o fazem, o que torna este documento o único registro escrito de controle de pessoas ao parque e que é utilizado como dado oficial.

Para tentar conhecer um pouco mais sobre os guias/condutores aplicamos uma pesquisa eletrônica com 18 perguntas entre questões objetivas, subjetivas e uma de múltipla escolha. As cinco primeiras questões estão relacionadas a identificação (nome, data, gênero e identificação do município); as questões de 6 a 13 traçamos o perfil do profissional, identificando: a categoria; o tempo de função; se está vinculado a alguma associação; se possui treinamento de primeiro socorros (básico ou avançado); qual entidade foi responsável por este treinamento e se tem reciclagem e se possui treinamento especializado em resgate e em caso positivo por qual entidade. Em relação as últimas questões 14 a 18, a pesquisa aborda as questões de busca e salvamento no parque, se já participou de algum tipo de busca ou salvamento; utilização de equipamentos; se existem registros e se são compartilhados.

Até o dia 11 de junho de 2019 tivemos o retorno de 36 questionários, que ao compararmos ao número total de associados, que é de 305, temos um percentual de aproximadamente 12% de respostas. Excluíremos dessa apresentação as questões 1 e 2, pois são referentes a dados pessoais. Abaixo seguem os resultados da pesquisa:

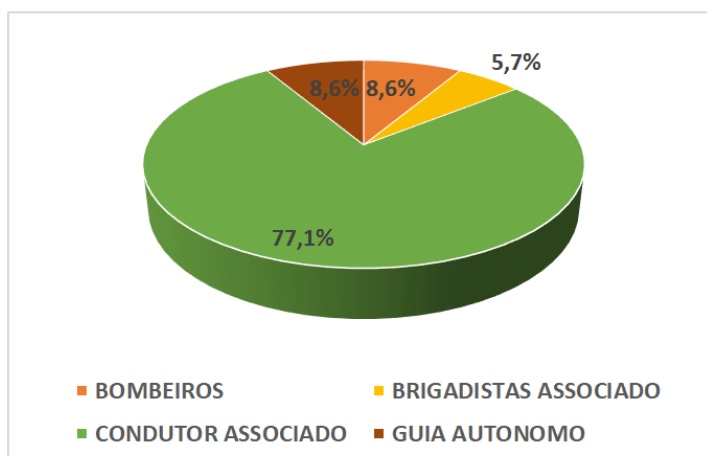
Na questão 3 identifica-se o gênero, e temos 90% dos entrevistados como homens; as questões seguintes: 4 e 5 são identificados a qual município ele está associado e em qual categoria ele se enquadra. É importante ressaltar que existe uma diferença entre brigadista e condutor, mas podemos afirmar que quando credenciados à associação todo brigadista é um guia, mas nem todo guia é um brigadista.

Figura 26 - Associação de condutores de visitantes dos municípios do PNCD - identificação por municípios



Fonte: Pesquisa online - Guias/condutores e Brigadistas  
Elaboração própria

Figura 27 - Associação de condutores de visitantes dos municípios do PNCD - categoria

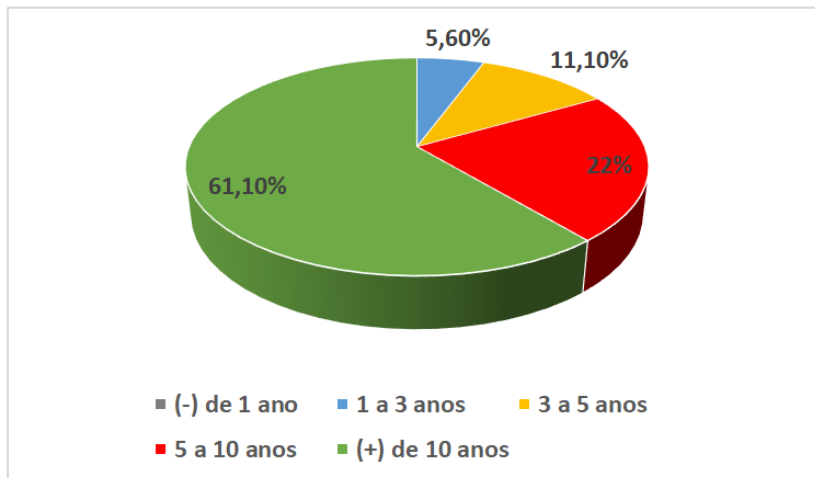


Fonte: Pesquisa online - Guias/condutores e Brigadistas  
Elaboração própria

A questão 6 aborda o tempo que exercem a função de guia/condutor e observa-se que mais de 60% possuem mais de dez anos de atuação. Em relação a qual organização está vinculado, 90% dos entrevistados são de alguma associação de condutores. Já as questões 8 e 9 tratam da qualificação, ou seja, se possuem treinamento de primeiros socorros e se este treinamento é a nível básico ou avançado. A pesquisa aponta que 100% dos entrevistados possuem algum tipo de treinamento, porém, apenas 25% destes é de nível avançado.



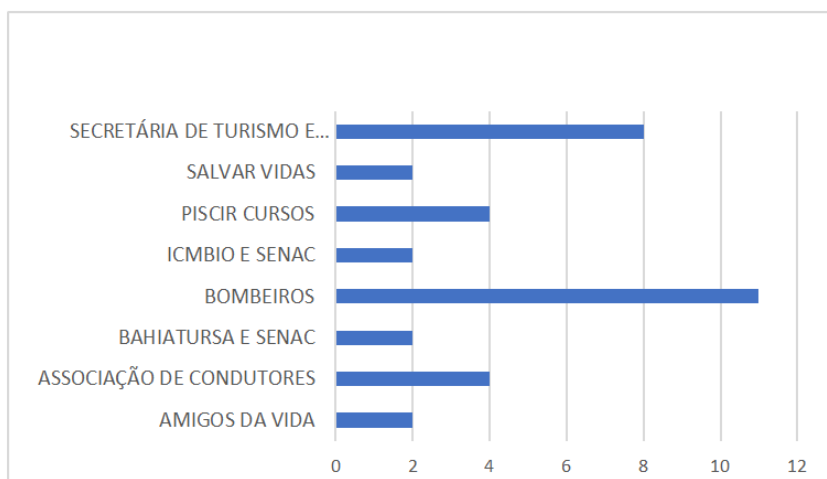
Figura 28 - Associação de condutores de visitantes dos municípios do PNCD - tempo que exerce a função



Fonte: Pesquisa online - Guias/condutores e Brigadistas  
Elaboração própria

A questão 10 tem relação com as duas últimas, e subjetivamente pergunta qual a organização responsável pelo curso de primeiros socorros, como pode ser observado na Figura 30 abaixo. Já a questão 11 aborda a sobre reciclagem e 90% afirmam que recebem atualizações de forma contínua.

Figura 29 - Associação de condutores de visitantes dos municípios do PNCD - instituições ou órgãos responsáveis pelos cursos de primeiros socorros



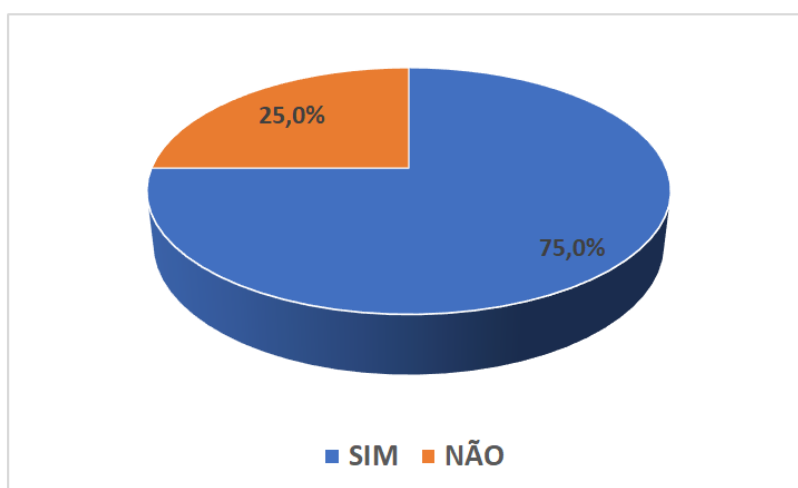
Fonte: Pesquisa online - Guias/condutores e Brigadistas  
Elaboração própria

Percebe-se que grande parte dos treinamentos são organizados pelo Corpo de Bombeiros, seguido pelas Secretarias de Turismo e Meio Ambiente em parceria com outras organizações. Ainda sobre qualificação as questões 12 e 13 abordam

sobre treinamento para resgate em áreas de cobertura vegetal de risco e qual organização é responsável pelo curso. Dos participantes desta entrevista, 50% afirmam terem feito o treinamento e, mais uma vez, os Bombeiros respondem por mais de 90% dos cursos dados.

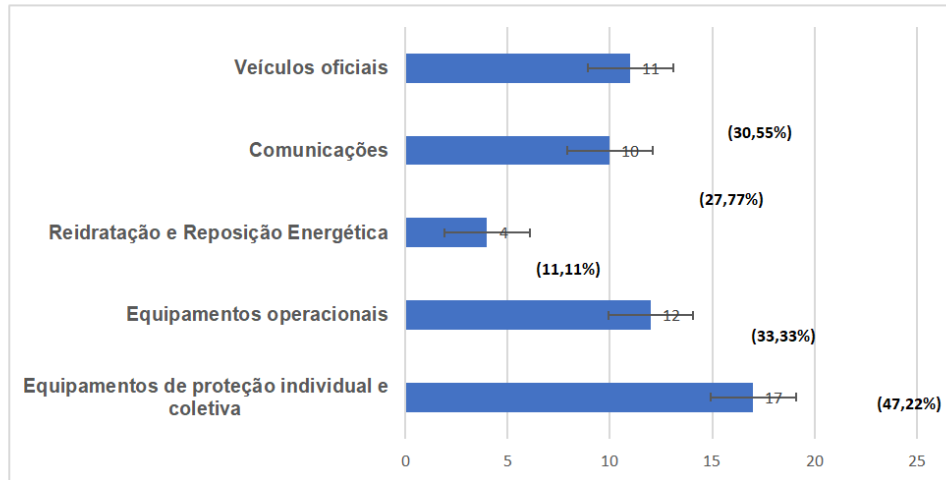
As questões de 14 a 18 tratam especificamente sobre busca e salvamento, abordando itens como a participação nesse tipo de ocorrência, quais materiais utilizados, os tipos mais comuns de incidentes, se existem registros e se estes são compartilhados. Dos entrevistados, 75% já participaram de algum tipo de busca e salvamento e na questão seguinte, que é de múltipla escolha, pontuaram os recursos ou equipamentos que foram disponibilizados para esta ação.

Figura 30 - Associação de condutores de visitantes dos municípios do PNCD - se o guia/conductor já participou de algum tipo de busca e salvamento



Fonte: Pesquisa online - Guias/condutores e Brigadistas  
Elaboração própria

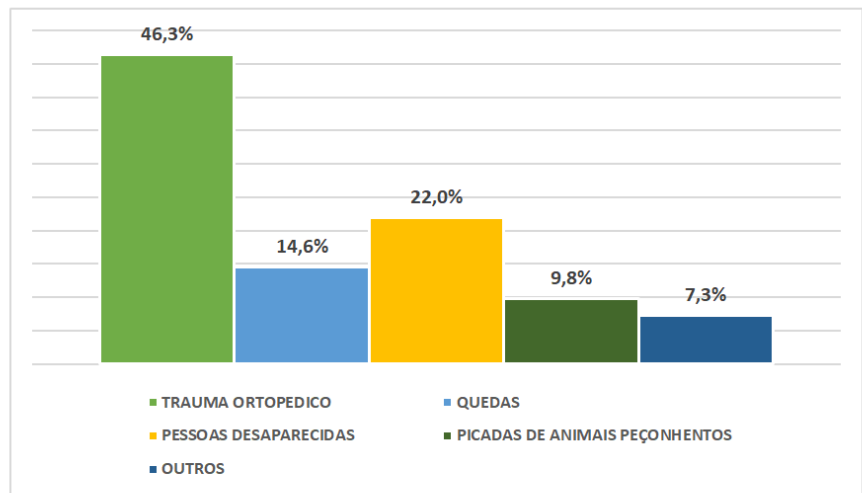
Figura 31 - Associação de condutores de visitantes dos municípios do PNCD - Recursos, equipamentos ou materiais disponibilizados para esta ação



Fonte: Pesquisa online - Guias/condutores e Brigadistas  
 Elaboração própria

A questão 16 pergunta quais os tipos de incidentes/ocorrências mais comuns no parque e a grande maioria indica questões relacionadas a traumas ortopédicos, seguido de pessoas desaparecidas e quedas. Apenas 10% dos casos indicados se refere a acidente por algum tipo de animal peçonhento, vide Figura 32 abaixo:

Figura 32 - Associação de condutores de visitantes dos municípios do PNCD - tipos mais comuns de ocorrências



Fonte: Pesquisa online - Guias/condutores e Brigadistas  
 Elaboração própria

As duas últimas questões são interligadas e se referem aos registros dessas ocorrências. Dos resultados, mais de 80% afirmam não fazerem ou terem estes registros. E os que afirmam ter ou saber destes registros indicam o Corpo de

Bombeiros como responsável por esta ação, o que vem a ser confirmado com o dado de registro coletado em campo com este órgão.

De uma maneira geral as associações de condutores desempenham um papel fundamental para melhor garantir a segurança e as atividades dos visitantes que buscam a natureza como refúgio ou para a prática de atividades. Além de conhecerem a região e suas especificidades, muitos deles atuam como parceiros diretos ou indiretos na preservação desses atrativos, pois procuram reduzir os impactos dessa visitação, principalmente no controle do lixo nas trilhas. Entretanto ainda há muito a se fazer para que o trabalho dessas associações, sejam mais significativos, e com uma preocupação efetiva voltada para a qualidade e a gestão de riscos.

## 5.5 CORPO DE BOMBEIROS

Até a década de 80 não existia um Corpo de Bombeiros oficial que atendesse ao Estado da Bahia como um todo, o que existia era o Corpo de Bombeiros da Cidade de Salvador, que foi criado em 26 de dezembro de 1846, e sua área de atuação era bastante restrita à capital. O mesmo foi extinto em dezembro de 1983 após a criação do Comando do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia através da Lei Estadual de n  4.075, de 08 de novembro de 1982. Este comando foi criado na estrutura da Polícia Militar da Bahia não possuindo autonomia administrativa nem financeira. Apenas em 2014, após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC n  138/2014, ocorre a emancipação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar e o vincula à Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP) proporcionando autonomia a este  rg o (CBM, 2019). Em dezembro deste mesmo ano é publicada a Lei n  13.202 a qual instituiu a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, suas finalidades e competências, a saber:

Das Finalidades:

Art. 2  O Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - CBMBA, força auxiliar e reserva do Exército, organizado com base na hierarquia e disciplina,   órgão em regime especial de administração direta, integrante do Sistema de Segurança Pública, que tem por finalidade a execução dos serviços específicos de bombeiros militares no território do Estado da Bahia. (BRASIL, 2014).

Das vinte competências relacionadas na lei mencionada acima, apresentamos apenas duas que possuem relação direta com nosso estudo e pesquisa de campo, são elas:

III - executar as ações de busca, resgate, suporte básico de vida e salvamento de pessoas e bens a cargo do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (BRASIL, Lei nº 13.202; 2014).

XIII - promover a participação da comunidade no Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em forma de cooperação e de modo voluntário (BRASIL, 2014).

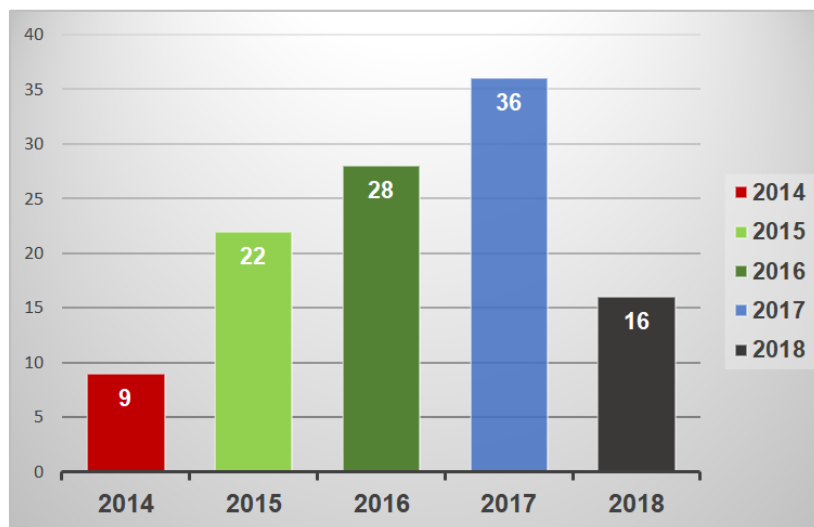
O Corpo de Bombeiros Militar da Bahia possui 18 grupamentos distribuídos na capital e no interior do Estado. Esses grupamentos, conforme descrito no Art. 28 da Lei 13.202, tem por finalidade: “a execução das missões de bombeiro militar, dentro de suas especialidades, e terão atuação em todo o Estado da Bahia ou em região definida em regulamento”. Então, por designação administrativa o 11º Grupamento de Bombeiros Militar - 11º GBM é o responsável pela região da Chapada Diamantina. Este grupamento possui um subgrupamento (2º subgrupamento – 11º SGBM) com sua sede em Lençóis. Com um total de 113 oficiais, este grupamento é responsável pela cobertura operacional de 45 municípios no estado da Bahia.

De acordo com as informações oficiais<sup>22</sup> do 11º Subgrupamento, nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e os primeiros 6 meses referente ao ano de 2018 foram acionados por 195 vezes para atender demandas variadas no Parque Nacional da Chapada Diamantina e seu entorno. Essas informações estão consolidadas em um documento que faz os registros desses atendimentos. Das 195 ocorrências no parque foram retiradas as que se referiam a algum tipo de prestação de socorro à vítima, totalizando então 111 ocorrências, distribuídas por ano conforme a Figura 33 e as ocorrências separadas por ano e município, conforme a Figura 34:

---

<sup>22</sup> Vide anexo E.

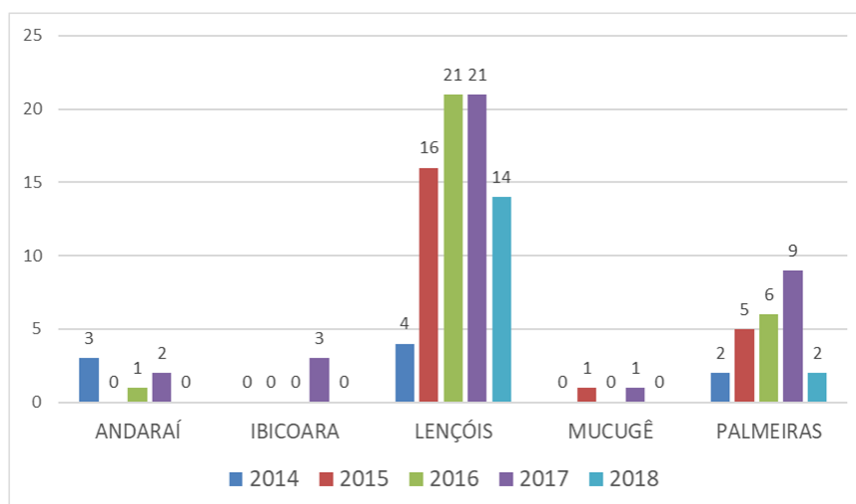
Figura 33 - Registro do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia - 2º Subgrupamento- total de ocorrências geral por ano



Fonte: 2º SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR  
Elaboração própria

Observa-se que há um aumento significativo dessas ocorrências no PNCD e seu entorno, pois quando comparamos o ano de 2014 com o de 2017 os casos triplicam. Não foi possível a comparação com o ano de 2018, pois só tínhamos informações até o mês de junho, mas já aponta a continuidade desse crescimento.

Figura 34 - Registro do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia - 2º subgrupamento - total de ocorrências por ano no período de 2014-2018 por municípios

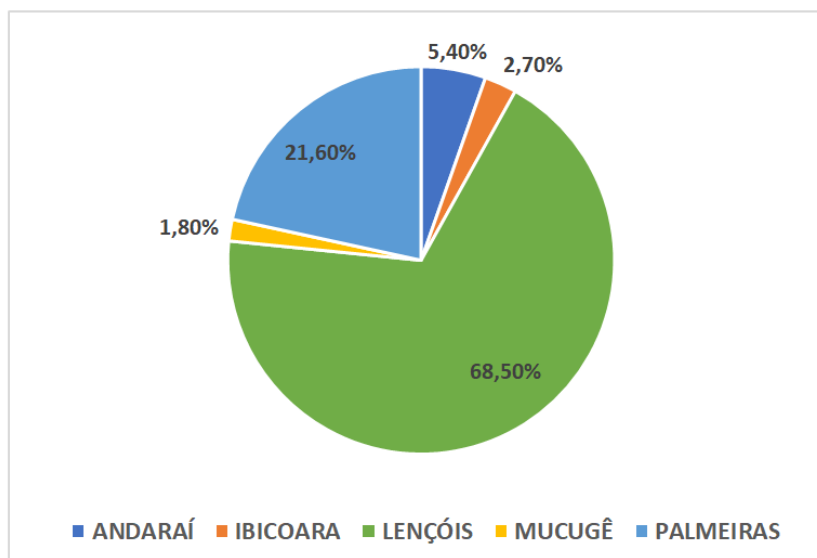


Fonte: 2º SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR  
Elaboração própria

Desses acidentes analisados a maior parte concentra-se no município de Lençóis com 76 ocorrências, seguido por Palmeiras com 24, Andaraí 6, Ibicoara 3 e

Mucugê 2. Isto representa em valores percentuais o seguinte panorama representado na Figura 35 abaixo:

Figura 35 - Registro do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia: 2º subgrupamento - gráfico de percentual de ocorrências por municípios no período de 2014-2018

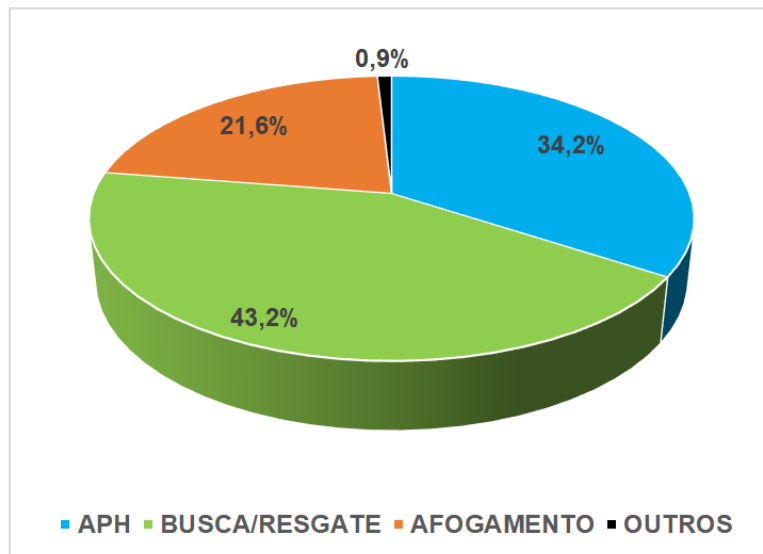


Fonte: 2º SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR  
Elaboração própria

Essa maior quantidade de ocorrências concentradas no município de Lençóis faz sentido, pois este município é o que possui a maior oferta turística e possui atrativos com maior facilidade de acesso no seu entorno. Visando fazer uma análise mais detalhada dos dados, a partir desses dados foi elaborada uma tabela dinâmica, a qual apresenta os tipos de ocorrências, a localidade, o atrativo e a quantidade de vítimas, vide Apêndice 2. Feito isso, foi possível separar as ocorrências em quatro categorias: atendimento pré-hospitalar – APH<sup>23</sup>, afogamento, busca e resgate e outros e analisar a quantidade de vítimas por atrativos dispostas nas Figuras 36 e 37, respectivamente:

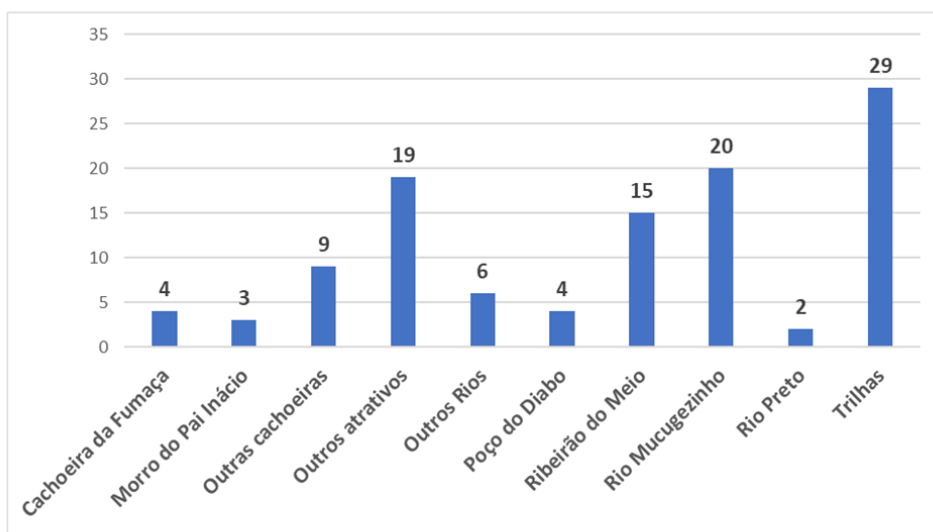
<sup>23</sup> Atendimento pré-hospitalar é o atendimento emergencial em ambiente extra-hospitalar. O APH é sempre realizado por dois tipos de profissionais: os oriundos da área de saúde – que inclui enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e médicos – e os não oriundos da área de saúde – que são os policiais, bombeiros, guardas municipais e militares. O APH tem como objetivos específicos preservar as condições vitais e transportar a vítima sem causar traumas iatrogênicos durante sua abordagem, como, por exemplo, danos ocorridos durante manipulação e remoção inadequada evitando o agravamento das lesões. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/enfermagem/atendimento-pre-hospitalar-e-avaliacao-inicial-da-vitima/26943>. Acesso em: 2 maio 2019.

Figura 36 - Registro do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia: 2º subgrupamento - quantidade de ocorrências por categoria



Fonte: 2º SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR  
Elaboração própria

Figura 37 - Registro do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia: 2º subgrupamento - ocorrências por atrativos



Fonte: 2º SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR  
Elaboração própria

Na análise feita por categorias de ocorrências é necessário esclarecer que muitas vezes elas se somam ou podem se sobrepor. Exemplo: em muitos atendimentos de APH pode existir ou existe a necessidade de algum tipo de resgate, porém nem todo resgate existe um atendimento de APH. Da mesma forma em relação aos afogamentos, pode ser apenas um evento pontual ou que tenha necessidade de busca e salvamento, ou de APH. Logo, tomamos como parâmetro o



que está descrito na frente do registro dos bombeiros para que pudéssemos estabelecer um critério de análise. Assim, percebe-se que busca e resgate é a categoria com maior volume de ocorrências, seguido dos atendimentos que utilizam as técnicas de APH e por fim os casos de afogamento. Na Figura 37, separamos alguns atrativos mais procurados e depois agrupamos os outros atrativos por finalidade, feito isso, observa-se que as ocorrências relacionadas aos rios são bastante elevadas, destacando o Rio Mucugezinho e Ribeirão do Meio; as trilhas são outros locais de grandes ocorrências; seguidas das Cachoeiras, dando destaque para a Cachoeira da Fumaça.

Por fim, vale ressaltar que apesar dos dados registrados não possuírem uma padronização são os únicos registros oficiais existentes sobre este assunto. Estas informações ainda não são compartilhadas com outras esferas governamentais, e se fossem compartilhadas poderiam gerar ações de prevenção através do mapeamento dos locais e períodos onde existem números significativos dessas ocorrências.

## 5.6 ESTRUTURA DE SAÚDE DISPONÍVEL NOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO PNCD E PROTOCOLOS DE ATENDIMENTO

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em consonância com a Constituição Federal de 1988, regula em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde sejam eles públicos ou privados e as diretrizes de estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda de acordo com as diretrizes da nossa Constituição e como forma de definir estratégias e movimentos táticos, que orientam a operacionalidade deste Sistema Único de Saúde – SUS, em 1996 são editadas as Normas Operacionais Básicas (NOB). Essas normas têm por finalidade primordial promover e consolidar o pleno exercício, por parte do poder público municipal e do Distrito Federal, da função de gestor da atenção à saúde dos seus munícipes integralizando assim as estruturas da atenção básica.

A seguir apresentaremos as estruturas de saúde e protocolos de atendimento existentes em cada município, bem como o nível de articulação estabelecido entre esta rede e os demais agentes envolvidos na segurança dos visitantes do PNCD.

### 5.6.1 Unidades de atendimento e serviços prestados nos municípios do entorno do PNCD

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 198 dispõe sobre a organização do SUS a qual está assentada em três pilares: rede (integração dos serviços inter-federativos), regionalização (região de saúde) e hierarquização (níveis de complexidade dos serviços). Essa hierarquização das ações e serviços de saúde por níveis de complexidade representa a base central do modelo do sistema de saúde brasileiro, o qual define como atenção básica e atenção de média e alta complexidade, conforme dispõe os artigos 8º e 7º, II, da Lei nº 8.080/90.

De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, a atenção básica à saúde, compreende três grandes campos: o da assistência; o das intervenções ambientais e o das políticas externas ao setor saúde. O que vamos nos ater nesta pesquisa é o da assistência, em que as atividades são prestadas no âmbito ambulatorial e hospitalar, bem como em outros espaços (NOB-SUS, 1996).

Quadro 25 - Características das estruturas de saúde

TIPOS	CONCEITO	HABITANTES	SUPORTE	LEGISLAÇÃO
<b>Unidade Básica de Saúde (UBS)</b>	Unidade destinada para oferta de atendimento básico e integral, programado ou não. Assistência prestada por profissionais de nível superior incluindo médicos generalistas e especialistas. Sendo o atendimento	Instituída em municípios ou microrregiões com até 30.000 hab. e que possuem cobertura da Estratégia de Saúde da Família igual ou superior a 70%	Consultas médicas; Inalações; Injeções; Curativos; Vacinas; Exames laboratoriais; Tratamento odontológico.	PT SAS 511 DE 29/12/2000
<b>Hospital Geral</b>	Unidade estruturada para execução de atendimentos por especialistas. Podendo oferecer serviço de urgência e emergência. Devendo dispor do serviço de apoio a diagnose e terapia (SADT)	Hospital de referência para, no mínimo, uma Região de Saúde conforme Plano Diretor Regional (PDR). Com cobertura populacional de até 200 mil habitantes. São estabelecimentos que possuem estrutura para realização de média	Deve contar com equipe 24 horas composta por clínico geral, pediatra, cirurgião, anestesiológico, enfermeiros, técnicos e equipes para manejo de pacientes críticos.	PORTARIA Nº 2.395, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011
<b>Unidade Móvel</b>	Compreende um veículo exclusivo, equipado para servir ao paciente. Podendo ser terrestre, aéreo ou hidroviário considerando os níveis de agravos a saúde.	Para o planejamento, implantação e implementação da regionalização, interiorização e ampliação do acesso ao SAMU 192, deverá ser utilizado prioritariamente, o parâmetro de tempo-resposta, ou seja, o tempo adequado tecnicamente transcorrido entre a ocorrência do evento de urgência e emergência e a intervenção necessária.	Unidade de Suporte Básico de Vida Terrestre: tripulada por no mínimo 2 (dois) profissionais, sendo um condutor de veículo de urgência e um técnico ou auxiliar de enfermagem.	PORTARIA Nº 1.010, DE 21 DE MAIO DE 2012

A Portaria do Ministério da Saúde nº 648/2006, que aprovou a Política Nacional de Atenção Básica a define por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. A

atenção básica tem a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do SUS (CONASS, 2007). Em relação à média e a alta complexidade, o Ministério da Saúde, através da sua Secretaria de Atenção à Saúde as definem como:

A média complexidade ambulatorial é composta por ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio diagnóstico e tratamento.

Já a alta complexidade é estabelecida como um conjunto de procedimentos que, no contexto do SUS, envolve alta tecnologia e alto custo, objetivando propiciar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde (atenção básica e de média complexidade). (BRASIL, 2009).

Para consolidar essas ações de gestão, em 2006, o Ministério da Saúde publica a Portaria/GM nº 399, que contém o documento das Diretrizes do Pacto pela Saúde – Consolidação do Sistema Único de Saúde o qual contempla o pacto firmado entre os gestores do SUS, em suas três dimensões: pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão (BRASIL, 2006). Dentre as diretrizes para a gestão do SUS, a que define a gestão do trabalho estabelece as atribuições dos gestores municipais, que possuem responsabilidades assumidas exclusivamente pelos próprios municípios e outras atribuídas de acordo com o pactuado e ou com a complexidade da rede de serviços localizada no território municipal. Têm-se como o objetivo geral da gestão dos municípios: “Todo município é responsável pela integralidade da atenção à saúde da sua população, exercendo essa responsabilidade de forma solidária com o estado e a União.” (BRASIL, 2006, p. 41).

No campo da assistência, o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde -CNES, define os estabelecimentos por nível de atenção, a saber:

- I. Ambulatorial Municipal (básica, média e alta complexidade);
  - II. Hospitalar Municipal (básica, média e alta complexidade);
  - III. Ambulatorial Estadual (básica, média e alta complexidade);
  - IV. Hospitalar Estadual (básica, média e alta complexidade).
- (DATASUS, 2019).

Em seu conjunto, os municípios do entorno do PNCD reúnem 105 unidades de saúde, cuja distribuição e hierarquia de classificação estão descritas no Quadro

26. E, em relação a quantidade de leitos hospitalares, somam-se um total de 78 evidenciados no Quadro 27, respectivamente.

Quadro 26 -Estabelecimentos de saúde por nível de atenção

Período:Abr/2019	AMBULATORIAL MUNICIPAL			AMBULATORIAL ESTADUAL		
MUNICÍPIOS	BÁSICA	MÉDIA	ALTA	BÁSICA	MÉDIA	ALTA
ANDARAÍ	12	2	-	-	2	-
IBICOARA	14	9	-	-	5	-
LENÇÓIS	8	5	-	-	3	-
MUCUGÊ	16	8	-	-	4	-
PALMEIRAS	9	2	-	-	2	-
Período:Abr/2019	HOSPITALAR MUNICIPAL			HOSPITALAR ESTADUAL		
MUNICÍPIOS	BÁSICA	MÉDIA	ALTA	BÁSICA	MÉDIA	ALTA
ANDARAÍ	-	-	-	-	1	-
IBICOARA	-	-	-	-	-	-
LENÇÓIS	-	-	-	-	1	1
MUCUGÊ	-	-	-	-	1	-
PALMEIRAS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES  
Elaboração própria

Quadro 27 - Quantidade de leitos por tipo de estabelecimentos

### CNES - Recursos Físicos - Hospitalar - Leitos de internação - Brasil

Quantidade existente por Município e Tipo de Estabelecimento

Período:Abr/2019

Município	Tipo de Estabelecimento	QT de Leitos
Andaraí	Hospital Geral	32
Lençóis	Hospital Geral	14
Mucugê	Hospital Geral	32

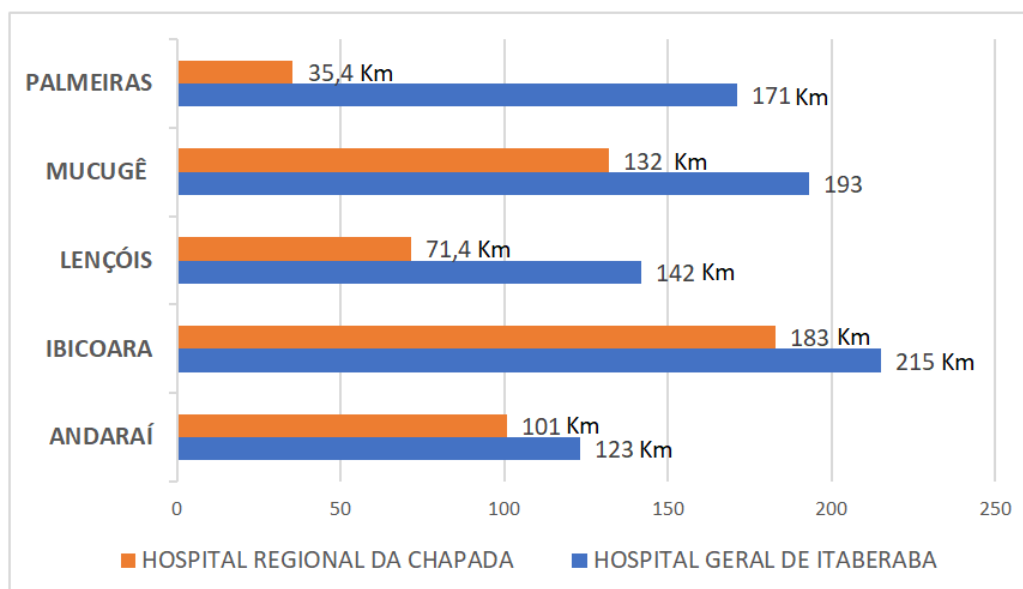
Fonte: Ministério da Saúde - CNES - Recursos Físicos - Hospitalar - Leitos de internação, Datasus, 2019.  
Elaboração própria

Os serviços de saúde dos municípios estudados apresentam-se concentrados na esfera de atenção básica e de média complexidade, tendo apenas uma unidade de saúde voltado para a alta complexidade. Para suprir a baixa cobertura de leitos hospitalares nesses municípios, bem como, ampliar o atendimento de alta complexidade, devem existir ações complementares que deverão ser

compartilhadas e integradas a fim de garantir a integralidade do acesso. “Para garantir a atenção na alta complexidade e em parte da média, as regiões devem pactuar entre si arranjos inter-regionais, com agregação de mais de uma região em uma macrorregião.” (BRASIL, 2006, p. 20).

Esses arranjos regionais possuem quatro possibilidades de formato, conforme as diretrizes da pactuação, e o estabelecido nessa região é definido por: “regiões intraestaduais, compostas por mais de um município, dentro de um mesmo estado” (BRASIL, 2006). Assim, podemos considerar como parte integrante desse arranjo estrutural de saúde desses municípios o Hospital Geral de Itaberaba em Itaberaba e o Hospital Regional da Chapada Diamantina em Seabra. Esses hospitais são organizados dentro da esfera de alta complexidade e com uma estrutura maior para atender a demanda da região pactuada. Entretanto, a distância entre os municípios e esses hospitais é um ponto a ser analisado e que dependerá do tipo de ocorrência e do grau de urgência e emergência que requer o atendimento, vide a Figura 38:

Figura 38 - Distância entre o Hospital Geral de Itaberaba (Itaberaba) e do Hospital Regional da Chapada (Seabra) e os municípios do PNCD



Fonte: Google Maps  
Elaboração própria

Diante do exposto, constata-se que os municípios obedecem a legislação pertinente à saúde pública, respeitando a pactuação e garantindo a integralidade na atenção à saúde promovendo o acesso da população local a todos os níveis de complexidade do sistema dentro do que é possível para cada cidade.

### **5.6.2 Ações e registros de atendimentos nas unidades de saúde existentes**

Para entender o funcionamento das ações e registros nas unidades de saúde desses municípios, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os principais interlocutores de saúde de cada município. Em Mucugê a entrevista foi realizada com o Diretor Administrativo do Hospital de Mucugê; em Lençóis a entrevista foi realizada com o Coordenador de Enfermagem do Hospital de Lençóis; em Palmeiras a entrevista se deu com o Secretário de Saúde; em Ibicoara com a Coordenadora de Enfermagem do Hospital da Retaguarda e, por fim, em Andaraí com a Secretária de Saúde.

As informações obtidas, foram sintetizados e agrupadas em um quadro, utilizando o método de Bardin. Foi estabelecido como categoria de análise os “Procedimentos e Registros” dessas unidades de saúde. A parte dos “Dados” se refere a identificação contendo o nome do entrevistado; função que exerce; município e o tipo de unidade de saúde. A parte do eixo temático que aborda os procedimentos e registros se divide em duas etapas: a primeira aborda se existem Procedimentos Operacionais Padrão (POP), se fazem a notificação compulsória e se há soros antivenenos; a segunda aborda se existe algum registro que indique as ocorrências no PNCD sobre os atendimentos provenientes de qualquer tipo de acidente ocorrido: como fraturas, torções, quedas, mal estar, picadas de animais peçonhentos, etc.; se existe a memória desses registros e se estes são compartilhados. Essa análise de conteúdo pode ser observada no Quadro 28, abaixo:

Quadro 28 - Municípios do entorno do PNCD - conteúdo das entrevistas semiestruturadas sobre a categoria de análise "Procedimentos e Registros"

CATEGORIA	DADOS				EIXO TEMÁTICO: PROCEDIMENTOS E REGISTROS					
	NOME	FUNÇÃO	MUNICÍPIO	TIPO DE UNIDADE DE SAÚDE	EXISTÊNCIA DE PROTOCOLOS OPERACIONAIS	REALIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA**	EXISTÊNCIA DE SOROS ANTIVENENOS	EXISTÊNCIA DE REGISTRO QUE INDIQUE O PNCD COMO SENDO LOCAL DE OCORRÊNCIA	EXISTÊNCIA DE MEMÓRIA DESSES REGISTROS DE ATENDIMENTOS	COMPARTILHAMENTO DESSES PROTOCOLOS COM ALGUM OUTRO ÓRGÃO DO MUNICÍPIO/ REGIÃO
SAÚDE	TAIANY DOS SANTOS GUIMARÃES	COORDENADORA DE ENFERMAGEM	IBICOARA	HOSPITAL DE RETAGUARDA	SIM: PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO (POP)*	SIM	SIM	NÃO	SM	NÃO
SAÚDE	MILENA SANTOS HELFENSTEIN	SECRETÁRIA DE SAÚDE	ANDARAÍ	HOSPITAL MUNICIPAL	SIM: PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO (POP)*	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
SAÚDE	IGOR TELES SILVA	DIRETOR ADMINISTRATIVO	MUCUGÊ	HOSPITAL GERAL	SIM: PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO (POP)*	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
SAÚDE	LOURIVAL MARQUES	COORDENADOR DE ENFERMAGEM	LENÇÓIS	HOSPITAL GERAL	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	—
SAÚDE	MARCOS ANDRADE BASTOS	SECRETÁRIO DE SAÚDE	PALMEIRAS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	—

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa de campo (2018/2019)

\*Ferramenta gerencial que padroniza as intervenções da equipe de enfermagem

\*\*Instrumento utilizado para promover a análise situacional dos agravos em saúde de uma determinada região

Observa-se que todas as unidades de saúde possuem os registros de atendimento, porém apenas nas unidades de Ibicoara, Lençóis e Mucugê existem protocolos operacionais estabelecidos, o POP, porém apesar de público não estavam disponíveis para verificação. Em Palmeiras, estes documentos não existem e em Lençóis encontravam-se em processo de construção do material. Em relação a notificação compulsória todas as unidades possuem o registro e enviam ao órgão responsável, cumprindo assim a Portaria nº 204 de fevereiro de 2016 de Doenças de Notificação Compulsória, a saber: “A notificação compulsória é obrigatória para os médicos, outros profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, que prestam assistência ao paciente, em conformidade com o Art 8º da Lei nº 6.259/75.” (BRASIL, 2016).

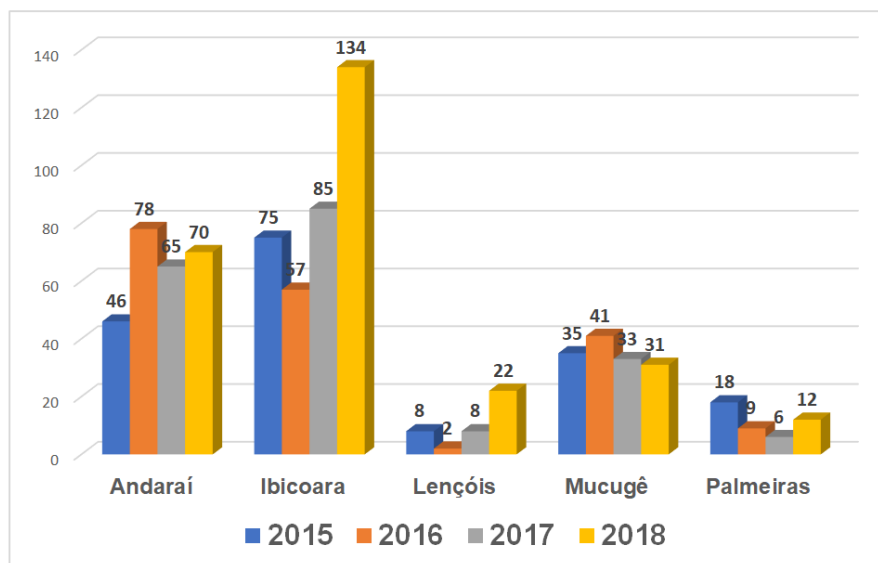
Dentre as doenças de notificação compulsória que possuem relação direta com o objeto de estudo deste trabalho, se enquadram os acidentes com animais peçonhentos. Animais peçonhentos são aqueles que produzem substância tóxica e apresentam estruturas especializadas para inoculação deste veneno. Os principais animais peçonhentos de importância em saúde pública no Brasil são as serpentes, escorpiões e aranhas, sendo a época de calor e de chuvas a mais favorável para a ocorrência desses acidentes. No Nordeste, este período compreende os meses de abril a junho (BRASIL, 2009). Abaixo seguem as notificações compulsórias<sup>24</sup> referente a incidentes com animais peçonhentos dos municípios de Andaraí, Ibicoara, Lençóis, Mucugê e Palmeira, referente aos anos de 2015, 2016 e 2017 e 2018, conforme os registros do SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação:

---

<sup>24</sup> É importante ressaltar que esses dados apresentados não se referem apenas as ocorrências de notificação nas áreas do PNCD, e sim, a todo território do município. Os registros disponíveis no SINAN para consulta pública, não são separados de acordo com os locais de ocorrência nem o tipo e classificação do animal.



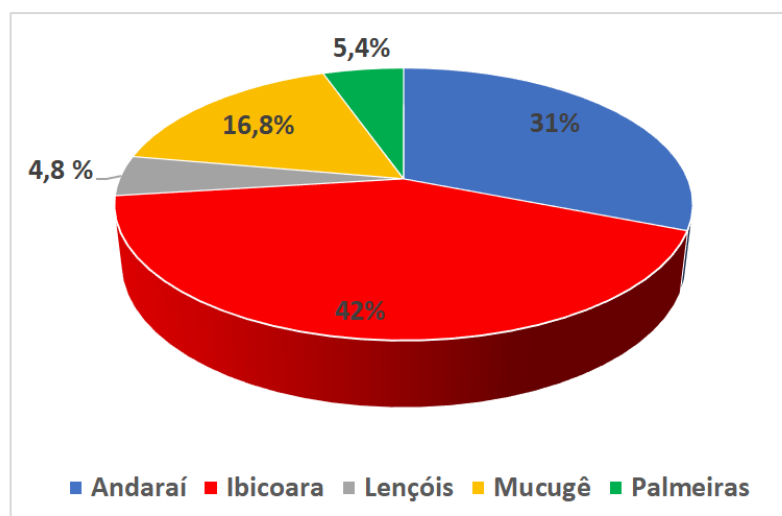
Figura 39 - Municípios do entorno do PNCD - notificações de acidentes por animais peçonhentos 2015-2018



Fonte: SINAN, 2019  
Elaboração própria

Durante o período analisado, 2015 a 2018, somaram-se 835 notificações referente a animais peçonhentos nesses municípios, porém existem diferenças no perfil destas ocorrências, uma vez que em alguns municípios há predomínio de escorpiões enquanto em outros de cobras. Estas notificações estão distribuídas da seguinte maneira: Andaraí, 31%; Ibicoara, 42%; Lençóis, 4,8%; Mucugê, 16,8% e Palmeiras, 5,4%. Observa-se que os municípios de Andaraí e Ibicoara juntos são responsáveis por mais de 70% dos casos de notificações do período, embora não seja possível isolar as ocorrências que aconteceram no PNCD daqueles que tomaram lugar na zona rural do município. Inclusive, o predomínio de casos em Ibicoara se deve à grande importância da atividade agrícola, sendo muito comuns casos na época da colheita.

Figura 40 - Representação percentual das notificações de acidentes por animais peçonhentos no período de 2015-2018



Fonte: SINAN, 2019  
Elaboração própria

Analisando por fim os três últimos itens da pesquisa aplicada no que se refere ao protocolo e armazenamento de registros de atendimentos de visitantes acidentados dentro do PNCD, apenas o município de Lençóis diz fazer essas notificações separadamente, porém não tivemos acesso a esses registros e, também não nos foi informado esses dados por ano. Os outros municípios afirmam possuir o protocolo de registro comum a qualquer atendimento dentro da unidade, portanto para conhecermos mais as especificidades desses atendimentos seria necessário um estudo detalhado de todos os prontuários dessas unidades, para então depois classificá-los.

Diante dos dados apresentados, podemos afirmar que as unidades de saúde analisadas cumprem os protocolos que são exigidos na pactuação e na legislação sobre saúde pública. Entretanto, alguns desses municípios ainda não possuem procedimentos operacionais padrão e os que possuem não disponibilizam para pesquisa, o que dificulta uma análise mais profunda sobre este tema. Outro ponto importante a ser ressaltado é a ausência de registro dos locais dessas ocorrências e a falta de compartilhamento dessas informações com outras esferas públicas, o que poderiam contribuir para um mapeamento dessas áreas e o desenvolvimento de ações preventivas.

## 6 CONCLUSÕES

Esta dissertação de mestrado teve origem a partir das inquietações, vivências locais e a percepção do aumento de notícias constantes a respeito de pessoas que se acidentaram ou se perderam no Parque Nacional da Chapada Diamantina, daí surge o problema de pesquisa: de que maneira as estruturas e protocolos de busca e salvamento existentes podem contribuir assertivamente para a redução do grau de severidade de um eventual acidente no Parque Nacional da Chapada Diamantina? O objeto central desta pesquisa é: identificar a existência de protocolos e estruturas voltadas para a busca e salvamento no Parque Nacional da Chapada Diamantina e avaliar o seu funcionamento, enquanto um sistema integrado de segurança que atenda à crescente demanda das atividades turísticas.

Para tentar responder ao problema central desta pesquisa, utilizou-se dos seguintes objetivos específicos: a) descrever os riscos inerentes à prática do ecoturismo e do turismo de aventura; b) descrever como os protocolos de busca e salvamento estão previstas na legislação e nos documentos de planejamento dos parques nacionais, no Mundo e no Brasil; c) identificar a disponibilidade de estruturas e serviços específicos e o envolvimento dos agentes do sistema turístico do entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina na prevenção e encaminhamento das vítimas de acidentes; d) analisar os protocolos de busca e salvamento existentes nos municípios que compõem o PNCD e propor ações articuladas entre os agentes envolvidos que direta ou indiretamente atuam no desenvolvimento e prática do turismo. Realizou-se uma revisão bibliográfica em livros, artigos científicos, teses e dissertações, legislações e normas, conteúdos digitais institucionais. Vale ressaltar que, no Brasil, trata-se de um tema pouco abordado, o qual não possui bibliografia específica e que, portanto, as análises bibliográficas sobre o objeto de estudo partiram dos temas transversais e, principalmente, da observação e percepção do estudo de caso local e das experiências oriundas de boas práticas internacionais.

No que diz respeito ao objetivo 1 constatou-se um grande crescimento da prática tanto do ecoturismo quanto do turismo de aventura nas unidades de conservação brasileiras, tendo o ICMBIO registrado no ano de 2018, 12.389.393 milhões de visitantes nas unidades de conservação, sendo que 70% dessas visitas foram em Parques Nacionais. Focando especificamente nos riscos

associados a essas atividades, a bibliografia consultada, faz referência a problemas relativos ao risco de se perder e de acontecerem acidentes envolvendo torções, fraturas, afogamento e quedas. Esse entendimento da literatura consultada é corroborado pelas estatísticas do 11º grupamento do Corpo de Bombeiros Militares do Estado da Bahia relativas aos acidentes ocorridos no PNCD, que contaram com a participação dessa corporação na busca e salvamento. É importante ressaltar que este registro é o único documento oficial existente e que apontam como maior incidência os casos de afogamento, pessoas perdidas ou desaparecidas, seguidas de quedas e torções.

O atendimento ao objetivo dois envolveu um nível de complexidade muito maior porque não é uma informação que se encontra disponível e de fácil acesso a quem se interessa estudar o tema. No que diz respeito aos Parques Internacionais houve uma maior facilidade para se encontrar as informações e foram pesquisados os protocolos e a legislação referente aos serviços de parques dos EUA e da Nova Zelândia. Nos EUA os serviços de parques atuam fortemente voltados para a educação e conscientização ambiental, estimulando o planejamento prévio dessas atividades e atuam fortemente com equipes de busca e resgate que podem atuar de maneira independente demandando ações que podem incidir custos ou não. Já na Nova Zelândia, apesar de atuarem também na prevenção através da educação, eles entendem que a vida ao ar livre faz parte da cultura do seu povo, e dessa maneira sua estrutura de busca e resgate envolve segmentos do governo, entidades não governamentais e empresas que atuam diretamente no planejamento de ações e aporte de recursos voltados para fortalecer as equipes de busca e salvamento, que são compostas exclusivamente por voluntários.

No Brasil, essas informações não constam na maior parte dos planos de manejo dessas unidades de conservação. Alguns parques possuem em suas ações e planejamento de uso público uma preocupação com a questão da segurança dos visitantes, a exemplo do Parque Nacional do Caparaó; Brasília e Itatiaia. Outro ponto importante identificado é que com a mudança de parâmetros no que diz respeito aos novos modelos de planos de manejo, os quais se tornaram mais enxutos e mais céleres na sua elaboração, as questões que não fazem referência direta ao parque, passaram a fazer parte de um rol de documentos acessórios que compõem o plano de manejo, dentre eles a segurança e as questões de busca e salvamento que são também ser elaborados pela gestão das unidades de conservação. De acordo com

as entrevistas verbais de alguns prepostos do ICMBIO, são percebidas duas situações distintas: os parques que já possuem esses documentos acessórios e os parques que passaram por algum tipo de concessão. Na primeira situação citada, os Parques do Pau Brasil e da Chapada dos Veadeiros possuem esses documentos acessórios voltados para questões relativas à segurança de busca e salvamento, embora não tenha sido possível o acesso a estes documentos. Vale ressaltar aqui, que após a aprovação da Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018 estes mesmos parques passaram por processos de concessão e, hoje, são unidades com concessão implantada ou em fase de implantação. Sobre a segunda situação apontada, que são as concessões efetivas nos parques, as questões relativas à segurança e busca e salvamento são itens previstos em contrato.

Ainda no que se refere a normas e legislações, buscou-se na ABNT e se fez uma revisão de que essa questão perpassa por 28 normas distintas. Uma característica nesta análise que chamou atenção é que essas normas descritas são endereçadas para os prestadores de serviços, para as agências e produtos, porém não existem normas voltadas para a os gestores de áreas propícias a estas atividades.

No que diz respeito aos protocolos de saúde, foram analisadas as estruturas de saúde dos municípios de Lençóis, Mucugê, Andaraí, Palmeiras e Ibicoara e percebeu-se que existe uma grande heterogeneidade entre o nível de estruturação e de organização desses sistemas de atendimento emergencial. Apenas no município de Mucugê se encontrou os protocolos operacionais, em Lençóis estavam em processo de elaboração e nos demais municípios não houve informação sobre este ponto. É importante ressaltar que em todos eles não existem registros sobre os atendimentos de qualquer tipo de acidente ocorrido no parque. Já os protocolos apresentados pelo Corpo de Bombeiros seguem uma normatização oficial e que são seguidas por outros Estados, como as Corporações de São Paulo e Goiás.

Para atender ao objetivo três buscou identificar quem são os principais agentes envolvidos na questão da segurança do visitante do parque e se chegou aos seguintes grupos: ICMBIO, como gestor da unidade de conservação; as Associações de Condutores de Visitantes; as Unidades de Saúde dos municípios; o Trade Turístico, especificamente, as agências de ecoturismo e turismo de aventura e os meios de hospedagem; o Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia e as Administrações Públicas municipais, na figura das Secretarias de Turismo.

No que diz respeito ao ICMBIO, constatou-se um número insuficiente de colaboradores para atuar na área do parque e atender a todas as necessidades apresentadas por esta unidade de conservação. Além disso, a localização da sua sede se distancia de alguns municípios, o que dificulta ainda mais a implementação e o acompanhamento das atividades e ocorrências.

Em relação as Associações de Condutores de Visitantes, constatou-se a existência dessas associações em todos os municípios pesquisados, porém com grau diferente de organização e hierarquização. Essa diferença estrutural tem impacto direto na relação e na maneira com que conseguem dar suporte e apoio para as ocorrências de incidentes na região. A associação que apresenta uma melhor estrutura e organização, além de possuir uma comunicação efetiva com outros setores e papéis distribuídos adequadamente para funções de busca e salvamento é a Associação de Condutores do Vale do Capão – Distrito de Palmeiras. Em seguida as Associações de Mucugê e Ibicoara, apresentaram uma grande preocupação no que tange o registro, controle de visitação e comunicação, ações que proporcionam a prevenção e a retaguarda para o apoio e suporte a possíveis incidentes. A Associação de Lençóis, apesar de apresentar o maior número de associados, não apresentou regras, nem processos de organização voltados para estas questões, portando-se de maneira mais comercial. Já da Associação de Condutores de Andaraí tivemos bastante dificuldades em conseguir qualquer tipo de informação e não tivemos acesso a nenhuma estrutura organizacional.

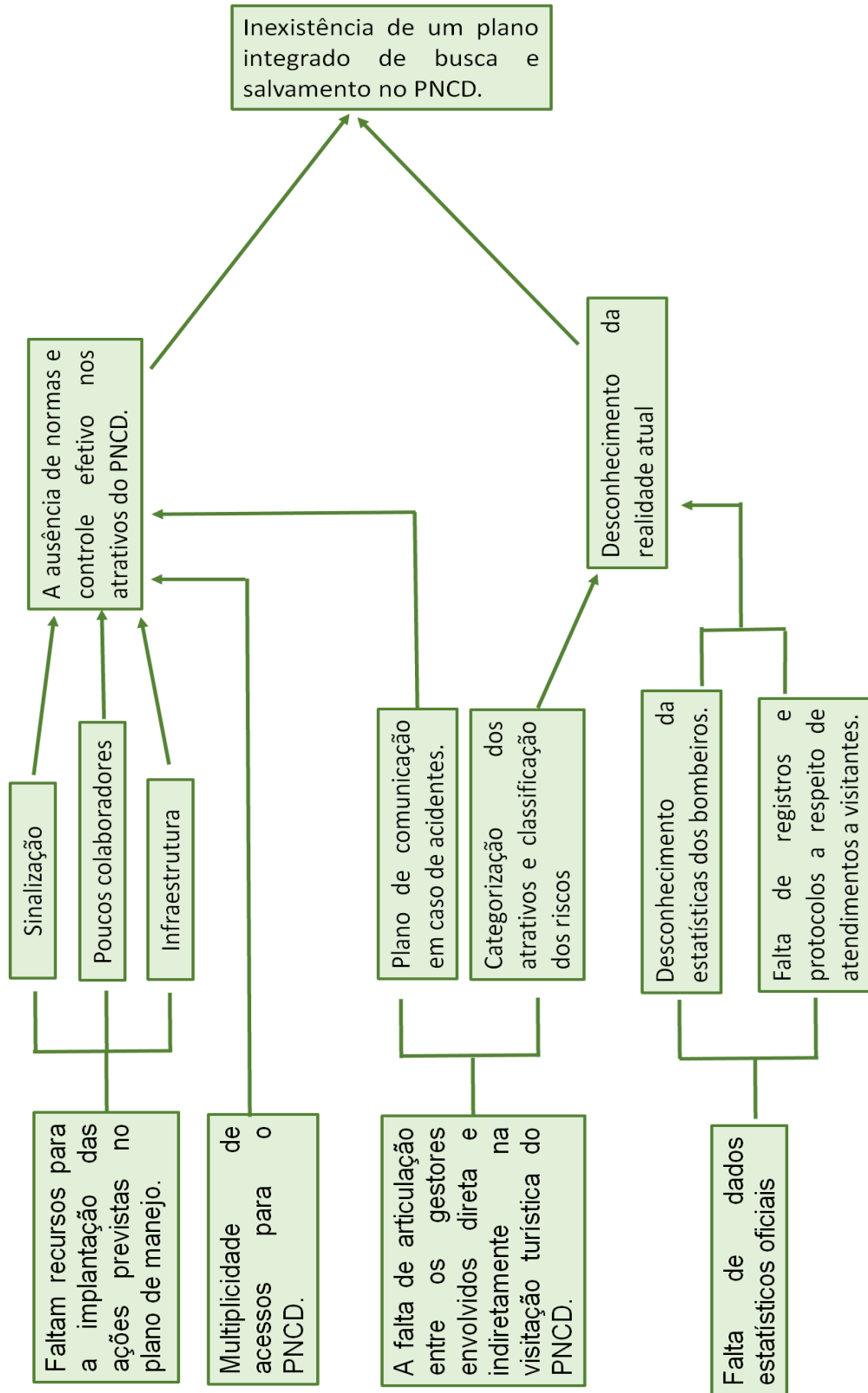
Do trade turístico, pode-se afirmar que foi o grupo de agentes mais desestruturados dentre os investigados. Com o crescimento do turismo em toda a região, cresceu também o número de meios de hospedagens e agências, sendo impossível encontrar uma estatística confiável a respeito da quantidade desses estabelecimentos em cada um dos municípios estudados. Possui muito pouca articulação entre eles, mas existe uma vontade, conforme apontado em na pesquisa, em melhorar esse processo de participação associada. Em relação as agências de turismo, existe uma única que possui certificações regulamentadas para as atividades de ecoturismo e turismo de aventura. Esta empresa possui um plano de segurança, o qual inclui equipamentos armazenados no Vale do Pati, que são mantidos pela agência e de livre acesso ao público em geral.

As estruturas de saúde dos municípios, excetuando Palmeiras, cumprem a legislação vigente no que tange atendimento de saúde à população, conforme a Lei nº 8.080, incluindo ações de pactuação cujo objetivo é ampliar o grau de atuação e complexidade desses atendimentos nas mais diversas esferas de saúde. Entretanto, não existe uma padronização de registros de atendimento nessas unidades de saúde referente aos incidentes ocorridos no parque, o que além de não oficializar o número desses atendimentos pode impactar diretamente no planejamento e na distribuição dos recursos estaduais e federais voltados para o orçamento de saúde desses municípios.

No caso do Corpo de Bombeiros, pode-se destacar a sua importante atuação na região, e a existência de uma padronização e registro dos atendimentos as ocorrências. Contudo, a quantidade de agentes pertencentes a corporação, bem como, os equipamentos de locomoção e comunicação, são insuficientes diante da área de atuação do grupamento que corresponde atualmente a 45 municípios.

Por fim, no que diz respeito às administrações públicas municipais, se encontrou Secretarias de Turismo em todos os municípios, mas também com níveis distintos de autonomia e de organização. Apenas a Secretaria de Turismo de Lençóis mostrou ter algum tipo de sistematização de dados. De uma maneira geral, essas esferas possuem certo receio em abordar ou tratar da questão de busca e salvamento, mesmo sendo apresentada a importância da prevenção e informação a respeito das atividades turísticas praticadas na região. Todas essas observações demonstram a inexistência de um plano integrado de busca e salvamento, e apontam para a dificuldade de se implantar um sistema unificado de segurança do visitante no PNCD. Os principais entraves podem ser visualizados no diagrama abaixo:

Figura 41 - Diagrama da Realidade Atual e dos principais problemas encontrados no PNCD.





Diante da situação exposta, a despeito das dificuldades e morosidades da esfera pública enquanto gestora do parque, faz-se necessário sensibilizar esses agentes, como parceiros efetivos para minimizar os impactos dos possíveis acidentes, criando articulações para gerir melhor a função do uso público dentro dessas unidades de conservação. Outro ponto relevante pontuando nesta pesquisa diz respeito a falta de estatística oficial, o que interfere diretamente no gerenciamento dessas ações.

Sugere-se o desenvolvimento de um planejamento que vise a organização e o registro das respostas às emergências; trabalhar com a questão da prevenção como forma de minimizar os riscos e ao mesmo tempo criar uma consciência ambiental responsável; e, por fim, traçar procedimentos operacionais padrão, permitindo uma maior segurança durante as operações de busca e salvamento e uma uniformidade do tratamento dessas ações nos municípios como um todo. Assim, respondendo ao último objetivo específico desta pesquisa que propõe: analisar os protocolos de busca e salvamento existentes nos municípios que compõem o PNCD e propor ações articuladas entre os agentes envolvidos que direta ou indiretamente atuam no desenvolvimento e prática do turismo, sugere-se ações de curto, médio e longo prazo.

Para as ações de curto prazo, o foco deve ser a hierarquização e categorização dos atrativos. Pode-se adotar como ferramenta o “Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação<sup>25</sup>”, documento instituído pelo próprio ICMBIO voltado para a gestão e o uso público nas unidades de conservação. Feito isso, pode-se implantar uma sinalização efetiva e trabalhar políticas contínuas de prevenção e educação ambiental. Outro ponto importante é instituir uma comunicação mais efetiva e tornar os dados acessíveis a todos os agentes envolvidos.

As ações de médio prazo devem focar no fortalecimento de uma articulação entre os agentes envolvidos, e sensibilizá-los como multiplicadores desse processo. Para tanto, sugere-se instituir um protocolo uniformizado de registro dos

---

<sup>25</sup> Este documento tem o objetivo de estabelecer um marco referencial comum e procedimentos orientadores para o aumento da qualidade da experiência dos visitantes e a proteção dos recursos naturais e culturais das Unidades de Conservação brasileiras. O trabalho necessário a isso será denominado “Manejo de Impactos da Visitação”. Este tipo de manejo é entendido como a aplicação de métodos, técnicas e habilidades, desde o planejamento inicial ao trabalho cíclico de monitoramento e avaliação das condições da qualidade da visita e do ambiente natural e cultural. (ICMBIO, 2011, p. 11).

atendimentos a visitantes nas unidades de saúde dos municípios; propor uma 'ficha cadastro' (que pode ser feita através de um aplicativo), o qual seria disponibilizado para os visitantes através dos meios de hospedagem, agências e pelas associações de condutores e estabelecer em cada município indutor entradas oficiais com registro de acordo com o estudo da categorização e de atrativos mais procurados, a saber:

- a) Andaraí – registro por “Igatú” (Rampa do Caim)”
- b) Ibicora – registro pela “Fumacinha”
- c) Lençóis – registro pela entrada da “Cachoeira do Sossego”
- d) Mucugê – registro pela entrada do “Balneário”
- e) Palmeira -registro pela entrada da “Cachoeira da Fumaça” (já é feito)

Dessa maneira, criando os processos de registro e sistematização, junto as secretarias de turismo de cada município, estabelecer um padrão de coleta e uniformização desses dados estatísticos e uma forma de atualização constante para que esses dados venham contribuir de maneira efetiva no planejamento de ações de prevenção dentro do sistema de segurança do PNCD.

Por fim, a ação de longo prazo, seria a unificação de todas as etapas propostas em um sistema de segurança, o qual deve estabelecer um programa padrão de busca e salvamento a ser utilizado por todos os municípios que compõem o PNCD.

Entende-se que este trabalho não deva encerrar suas ações e estudos por aqui, e que essas propostas sejam entendidas, apenas, como sugestões iniciais para provocar uma discussão necessária entre os gestores envolvidos direta e indiretamente no PNCD. Além disso, todas essas ações corroboram com um dos principais objetivos fins dos Parques, que é proporcionar experiências diferenciadas com qualidade aos visitantes, e ao mesmo tempo reduzir ao máximo os impactos dessa visitação. É importante também ressaltar que o ICMBIO- Palmeiras, como gestor do Parque, deva ser o protagonista nessa articulação e que encontre nos agentes das esferas público e privada, anteriormente identificadas, o apoio necessário para fazer valer a implementação dessas e de outras ações essenciais para a gestão de um uso público mais eficiente e que venham reafirmar políticas ambientais sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

- ADVENTURESMAART. Outdoor Intentions Form. **Formulário utilizado na Nova Zelândia para quem vai praticar atividades em áreas de cobertura vegetal de risco**. Disponível em: <https://www.adventuresmart.nz/outdoor-intentions-form/>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- AGÊNCIA governamental da Nova Zelândia encarregada de conservar o patrimônio natural e histórico da Nova Zelândia. Disponível em: <https://www.doc.govt.nz/>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. **Manual técnico de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças na saúde suplementar**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: ANS, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA. Disponível em: <http://abeta.tur.br/pt/>. Acesso em: 12 out. 2017.
- ABNT. **Guia de implementação: turismo de aventura** – sistema de gestão da segurança. Normas voltadas para o turismo de aventura, questões específicas sobre o que é normalização e o que é certificação. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- ABNT. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Rio de Janeiro: ABNT; Sebrae, 2016. Disponível em: <http://portalmppe.abnt.org.br/>. Acesso em: 4 ago. 2018
- ABNT. NBR ISSO 31000. **Gestão de riscos: princípios e diretrizes**. Acesso em: 30 nov. 2009
- BAHIA. **Lei nº 13.202 de 09 de dezembro de 2014**. Institui a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13202-2014-bahia-institui-a-organizacao-basica-do-corpo-de-bombeiros-militar-da-bahia-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS no Polo Chapada Diamantina**. Salvador, 2004.
- BANDEIRA, Renato Luís Sapucaia. **Chapada Diamantina: história, riquezas e encantos**. 4. ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006.
- BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. Disponível em: [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2011/prt2395\\_11\\_10\\_2011.html](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2011/prt2395_11_10_2011.html). Acesso em: 28 set. 2018.
- BOULLÓN, R. **Ecoturismo y sistemas naturales urbanos**. 2. ed. Buenos Aires: Librerías y Distribuidora Turística, 2000.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm). Acesso em: 25 ago. 2018

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm). Acesso em: 11 ago. 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. **Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão**. Brasília, 2006

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. **O SUS de A à Z: garantindo saúde nos municípios**. 3. ed. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária Executiva. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas**. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde: saúde da família**. Brasília:, 2006. 72 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, de 06 de novembro de 1996**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/legislacao/nobsus96.htm>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes operacionais: pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão**. 2. ed. Brasília: 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Secretarias de Saúde. **O SUS de A a Z: garantindo saúde aos municípios**. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 480 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006**. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br>. Acesso em: 2 dez.2016

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Sistema de unidades de conservação - SNUC. Disponível em:

[http://www.icmbio.gov.br/sisbio/images/stories/instrucoes\\_normativas/SNUC.pdf](http://www.icmbio.gov.br/sisbio/images/stories/instrucoes_normativas/SNUC.pdf).

Acesso em: 2 dez.2016

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/ICMBio e Ministério do Turismo/EMBRATUR. **Plano de ação para estruturação e promoção do turismo nos parques nacionais**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. **Estruturação de produto turístico: ecoturismo**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo de aventura - busca e salvamento. **Manual de criação e organização de grupos voluntários de busca e salvamento**. Brasília, 2005. 199 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. Brasília, 2010. Disponível em:

[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Ecoturismo\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf). Acesso em: 30 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo e Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Relatório de Impactos do Programa Aventura Segura**. Belo Horizonte: Ed. dos autores, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília, 2010. 75 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Regulamentação, normatização e certificação em turismo de aventura: relatório diagnóstico**. Brasília, 2005. 67 p. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/sites/.../turismo/o.../Relatorio\\_Diagnostico\\_Turismo\\_Aventura.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/.../turismo/o.../Relatorio_Diagnostico_Turismo_Aventura.pdf). Acesso em: 18 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Regulamentação, normalização e certificação em Turismo de Aventura**. Relatório Diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo e Ministério do Meio Ambiente. **Ações de gestão do conhecimento para o aprimoramento da política nacional de turismo: Parques Nacionais**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo e Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo. **Diagnóstico do turismo de aventura no Brasil** (Série Aventura Segura). Belo Horizonte: Ed. dos Autores, 2009. 156 p.

BRASIL. Ministério do Turismo e Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo. **Programa Aventura Segura**: concepção, metodologia e resultados. Belo Horizonte: Ed. dos Autores, 2011.

BRITO, Francisco Emanuel Bastos. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina**. Salvador: EDUFBA, 2005.

BUCKLEY, Ralf; UVINHA, Ricardo. **Turismo de aventura**: gestão e atuação profissional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CASAL de americanos é resgatado após 2 dias perdido em trilha na BA. **Portal G1**, 16 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/04/casal-de-americanos-e-resgatado-apos-2-dias-perdido-em-trilha-na-ba.html>. Acesso em: 4 maio 2018.

CHAPADA: Turista escorrega, bate a cabeça e morre na Cachoeira do Roncador na região de Andaraí. **Jornal da Chapada**, 6 jan. 2018. Disponível em: <https://jornaldachapada.com.br/2018/01/06/chapada-turista-escorrega-bate-a-cabeca-e-morre-na-cachoeira-do-roncador-na-regiao-de-andarai/>. Acesso em: 8 jan. 2018.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Projeto Chapada Diamantina**: Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA: informações básicas para a gestão territorial: diagnóstico do meio físico e da vegetação. Salvador: CPRM/IBAMA, 1994.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. **Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS**. Brasília, 2007.

COSTA, Daniel. **Brasil começa a formalizar grupos voluntários de busca e salvamento**. Disponível em: <https://www.webventure.com.br/brasil-comeca-a-formalizar-grupos-voluntarios-de-busca-e-salvamento/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança territorial e desenvolvimento**: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DAMODARAM, ASWATH. **Gestão Estratégica do risco**: uma referência para a tomada de riscos empresariais. São Paulo: Bookman, 2009.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Cadastro dos estabelecimentos de saúde**. Disponível em: [http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/10\\_02\\_2010\\_9.51.16.41f407d83e65672c75ce698959edca9.pdf](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/10_02_2010_9.51.16.41f407d83e65672c75ce698959edca9.pdf). Acesso em: 5 ago. 2018.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 18 jan. 2019.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

ECO ADVENTURE. Disponível em: <http://www.extremeecoadventure.com.br/chapada-diamantina>. Acesso em: 2 fev. 2019.

ENCONTRO NACIONAL DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO, 1., 2006, Brasília. **Roteiros do Brasil**: programa de regionalização do turismo.

FISCHER, T. M. D. *et al.* Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, set/out., 2006.

FREITAS, Jodrian. **Gestão de risco para turismo de aventura**. Barueri/São Paulo: Manole, 2018.

FUNCH, R. **Um guia para o visitante da Chapada Diamantina**: o circuito do diamante: o Parque Nacional da Chapada Diamantina; Lençóis, Palmeiras, Mucugê, Andaraí. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo/EGBA, 1997.

GAROTO picado por cobra em trilha na Bahia recebe alta de hospital. **Portal G1**. Bahia, 29 de 6 de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/06/garoto-picado-por-cobra-em-trilha-na-bahia-recebe-alta-de-hospital.html>. Acesso em: 5 maio 2017.

GOIÁS (Goiânia). Corpo de Bombeiros Militar **Manual operacional de bombeiros: salvamento terrestre** – Goiânia: 1. ed. Atual. - 2018. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/MOB-SALVAMENTO-TERRESTRE-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018

IBGE. **Brasil em sínteses**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 ago. 2018

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DO TURISMO. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Coord. Sílvio Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha. Brasília, 1994.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html>. Acesso em: 2 dez. 2016

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Legislação ICMBIO: v.1. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília:

[s.n.], 2009. 8 p. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/ran/legislacao.html>. Acesso em: 11 ago. 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **O Instituto**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstitut>. Acesso em: 16 ago. 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Coordenação Geral de Uso Público e Negócios**. Concessões. Prioridades de Execução 2016 - 2018. Brasília, 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Coordenação Geral de Uso Público e Negócios. **Parques do Brasil: visitar é proteger!** Estratégias de implementação da visitação em unidades de conservação federais: prioridades de execução 2018 - 2020. Brasília, 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Brasília: MMA/ICMBIO, 2007.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de manejo do Parque Nacional de São Joaquim**. Brasília: MMA/ICMBIO, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 21 jan. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/113>. Acesso em: 12 mar. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. **Programa Monumenta**. 2008. 80 p.

JOINT AUSTRALIANE NEU ZEALAND INTERNATIONAL STANDARD. AS/NZS ISO 31000:2009. **Risk management** — Principles and guidelines. Disponível em: [https://shop.standards.govt.nz/catalog/31000:2009\(AS%7CNZS%20ISO\)/scope](https://shop.standards.govt.nz/catalog/31000:2009(AS%7CNZS%20ISO)/scope). Acesso em: 12 mar. 2019.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. Trad. Leila Cristina M. Darin. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

LOPES, Artur Cesar Sartori. **Gestão de risco: a importância da resiliência em eventos indesejáveis**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2016.

MÃE de menino picado por cobra na BA reclama de atendimento médico. **Portal G1**, 27 jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/06/mae-de->



menino-picado-por-cobra-na-ba-reclama-de-atendimento-medico.html. Acesso em: 4 maio 2018.

MENEGASSI, Duda. É hora de repensar o Plano de Manejo. **O Eco**, 18 abr. 2017. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/e-hora-de-repensar-o-plano-de-manejo/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MITRAUD, S. **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

NATIONAL PARK SERVICE. Disponível em: <https://www.nps.gov>. Acesso em: 21 jan. 2019.

NATIONAL PARK SERVICE. **Documento de Fundação**. Disponível em: <https://parkplanning.nps.gov/foundationDocuments.cfm>. Acesso em: dez.2018.

NEW ZEALAND SEARCH AND RESCUE. **Informações referentes ao processo de busca e resgate da Nova Zelândia voltados para áreas de Parques Nacionais**. Disponível em: <https://nzsar.govt.nz>. Acesso em: 12 mar. 2019.

PARQUES NO BRASIL. Disponível em: <https://parquesnobrasil.org.br/>. Acesso em: 19 nov. 2018.

PEDREIRA, A.J. **Serra do Sincorá**, Bahia. Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil. 2001. Disponível em: <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio085/sitio085.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PIRES, P.S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

PORTAL EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/enfermagem/atendimento-pre-hospitalar-e-avaliacao-inicial-da-vitima/26943>. Acesso em: mar. 2019.

RESTOS mortais de Hugo Ferrara, espanhol desaparecido em 2015, são encontrados no Brasil. **Jornal El País**, 12 maio 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/12/internacional/1494571731\\_355887.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/12/internacional/1494571731_355887.html). Acesso em: 4 maio 2018.

RESTOS mortais de mochileiro são achados na Chapada Diamantina. **Correio 24horas**, 14 set. 2017. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/restos-mortais-de-mochileiro-sao-achados-na-chapada-diamantina/>. Acesso em: 25 set. 2017.

RISK MANAGEMENT SCOUTING. Disponível em: <http://www.riskmanagementinscouting.com/preventative-search-and-rescue-psar-a-proactive-approach-to-a-safe-activity/>. Acesso em: 12 jan. 2019

SÃO PAULO (Estado). **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros nº 33**. Busca e salvamento em cobertura vegetal de risco. São Paulo, 2006.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Ecoturismo. **Fundação Florestal**. São Paulo, 2010

SECRETARIA DE POLITICAS DE SAUDE. Departamento de Atenção Básica. Programa Saúde da Família. **Revista Saúde Pública**, v. 34, n. 3, p. 316-319, 2000.

SERRANO, C.M. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

SERVIÇO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. (Bahia). **Estudo e análise da oferta e da demanda turística – Mucugê**. Bahia, maio 2018.

SERVIÇO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Estudo e análise da oferta e da demanda turística – Lençóis**. Bahia: 12 jun. 2018.

SOUZA, T. V. S. B. *et al.* **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federal para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015**: Sumário Executivo. Brasília: ICMBio, 2017.

SPINOLA, Carolina de A. **Ecoturismo em espaços naturais de proteção integral no Brasil: o caso do Parque Nacional da Chapada Diamantina**, Bahia. 2005. 394f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Geografia e História. Universidade de Barcelona, Espanha, 2005.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: 4 maio 2018.

SWARBROOKE, John *et al.* **Turismo de aventura: conceitos e estudos de caso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

TURISTA escorrega, bate a cabeça e morre na Cachoeira do Roncador na região de Andaraí. **Jornal da Chapada**, 6 jan. 2018. Disponível em: <https://jornaldachapada.com.br/2018/01/06/chapada-turista-escorrega-bate-a-cabeca-e-morre-na-cachoeira-do-roncador-na-regiao-de-andarai/>. Acesso em: 4 maio 2018.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **What is ecotourism?** Disponível em: <https://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>. Acesso em: 30 nov. 2016.

VALENTE, Jonas. Turismo em parques nacionais deve crescer 11% neste ano. **Agência Brasil**, 4 nov. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/turismo-em-parques-nacionais-deve-crescer-11-neste-ano>. Acesso em: 4 maio 2018.

WEARING, S.; NEIL J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo: Manole, 2001.

YIN, Robert k. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## APÊNDICE A - LISTA GERAL DE PARQUES BRASILEIROS

LISTA GERAL DE PARQUES BRASILEIROS					
UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL					
QT	UC	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha)	UF	PM
1	PARNA de Itatiaia	1937	28.086	MG/RJ	Sim
2	PARNA da Serra dos Órgãos	1939	20.021	RJ	Sim
3	PARNA do Iguazu	1939	169.697	PR	Sim
4	PARNA de Aparados da Serra	1959	13.148	SC/RS	Sim
5	PARNA de Ubajara	1959	6.271	CE	Sim
6	PARNA do Araguaia	1959	555.524	TO	Sim
7	PARNA da Chapada dos Veadeiros	1961	64.796	GO	Sim
8	PARNA da Tijuca	1961	3.959	RJ	Sim
9	PARNA das Emas	1961	132.643	MS/GO	Sim
10	PARNA de Brasília	1961	42.356	DF	Sim
11	PARNA de Caparaó	1961	31.763	ES/MG	Sim
12	PARNA de São Joaquim	1961	45.524	SC	Sim
13	PARNA de Sete Cidades	1961	6.304	PI	Sim
14	PARNA do Monte Pascoal	1961	22.332	BA	Sim
15	PARNA da Serra da Bocaina	1971	104.046	RJ/SP	Sim
16	PARNA da Serra da Canastra	1972	197.812	MG	Sim
17	PARNA da Amazônia	1974	1.066.208	AM/PA	Sim
18	PARNA da Serra da Capivara	1979	100.764	PI	Não
19	PARNA de Picaás Novos	1979	708.670	RO	Sim
20	PARNA do Pico da Neblina	1979	2.252.639	AM	Não
21	PARNA do Cabo Orange	1980	657.328	AP	Sim
22	PARNA do Jaú	1980	2.367.357	AM/RR	Sim
23	PARNA de Anavilhanas	1981	340.835	AM	Sim
24	PARNA do Pantanal Mato-Grossense	1981	135.923	MS/MT	Sim
25	PARNA dos Lençóis Maranhenses	1981	156.608	MA	Sim
26	PARNA Marinho dos Abrolhos	1983	87.943	BA	Sim
27	PARNA da Serra do Cipó	1984	31.640	MG	Sim
<b>28</b>	<b>PARNA da Chapada Diamantina</b>	<b>1985</b>	<b>152.144</b>	<b>BA</b>	<b>Sim</b>
29	PARNA da Lagoa do Peixe	1986	36.722	RS	Sim
30	PARNA Marinho de Fernando de Noronha	1988	10.928	PE	Sim
31	PARNA da Chapada dos Guimarães	1989	32.647	MT	Sim
32	PARNA da Serra do Divisor	1989	837.560	AC	Sim
33	PARNA do Monte Roraima	1989	116.749	RR	Sim

<b>LISTA GERAL DE PARQUES BRASILEIROS</b>					
<b>UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL</b>					
<b>QT</b>	<b>UC</b>	<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>	<b>ÁREA (ha)</b>	<b>UF</b>	<b>PM</b>
34	PARNA do Superagui	1989	33.861	SP/PR	Não
35	PARNA Grande Sertão Veredas	1989	230.856	BA/MG	Sim
36	PARNA da Serra Geral	1992	17.302	SC/RS	Sim
37	PARNA de Ilha Grande	1997	76.079	MS/PR	Sim
38	PARNA da Restinga de Jurubatiba	1998	14.867	RJ	Sim
39	PARNA da Serra das Confusões	1998	823.855	PI	Sim
40	PARNA do Viruá	1998	214.951	RR	Sim
41	PARNA Serra da Mocidade	1998	359.944	AM/RR	Sim
42	PARNA Cavernas do Peruaçu	1999	56.449	MG	Sim
43	PARNA Descobrimento	1999	22.694	BA	Sim
44	PARNA do Pau Brasil	1999	18.935	BA	Sim
45	PARNA da Serra da Bodoquena	2000	77.022	MS	Sim
46	PARNA da Serra da Cutia	2001	283.503	RO	Sim
47	PARNA de Saint-Hilaire/Lange	2001	25.119	PR	Não
48	PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba	2002	724.334	MA/PI/BA	Não
49	PARNA das Sempre-Vivas	2002	124.156	MG	Sim
50	PARNA de Jericoacoara	2002	8.863	CE	Sim
51	PARNA do Catimbau	2002	62.295	PE	Não
52	PARNA Montanhas do Tumucumaque	2002	3.865.172	AP	Sim
53	PARNA da Serra do Itajaí	2004	57.375	SC	Sim
54	PARNA da Chapada das Mesas	2005	159.954	MA	Não
55	PARNA da Serra do Pardo	2005	445.413	PA	Sim
56	PARNA das Araucárias	2005	12.810	SC	Sim
57	PARNA Serra de Itabaiana	2005	7.999	SE	Sim
58	PARNA do Jamanxim	2006	859.807	PA	Não
59	PARNA do Juruena	2006	1.958.014	AM/MT	Sim
60	PARNA do Rio Novo	2006	538.157	PA	Não
61	PARNA dos Campos Amazônicos	2006	961.327	RO/MT/AM	Sim
62	PARNA dos Campos Gerais	2006	21.299	PR	Não
63	PARNA Mapinguari	2008	1.776.929	AM/RO	Sim
64	PARNA Nascentes do Lago Jari	2008	812.753	AM	Sim

<b>LISTA GERAL DE PARQUES BRASILEIROS</b>					
<b>UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL</b>					
<b>QT</b>	<b>UC</b>	<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>	<b>ÁREA (ha)</b>	<b>UF</b>	<b>PM</b>
65	PARNA da Serra das Lontras	2010	11.344	BA	Não
66	PARNA de Boa Nova	2010	12.065	BA	Não
67	PARNA do Alto Cariri	2010	19.238	BA	Não
68	PARNA da Furna Feia	2012	8.518	RN	Não
69	PARNA Marinho das Ilhas dos Currais	2013	1.360	PR	Não
70	PARNA da Serra do Gandarela	2014	31.284	MG	Não
71	PARNA Guaricana	2014	49.300	PR	Não
72	PARNA do Acari	2016	896.407	AM	Não
73	PARNA dos Campos Ferruginosos	2017	79.029	PA	Não
74	PARNA do Boqueirao da Onça	2018	347557	BA	Não

Fonte: ICMBIO

Elaboração própria, 2019

## APÊNDICE B – TABELA DINÂMICA DE ACIDENTES

TABELA DINÂMICA DE ACIDENTES							
Não fatal	(Tudo)						
Fatal	(Tudo)						
Contagem de Tipo	Rótulos de Coluna						
Rótulos de Linha	Andaraí	Ibicoara	Lençóis	Mucugê	Palmeiras	Palmeiras/Andaraí	Total Geral
<b>Andaraí (centro)</b>	<b>1</b>						<b>1</b>
Afogamento	1						1
<b>Andaraí (evento de Motocross)</b>	<b>1</b>						<b>1</b>
Prestação de socorro/ atendimento em trilha	1						1
<b>Balneário Mucugezinho</b>			<b>4</b>				<b>4</b>
Prestação de socorro			1				1
Princípio de Afogamento			3				3
<b>Balneário Ribeirão do meio</b>			<b>6</b>				<b>6</b>
APH			1				1
Prestação de socorro			1				1
Princípio de Afogamento			4				4
<b>Balneário rio Mucugezinho</b>			<b>2</b>				<b>2</b>
Prestação de socorro			1				1
Resgate e atendimento APH			1				1
<b>Barragem do Rio Preto</b>					<b>2</b>		<b>2</b>
Atendimento pré-hospitalar					1		1
Intervenções para segurança de banhistas (16)					1		1

<b>BR 242 Rio Mucugezinho</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Prestação de socorro / APH	1		1
<b>Cachoeira da fumaça</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Atendimento pré-hospitalar		1	1
Busca de cadáver		1	1
Busca de cadáver (Espanhol)	1		1
<b>Cachoeira da fumacinha</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Resgate de turista	1		1
<b>Cachoeira da Primavera</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Busca de turista desaparecido	1		1
<b>Cachoeira da Purificação / Vale do Capão</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Busca e Salvamento		1	1
<b>Cachoeira do mosquito</b>	<b>2</b>		<b>2</b>
Busca e Salvamento	1		1
Resgate de pessoas ilhadas / forte chuvas	1		1
<b>Cachoeira do Sossego</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Resgate de turista / atendimento APH	1		1
<b>Cachoeira dois braços</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Busca de cadáver / afogamento		1	1
<b>Capão / Cachoeira do Palmital</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Resgate em trilha / atendimento APH		1	1
<b>Carnaval – Palmeiras</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Prestação de socorro / APH/ lesão no pé		1	1
<b>Carnaval de Palmeiras</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Atendimento APH		1	1

<b>Conceição dos gatos</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Afogamento		1	1
<b>Curral de pedra Parna Chapada</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Salvamento		1	1
<b>Estiva</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Busca e Salvamento (pessoa extraviada)	1		1
<b>Gruta do Lapão</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Busca de pessoa extraviada	1		1
<b>Ibicoara</b>	<b>2</b>		<b>2</b>
Resgate de turista em trilha	1		1
Resgate em trilha	1		1
<b>Igatu</b>	<b>2</b>		<b>2</b>
Atendimento pré-hospitalar	2		2
<b>Lençóis</b>	<b>3</b>		<b>3</b>
Prestação de socorro / APH	2		2
Resgate em trilha / atendimento APH	1		1
<b>Morro do Pai Inácio</b>		<b>2</b>	<b>2</b>
Busca e Salvamento		1	1
Prestação de socorro		1	1
<b>Mucugê</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Busca e Salvamento		1	1
<b>Mucugezinho</b>	<b>12</b>		<b>12</b>
Afogamento	4		4
APH	2		2
Atendimento pré-hospitalar	2		2
Prestação de socorro	1		1
Prestação de socorro (orientação ao turista)	1		1



Princípio de Afogamento	1	1
Princípio de afogamento (APH)	1	1
<b>Mucugezinho e Ribeirão do Meio</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Prestação de socorro (orientações)	1	1
<b>Mucugezinho, Poço do Diabo e Ribeirão do Meio</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Prestação de socorro (orientação ao turista)	2	2
<b>Pai Inácio</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Atendimento pré-hospitalar	1	1
<b>Palmeiras</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
APH	2	2
Busca de pessoa desaparecida (turista)	1	1
<b>Poço do Diabo</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
Afogamento	2	2
Atendimento pré-hospitalar	1	1
Prestação de socorro / APH	1	1
<b>Povoado de Lúna</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Prestação de socorro / atendimento APH	1	1
<b>Prainha</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Afogamento - rio Santo Antônio	1	1
<b>Ribeirão do meio</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
Afogamento	2	2
APH	1	1
Atendimento pré-hospitalar	1	1
Princípio de Afogamento	1	1
Resgate de cadáver	1	1
Salvamento / Enchente	1	1

<b>Rio Mucugezinho</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
APH/lesão durante a trilha (ombros e pernas)	1	1
Atendimento APH/ mal súbito	1	1
Prestação de socorro / afogamento	1	1
Prestação de socorro/princípio de afogamento	1	1
Princípio de Afogamento	2	2
<b>Rio Muquezinho</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Prestação de socorro/ lesão no braço	1	1
<b>Rio Ribeirão do Meio</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
APH/Condução hospitalar	1	1
Atendimento APH / prestação de socorro	1	1
Resgate de turista / pessoas ilhadas /Enchente	1	1
<b>Rio Santo Antônio</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Afogamento	1	1
Socorro a pessoas ilhadas	1	1
<b>Rio São José - Prainha</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Prestação de socorro	1	1
<b>Serra do capa bode</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Acidente em trilha/APH/fratura no antebraço	1	1
<b>Toca do macaco</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Prestação de socorro / Regate	1	1
<b>Trilha Capão/Paty/Andaraí</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Busca de pessoas desaparecidas em trilha	1	1

<b>Trilha da cachoeira do Sossego</b>			<b>4</b>				<b>4</b>
Busca a turista em trilha			1				1
Busca de pessoa extraviada			1				1
Busca e Salvamento			2				2
<b>Trilha do Pov. Do Capão para Pov. Do Guiné / Pati.</b>					<b>1</b>		<b>1</b>
Busca e Salvamento					1		1
<b>Trilha do Ribeirão do Meio</b>			<b>2</b>				<b>2</b>
Busca e Salvamento			2				2
<b>Trilha do Roncador</b>			<b>2</b>				<b>2</b>
Busca de desaparecido			1				1
Salvamento/enchente			1				1
<b>Trilha do roncador - Andaraí</b>	<b>1</b>						<b>1</b>
Busca e Salvamento	1						1
<b>Trilha do Sossego</b>			<b>2</b>				<b>2</b>
Atendimento Pé Hospitalar			1				1
Resgate em trilha / prestação de socorro			1				1
<b>Trilha Guiné-Paty</b>					<b>1</b>		<b>1</b>
Atendimento pré-hospitalar					1		1
<b>Vale do Capão</b>					<b>5</b>		<b>5</b>
Atendimento pré-hospitalar					1		1
Busca de cadáver					1		1
Busca e Salvamento					2		2
Desaparecimento de vitima					1		1
<b>Vale do Pati</b>	<b>1</b>						<b>1</b>
Busca e Salvamento	1						1
<b>Total Geral</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>76</b>	<b>2</b>	<b>23</b>	<b>1</b>	<b>111</b>

## ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA ATIVIDADES COM FINALIDADE DIDÁTICA NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

### Autorização para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior

Número: 65991-1	Data da Emissão: 11/06/2019 08:27:06	Data da Revalidação*: 11/06/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário da sua emissão.		

#### Dados do titular

Nome: SYLVIA DALCOMBASTOS BARRETO	CPF: 583.500.025-49
Título do Projeto: BUSCA, RESGATE E SALVAMENTO EM PARQUES NACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA	
Nome da Instituição: FACS S/C	CNPJ: 13.928.884/0001-84

#### Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	ENTREVISTA ICMBIO PALMEIRAS	05/2019	07/2019
2	ENTREVISTA ICMBIO CHAPADA DOS VELEZINHOS	05/2019	07/2019
3	ENTREVISTAS COM INTERLOCUTORES DO ICMBIO EM GERAL	05/2019	07/2019

#### Observações e ressalvas

1	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe de necessidade de obter as autorizações previstas em outras instrumentais legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distal ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possuidor ou morador de área dentro das fronteiras de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
2	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade e fim de CONSERVAÇÃO DE BIÓTIPO das espécies, as condições para realização das coletas e de uso de infraestrutura de unidade.
3	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando de viagem de legislação vigente, ou quando de interdicação, contatado ou não, deverão fornecer informações relevantes que sustentem o pedido de ato, poder, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos de legislação brasileira em vigor.
4	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2015, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5	As atividades de campo exercidas por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, amostras, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes de cultura matéri e cultura popular (presente e passado), colônias por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso e compartilhamento do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/legis.

#### Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Parque Nacional da Chapada Diamantina	BA	Catinga	Não	Dentro de UC Federal

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

Código de autenticação: 0659910120190611

Página 1/2



## ANEXO B – TERMO DE RESPONSABILIDADE POR GRUPO DE VISITANTES



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
PARQUE NACIONAL DO ITAIAIA



COORDENAÇÃO DE VISITAÇÃO E USO PÚBLICO  
PLANO ESTRATÉGICO DE ECOTURISMO

PLANALTO DO ITAIAIA – POSTO MARCÃO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

### TERMO DE RESPONSABILIDADE POR GRUPO DE VISITANTES

NOME COMPLETO (LEGÍVEL)	
CPF	TELEFONES
ENDEREÇO COMPLETO - CEP (ou número de cadastro no caso de Condutor do PNI)	

### TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADES E EXPRESSA ASSUNÇÃO DE RISCOS

**- DEVE SER LIDO COM ATENÇÃO E ASSINADO PELOS DEMAIS PARTICIPANTES -**

Pelo presente termo, declaro ter sido avisado e perfeitamente informado dos riscos envolvidos na prática de atividades como caminhada e montanhismo no Planalto do Itatiaia, conforme discriminado nas recomendações gerais acima.

Nessa condição, protejo e inocento o Parque Nacional do Itatiaia de qualquer reclamação ou ação judicial decorrente de minhas atividades, pelo que renuncio ao direito sobre o qual se fundamentaria eventual reclamação ou ação que lhe pudesse promover.

Após ter lido este Termo de Isenção de Responsabilidades e Expressa Assunção de Riscos, e tendo compreendido seu conteúdo, entendo que estou desistindo de direitos substanciais através de sua assinatura, a qual faço livre e voluntariamente, sem qualquer coerção.

NOME POR EXTENSO (LEGÍVEL) – CPF	ASSINATURA
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	

Placa do veículo: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Vaga Nº \_\_\_\_\_

Placa do veículo: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Vaga Nº \_\_\_\_\_

Placa do veículo: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Vaga Nº \_\_\_\_\_

Placa do veículo: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Vaga Nº \_\_\_\_\_

**Observação:** Documento aprovado pela Câmara Técnica de Montanhismo e Ecoturismo (CTME) em 12.08.2017.

### RECOMENDAÇÕES GERAIS

#### - DEVE SER LIDO PELO RESPONSÁVEL AOS PARTICIPANTES -

Caminhadas e montanhismo na região do Planalto do Itatiaia apresentam riscos inerentes às atividades em ambientes naturais tais como quedas, perda de itinerário, tempestades, raios, frio e animais peçonhentos, entre outros. Há riscos de acidentes graves e até de morte. Dessa forma, é necessário cuidado e planejamento, sendo recomendável possuir experiência em ambientes de montanha, prática de trilhas em ambientes naturais e conhecer técnicas adequadas ao tipo de atividade a ser desenvolvida.

O PNI recomenda a presença de um Condutor de Visitantes devidamente **credenciado** no Parque.

Tenha sempre água, alimentos energéticos, lanterna com pilhas reservas, um conjunto de primeiros socorros e protetor solar. Vestimentas devem ser resistentes e confortáveis. Use bota de caminhada ou calçado esportivo confortável. Mesmo em dias de sol, e especialmente no inverno, a temperatura é baixa devido à altitude e sofre acentuada queda ao anoitecer, portanto tenha sempre roupas quentes e um abrigo impermeável.

Atividades de montanhismo apresentam riscos adicionais em virtude da existência de trechos de escalada. Sua prática exige conhecimento e habilidade de lidar com técnicas e equipamentos apropriados. Informe-se sobre o tipo de atividade a ser desenvolvida para o destino que pretende visitar.

Resgates, em geral, são de complexa execução e, em determinados locais e condições climáticas, impossíveis. Ao partir para o destino escolhido, o grupo deve ser auto-suficiente.

#### - DEVE SER LIDO E PREENCHIDO JUNTO AO RECEPCIONISTA -

Eu, acima identificado, estando conduzindo as pessoas relacionadas neste documento para visitação ao (às) \_\_\_\_\_ (especificar o atrativo e se for o caso via/rota/caminho a ser utilizado), declaro para os devidos fins que:

- Possui adequada e suficiente experiência de montanhismo para conduzir pessoas ao atrativo acima mencionado.
- Não necessito do acompanhamento de um Condutor de Visitantes Credenciado no Parque Nacional do Itatiaia (PNI) ou de um Guia de Turismo;
- Caso ocorra a decisão de alterar o destino da minha visita, retornarei imediatamente, inclusive o grupo sob minha responsabilidade, para este Posto de Controle do PNI, de modo a serem registrados novos procedimentos;
- Estou ciente de que o horário de minha saída, junto com o grupo, não deverá ultrapassar às 17 horas;
- Reconheço que a conduta do grupo pelo qual sou responsável estará submetida à legislação vigente, em especial o Decreto 84.017/79 (Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros); a Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais); e o Decreto 6514/08;
- Pessoalmente, estando sozinho ou não, acato o contido no Termo de Isenção de Responsabilidades e Expressa Assunção de Riscos, mostrado no verso deste documento;
- Estando sozinho, sem ninguém sob minha responsabilidade, estou ciente de que devo acatar de forma pessoal todos os demais procedimentos citados.

Braçadeira Nº \_\_\_\_\_ Cor: \_\_\_\_\_ (conduzida pelo responsável pelo grupo em local visível)

HORA DE ENTRADA \_\_\_\_\_ ASSINATURA \_\_\_\_\_  
Responsável pelo Grupo

HORA DE SAÍDA \_\_\_\_\_ ASSINATURA \_\_\_\_\_  
Responsável pelo Grupo

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Recepcionista – Posto Marcão - PNI

Observação: Documento aprovado pela Câmara Técnica de Montanhismo e Ecoturismo (CTME) em 12.08.2017.

## **ANEXO C – PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO – POP**

### **PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO – POP**

**Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás**

**2ª Edição, 2018 (pg 117 e 118)**

### **SALVAMENTO EM MATAS**

#### **SEQUÊNCIA DE AÇÕES**

##### **1. Aviso e Deslocamento:**

1.1. Receber as informações do COB quanto a:

**1.1.1. Endereço para início das buscas;**

**1.1.2. Quantidade de pessoas desaparecidas, suas características físicas, vestimentas, local e horário aproximado do desaparecimento;**

1.2. Características do local (relevo, clima, etc.).

1.3. Preparar a guarnição para o atendimento, definindo funções claras;

1.4. Estacionar a viatura a uma distância segura do local, sinalizando o local de forma eficiente;

1.5. Informar a Central de Operações quando da chegada ao local;

##### **2. Reconhecimento e Planejamento:**

2.1. Após chegar ao local do sinistro, os bombeiros militares devem procurar características da região, do clima, tipo de vegetação e qualquer informação que possa ser relevante para a busca bem como determinar a necessidade de uma busca combinada, com equipes diversas, como o ABRESC, guarnição de busca e salvamento e guarnição aérea, obedecendo aos princípios do SCI.

2.2. As guarnições empenhadas devem observar a regra dos 3S, equipadas com os EPI de acordo com a necessidade da ocorrência.

2.3. Estabelecer objetivos, verificando os recursos disponíveis;

2.4. Definir as estratégias e táticas (estabelecer as ações);

2.5. Estabelecer as prioridades;

2.6. Estabelecer modo de operação;

2.7. Solicitar recursos adicionais;

2.8. Revisar os objetivos.

##### **3. Estabelecimento e Controle:**



- 3.1. O Comandante de Socorro deverá orientar e preparar as guarnições para avaliar os prováveis perfis e comportamentos do perdido;
- 3.2. Estabelecer a localização do Posto de Comando;
- 3.3. Estabelecer Plano de Comunicação, com definição das faixas a serem utilizadas;
- 3.4. Orientar e preparar a guarnição para que atente aos fatores que influenciam as operações de Busca e Resgate em Matas tais como o tipo de vegetação, relevo, condições meteorológicas e outras informações confirmadas no local;
- 3.5. Poderá ser pedido auxílio da aeronave ou guarnições especializadas e reforço de tropa.
- 3.6. Após a localização a equipe de busca e salvamento deverá estabilizar e preparar a vítima para a evacuação.
- 3.7. O transporte do(s) acidentado(s) poderá ser feito a pé, na marcha de retorno, por quilômetros, com ou sem o auxílio de animais, pois nem sempre haverá a disponibilidade de empregar o apoio de aeronaves, viaturas ou embarcações para os casos das matas costeiras.

#### **4. Desmobilização:**

- 4.1. Recolher e conferir o material operacional utilizado;
- 4.2. Preencher detalhadamente o relatório da ocorrência, con-forme Manual de Preenchimento de Ocorrência (disponível na VTR ou pelo link <https://www.bombeiros.go.gov.br/gestao-do-conheci-mento/manuais-operacionais-de-bombeiros>), considerando inserir todos os dados e fatos importantes, e, realizar o lançamento no RAI logo após o retorno à OBM;
- 4.3. Retornar à OBM de origem;
- 4.4. Realizar a manutenção das VTRs e Equipamentos;
- 4.5. Realizar Debriefing com os militares que atuaram na ocorrência.

## **ANEXO D – GUIA DE CONDUTA CONSCIENTE EM AMBIENTES**

## ANEXO E – LEVANTAMENTO DE OCORRÊNCIAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA



### **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA**

### **COMANDO DE OPERAÇÕES DE BOMBEIROS MILITAR DO INTERIOR 11º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR**

### **2º SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR**

### **LENÇÓIS, BAHIA**

### **Levantamento de ocorrências na área de influência do Parque Nacional da Chapada Diamantina**

Período: agosto/2014 a junho 2018.

Fontes: Livros de partes de Parte Diária de Serviço e Livro de Ocorrências/2º SGBM anos 2014-2018

Interessado: Sr.<sup>a</sup> Sylvia Dalcom, mestrandia Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Carolina de Andrade Spínola

Instituição de Ensino Superior: UNIFACS

### **Tabela: Ocorrências registradas na área de influência do Parque Nacional da Chapada Diamantina – 2014-2018**

Ord	Data	Tipo	Local	Município	Não fatal	Fatal
01	28-08-2014	Atendimento pré-hospitalar	Igatu	Andaraí	01	00
02	29-08-2014	Atendimento pré-hospitalar	Igatu	Andaraí	01	00
03	02-09-2014	Incêndio florestal	Barra da Estiva	Barra da Estiva	00	00
04	17-09-2014	Incêndio florestal	Proximidades AABB	Andaraí	00	00
05	19-09-2014	Incêndio florestal	Entroncamento Lençóis	Lençóis	00	00
06	21-09-2014	Afogamento	Rio Santo Antônio	Lençóis	00	01

07	22-09-2014	Incêndio florestal	Marimbus	Andaraí	00	00
08	10-10-2014	Incêndio florestal	Barro Branco	Lençóis	00	00
09	10-10-2014	Busca de desaparecido	Trilha do Roncador	Lençóis	01	00
10	19-10-2014	Incêndio florestal	Rio Santo Antônio	Lençóis	00	00
11	26-10-2014	Incêndio florestal	Serrano	Lençóis	00	00
12	27-10-2014	Incêndio florestal	Barro Branco	Lençóis	00	00
13	28-10-2014	Incêndio florestal	Barro Branco	Lençóis	00	00
14	16-11-2014	Salvamento / Enchente	Ribeirão do meio	Lençóis	25	00
15	21-11-2014	Salvamento	Curral de pedra Parna Chapada	Palmeiras	01	00
16	21-12-2014	Afogamento	Andaraí (centro)	Andaraí	00	01
17	27-12-2014	Busca e Salvamento (pessoa extraviada)	Estiva	Lençóis	01	00
18	30-12-2014	Atendimento pré-hospitalar	Pai Inácio	Palmeiras	01	00
19	02-01-2015	Afogamento	Mucugezinho	Lençóis	01	00
20	02-01-2015	Atendimento pré-hospitalar	Poço do Diabo	Lençóis	01	00
21	03-01-2015	Afogamento	Mucugezinho	Lençóis	01	00
22	04-01-2015	Afogamento	Ribeirão do Meio	Lençóis	01	00
23	22-01-2015	Incêndio florestal	Guiné	Mucugê	00	00
24	24-01-2015	Incêndio florestal	Tomba	Lençóis	00	00
25	01-02-2015	Atendimento pré-hospitalar	Ribeirão do meio	Lençóis	01	00
26	02-02-2015	Atendimento pré-hospitalar	Mucugezinho	Lençóis	01	00

27	14-02-2015	Atendimento pré-hospitalar	Barragem do Rio Preto	Palmeiras	01	00
28	14-02-2015	Intervenções para segurança de banhistas (16)	Barragem do Rio Preto	Palmeiras	16	00
28	14-02-2018	Atendimento pré-hospitalar	Mucugezinho	Lençóis	01	00
29	15-03-2015	Atendimento Pré-hospitalar	Riacho do Mel	Iraquara	01	00
30	01-04-2015	Incêndio florestal	Ribeirão do Meio	Lençóis	00	00
31	23-04-2015	Atendimento pré-hospitalar	Vale do Capão	Palmeiras	01	00
32	30-04-2015	Salvamento/enchente	Trilha do roncador	Lençóis	03	00
33	25-05-2015	Incêndio florestal	Serra da cravada	Lençóis	00	00
34	14-06-2015	Afogamento	Poço do Diabo	Lençóis	01	00
35	14-06-2015	Afogamento	Poço do Diabo	Lençóis	00	01
36	22-06-2015	Atendimento pré-hospitalar	Trilha Guiné-Paty	Mucugê	01	00
37	15-07-2015	Atendimento pré-hospitalar	Cachoeira da fumaça	Palmeiras	01	00
38	29-07-2015	Busca de pessoa extraviada	Gruta do Lapão	Lençóis	01	00
39	22-08-2015	Afogamento	Conceição dos gatos	Palmeiras	00	01
40	01-09-2015	Incêndio florestal	Estiva	Lençóis	00	00
41	12-09-2015	Incêndio florestal	Mucugê	Mucugê	00	00
42	30-09-2015	Busca de pessoa extraviada	Trilha da cachoeira do Sossego	Lençóis	01	00
43	10-10-2015	Afogamento	Mucugezinho	Lençóis	02	00
44	10-10-2015	Afogamento	Ribeirão do Meio	Lençóis	01	00
45	11-10-2015	Afogamento	Mucugezinho	Lençóis	02	00

46	11-10-2015	Incêndio florestal	Campos de São João	Palmeiras	00	00
47	19-10-2015	Incêndio florestal	Pousada Alpina	Mucugê	00	00
48	25-10-2015	Incêndio florestal	AABB	Lençóis	00	00
49	29-10-2015	Incêndio florestal	Capitinga/Lixão	Lençóis	00	00
50	02-11-2015	Resgate de cadáver	Ribeirão do meio	Lençóis	00	01
51	03-11-2015	Incêndio florestal	Lençóis	Lençóis	00	00
52	07-11-2015	Incêndio florestal	Capitinga/lixão	Lençóis	00	00
53	10-11-2015	Incêndio florestal	Cemitério	Lençóis	00	00
54	12-11-2015	Incêndio florestal	Mucugezinho	Lençóis	00	00
55	12-11-2015	Incêndio florestal	Pai Inácio	Palmeiras	00	00
56	14-11-2015	Incêndio florestal	Pai Inácio	Palmeiras	00	00
57	25-11-2015	Atendimento Pé Hospitalar	Trilha do Sossego	Lençóis	01	00
58	11/12//2015	Incêndio florestal	Barro Branco	Lençóis	00	00
59	14-11-2015	Incêndio florestal	Capão	Palmeiras	00	00
60	28-12-2015	Auxilio a parturiente	Pai Inácio	Palmeiras	02	00
61	30-12-2015	Incêndio florestal	Capitinga/Lixão	Lençóis	00	00
62	03-01-2016	Prestação de socorro/ lesão no braço	Rio Muquezinho	Lençóis	01	00
63	04-01-2016	APH/Condução hospitalar	Rio Ribeirão do Meio	Lençóis	01	00
64	04-01-2016	APH/lesão durante a trilha (ombros e pernas)	Rio Mucugezinho	Lençóis	01	00
65	06-01-2016	Desobstrução da BR 242/ poda de árvores	BR 242 / próximo ao Rio Mucugezinho	Lençóis	00	00

66	06-01-2016	Busca de pessoas desaparecidas em trilha	Trilha Capão/Paty/Andaraí	Palmeiras/Andaraí	02	00
67	12-01-2016	Acidente em trilha/APH/fratura no antebraço	Serra do capa bode	Lençóis	01	00
68	26-01-2016	Resgate de pessoas ilhadas / forte chuvas	Cachoeira do mosquito	Lençóis	17	00
69	27-01-2016	Desobstrução de vias / corte de árvores	BR 242 – proximidade do Rio Mucugezinho	Lençóis	0	00
70	27-01-2016	Socorro a pessoas ilhadas	Rio Santo Antônio	Lençóis	08	00
71	30-01-2016	Busca de cadáver /vítima de afogamento	Barragem	Presidente Dutra	0	01
72	01-02-2016	Atendimento APH / acidente de trânsito	BR 242 – entrada de Lençóis	Lençóis	01	0
73	04-02-2016	Busca de turista desaparecido	Cachoeira da Primavera	Lençóis	01	0
74	05-02-2016	Prestação de socorro / afogamento	Rio Mucugezinho	Lençóis	01	0
75	06-02-2016	Atendimento APH/ mal súbito	Rio Mucugezinho	Lençóis	01	0
76	09-02-2016	Atendimento APH / prestação de socorro	Rio Ribeirão do Meio	Lençóis	02	0
77	09-02-2016	Prestação de socorro / APH/ lesão no pé	Carnaval – Palmeiras	Palmeiras	01	0
78	09-02-2016	Prestação de socorro / APH/ embriaguez	Carnaval de Palmeiras	Palmeiras	01	0
79	10-02-2016	Atendimento APH	Carnaval de Palmeiras	Palmeiras	02	0
80	11-02-2016	Prestação de socorro/princípio de afogamento	Rio Mucugezinho	Lençóis	01	0
81	29-02-2016	Incêndio em veículo	Próximo ao Rio Mucugezinho	Lençóis	01	0
82	23-03-2016	Incêndio florestal	Comunidade do Remanso	Lençóis	0	0
83	09-04-2016	Incêndio florestal	Morro do Camelo	Palmeiras	0	0

84	04-04-2016	Incêndio florestal	Proximidade da AABB Lençóis	Lençóis	0	0
85	06-05-2016	Prestação de socorro / APH	Poço do diabo	Lençóis	01	0
86	07-05-2016	Busca de cadáver / afogamento	Cachoeira dois braços	Palmeiras	0	01
87	12-05-2016	Prestação de socorro / APH	BR 242 Rio Mucugezinho	Lençóis	03	0
88	04-07-2016	Acidente de trânsito / prestação de socorro	Próximo à entrada da cidade de Lençóis	Lençóis	02	00
89	04-07-2016	Incêndio florestal	Lençóis	Lençóis	00	00
90	21-07-2016	Resgate em trilha / atendimento APH	Lençóis	Lençóis	01	00
91	21-08-2016	Prestação de socorro / APH	Lençóis	Lençóis	01	0
92	28-08-2016	Incêndio em veículo	Morro do Pai Inácio – BR 242	Palmeiras	01	0
93	12-09-2016	Prestação de socorro/ atendimento em trilha	Andaraí (evento de Motocross)	Andaraí	02	0
94	27-09-2016	Prestação de socorro / atendimento APH	Povoado de Iúna	Lençóis	01	0
95	28-09-2016	Acidente veicular / desencarceramento / APH	Proximidade da entrada de Iगतu	Andaraí	01	01
96	13-10-2016	Acidente veicular / desencarceramento / APH	BR 242 / Próximo ao Posto Pai Inácio	Palmeiras	02	0
97	25-10-2016	Resgate em trilha / atendimento APH	Capão / Cachoeira do Palmital	Palmeiras	01	0
98	29-10-2016	Incêndio florestal	Proximidades do Poço Azul	Nova Redenção	00	0
99	21-11-2016	Resgate de turista / pessoas ilhadas /Enchente	Rio Ribeirão do Meio	Lençóis	05	0
100	21-11-2016	Busca de pessoa desaparecida (turista)	Palmeiras	Palmeiras	00	01
101	30-11-2016	Incêndio Florestal	Tanquinho	Lençóis	00	0
102	05-12-2016	Prestação de socorro / APH	Lençóis	Lençóis	01	0



103	14-12-2016	Acidente veicular /desencarceramento	Proximidade da cidade de Andaraí	Andaraí	01	01
104	14-12-2016	Acidente veicular / atendimento APH	Proximidades da cidade de Mucugê	Mucugê	02	0
105	19-12-2016	Princípio de Afogamento	Rio Mucugezinho	Lençóis	02	0
106	26-12-2016	Prestação de socorro / Regate	Toca do macaco	Lençóis	01	0
107	28-12-2016	Resgate em trilha / prestação de socorro	Trilha do Sossego	Lençóis	02	0
108	04-01-2017	Incêndio florestal	Barro Branco	Lençóis	00	0
109	05-01-2017	Acidente veicular e princípio de incêndio	BR 242 – próximo à cidade de Lençóis	Lençóis	03	0
110	08-01-2017	Resgate e atendimento APH	Balneário rio Mucugezinho	Lençóis	03	0
111	10-01-2017	Fogo em vegetação	Bairro do Tomba	Lençóis	00	0
112	11-01-2017	Fogo em vegetação	Tanquinho	Lençóis	00	0
113	12-01-2017	Incêndio florestal	Rio de Contas	Rio de Contas	00	0
114	12-01-2017	Resgate de turista / atendimento APH	Cachoeira do Sossego	Lençóis	01	0
115	15-01-2017	Princípio de afogamento	Rio Mucugezinho	Lençóis	01	0
116	16-01-2017	Incêndio florestal	Serra da Batávia	Ibicoara	00	0
117	20-01-2017	Incêndio Florestal	Ribeirão de Baixo	Lençóis	Não falta	Fatal
118	23-01-2017	Afogamento - rio Santo Antônio	Prainha	Lençóis	00	01
119	23-01-2017	Princípio de afogamento (APH)	Mucugezinho	Lençóis	02	00
120	27-01-2017	Acidente veicular	Pai Inácio - proximidades	Palmeiras	01	00
121	28-01-2017	Combate a incêndio florestal	Piatã	Piatã	00	00
122	31-01-2017	Combate a incêndio florestal	Lençóis	Lençóis	00	00

123	31-01-2018	Desaparecimento de vitima	Vale do Capão	Palmeiras	01	00
124	01-02-2017	Incêndio florestal	Tanquinho	Lençóis	00	00
125	04-02-2017	Incêndio florestal	Lençóis	Lençóis	00	00
126	07-02-2017	Incêndio florestal	Rio Santo Antônio	Lençóis	00	00
127	08-02-2017	Acidente veicular	Lençóis - BA 144	Lençóis	02	00
128	15-02-2017	Acidente veicular - Incêndio	Proximidades da entrada de Itaitê - BR 242	Itaitê	00	01
129	22-02-2017	Incêndio florestal	Utinga	Utinga	00	00
130	26-02-2017	Prestação de socorro (orientação ao turista)	Mucugezinho	Lençóis	08	00
131	27-02-2017	Prestação de socorro (orientação ao turista)	Mucugezinho, Poço do Diabo e Ribeirão do Meio	Lençóis	53	00
132	28-02-2017	Prestação de socorro (orientação ao turista)	Mucugezinho, Poço do Diabo e Ribeirão do Meio	Lençóis	90	00
133	28-02-2017	Busca de cadáver	Cachoeira da Fumaça	Palmeiras	00	00
134	28-02-2017	APH	Ribeirão do Meio	Lençóis	01	00
135	28-02-2018	APH	Mucugezinho	Lençóis	01	00
136	28-02-2017	Princípio de afogamento	Ribeirão do Meio	Lençóis	02	00
137	28-02-2017	Princípio de Afogamento	Mucugezinho	Lençóis	03	00
138	01-03-2017	Prestação de socorro (orientações)	Mucugezinho e Ribeirão do Meio	Lençóis	40	00
139	01-03-2017	Incêndio em Vegetação	Marimbus - Andaraí	Andaraí	00	00
140	01-03-2017	Prestação de socorro	Mucugezinho	Lençóis	02	00
141	01-03-2017	APH	Palmeiras	Palmeiras	01	00
142	01-03-2017	APH	Palmeiras	Palmeiras	01	00

143	08-03-2017	Incêndio florestal	Andaraí	Andaraí	00	00
144	28-03-2017	Incêndio Florestal	Lençóis	Lençóis	00	00
145	10-04-2017	Desobstrução de pista-BR 242 (Entrada de Lençóis)	Entrada de Lençóis	Lençóis	00	00
146	12-04-2017	Incêndio Florestal	Marimbus	Andaraí	00	00
147	14-04-2017	Incêndio florestal	Iúna	Lençóis	00	00
148	12-05-2017	Busca de cadáver (Espanhol)	Cachoeira da fumaça	Lençóis	01	00
149	14-05-2017	Resgate em trilha	Ibicoara	Ibicoara	01	00
150	15-05-2017	Resgate de turista	Cachoeira da fumacinha	Ibicoara	01	00
151	05-06-2017	Resgate de turista em trilha	Ibicoara	Ibicoara	02	00
152	07-06-2017	Acidente veicular	BA-144 (Proximidade da entrada de Remanso)	Lençóis	02	00
153	13-06-2017	Busca a turista em trilha	Trilha da cachoeira do Sossego	Lençóis	01	00
154	25-06-2017	APH	Mucugezinho	Lençóis	02	00
155	12-07-2017	Resgate de morador desaparecido	Cidade de Iraquara	Iraquara	01	00
156	23-07-2017	APH	Balneário Ribeirão do meio	Lençóis	01	00
157	24-07-2017	Acidente veicular	BR 242- Proximidades do rio Mucugezinho	Lençóis	04	00
158	14-09-2017	Busca de cadáver	Vale do Capão	Palmeiras	01	00
159	16-09-2017	Prestação de Serviço	Mucugezinho	Lençóis	00	00
160	21-09-2017	Acidente de Trânsito	BR 242 - Pai Inácio	Palmeiras	01	00
161	27-09-2017	Busca e Salvamento	Trilha do Pov. Do Capão para Pov. Do Guiné / Pati.	Palmeiras	01	00
162	03-10-2017	Busca e Salvamento	Mucugê	Mucugê	01	00

163	03-10-2017	Busca e Salvamento	Trilha do roncador - Andaraí	Andaraí	02	00
164	12-10-2017	Busca e Salvamento	Vale do Pati	Andaraí	01	00
165	13-10-2017	Busca e Salvamento	Vale do Capão	Palmeiras	01	00
166	14-10-2017	Busca e Salvamento	Vale do Capão	Palmeiras	02	00
167	19-10-2017	Acidente de Trânsito (incêndio em carreta)	BR 242 - Pai Inácio	Palmeiras	00	00
168	23-10-2017	Combate a Incêndio florestal	Povoado de Floriano	Iraquara	00	00
169	24-10-2017	Combate a Incêndio florestal	Povoado de Floriano	Iraquara	00	00
170	26-10-2017	Busca e Salvamento	Trilha da cachoeira do Sossego	Lençóis	01	00
171	31-10-2017	Combate a incêndio no lixão / Lençóis	Lençóis	Lençóis	00	00
172	04-11-2017	Acidente de Trânsito	BR 242 - Pai Inácio	Palmeiras	01	00
173	05-11-2017	Busca e Salvamento	Trilha do Ribeirão do Meio	Lençóis	01	00
174	09-11-2017	Busca e Salvamento	Trilha do Ribeirão do Meio	Lençóis	01	00
175	11-11-2017	Prestação de Socorro	Morro do Pai Inácio	Palmeiras	01	00
176	11-11-2017	Busca e Salvamento	Morro do Pai Inácio	Palmeiras	01	00
177	17-11-2017	Resgate de vítima de afogamento	Povoado de Cambuí	Utinga	00	01
178	04-12-2017	Prestação de Socorro	Balneário Ribeirão do Meio	Lençóis	01	00
179	20-12-2017	Acidente de Trânsito	BR 242 - Pai Inácio	Palmeiras	04	00
180	15-01-2018	Busca e Salvamento	Trilha da cachoeira do Sossego	Lençóis	01	00
181	20-01-2018	Busca e Salvamento	Cachoeira da Purificação / Vale do Capão	Palmeiras	01	00
182	27-01-2018	Acidente de Trânsito	BR 242 - Pai Inácio	Palmeiras	02	00

183	27-01-2018	Princípio de Afogamento	Balneário Mucugezinho	Lençóis	02	00
184	27-01-2018	Princípio de Afogamento	Balneário Ribeirão do meio	Lençóis	02	00
185	28-01-2018	Princípio de Afogamento	Balneário Mucugezinho	Lençóis	01	00
186	28-01-2018	Princípio de Afogamento	Balneário Ribeirão do meio	Lençóis	01	00
187	30-01-2018	Acidente de Trânsito (incêndio em veículo)	BA 850 - Lençóis	Lençóis	00	00
188	03-02-2018	Princípio de Afogamento	Balneário Ribeirão do meio	Lençóis	01	00
189	10-02-2018	Princípio de Afogamento	Balneário Mucugezinho	Lençóis	01	00
190	12-02-2018	Princípio de Afogamento	Balneário Ribeirão do meio	Lençóis	01	00
191	21-02-2018	Prestação de Socorro	Balneário Rio Mucugezinho	Lençóis	01	00
192	06-03-2018	Acidente de Trânsito	BR 242 - Pai Inácio	Palmeiras	01	01
193	10-03-2018	Busca e Salvamento	Cachoeira do Mosquito	Lençóis	05	00
194	01-06-2018	Prestação de Socorro	Balneário Mucugezinho	Lençóis	01	00
195	10-06-2018	Prestação de Socorro	Rio São José - Prainha	Lençóis	04	00